

REVISTA PET ECONOMIA UFES

v.2 n.1

PÓS-PANDEMIA
E
DESIGUALDADE



Equipe Editorial (2021/1)

Editor Chefe: Vinícius Vieira Pereira;

Organizadores: Daniel de Almeida Bahiense, Matheus Ferreira Maia e Maya Pavan;

Revisores: Alexandra Rayssa Nascimento, Bruna Cavati Rossi, Isadora Faé Pacca Amaral e Lorena Duarte da Silva;

Diagramação e arte: Afonso Dantas de Sousa, Camila Batista, Edinaldo Pereira dos Santos Junior e Nicole Valladão Sansoni;

Revisão Final: Patricia Specimille, Plínio Natalino Silva e Gabriel Nippes.

Imagem capa: PORTINARI, João Candido. Os Retirantes. 1955. Óleo, 14.5 x 23cm sem moldura. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/os-retirantes/7AE1Du8QBIV7HA?hl=pt-BR>>. Acesso em 25 ago. 2021.

Registro ISBN:

PET-Economia/Ufes, Vitória - ES, 2020.

Sumário

Introdução	3
Convidada Especial: Ana Paula Fregnani Colombi	
Qual sociedade queremos?	7
Resenhas Econômicas	
Vacina para todos: uma questão de saúde coletiva	11
O preço da perfeição	14
Desigualdade de renda e estratificação social	18
Pandemia e Inflação: o Brasil do “Bolsocaro”	23
Soy parte de ti, América?	28
Mostra de Artigos	
OS LUCROS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E SEU IMPACTO ECONÔMICO: Uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX	32
A CRISE CRÍTICA DA DOCTRINA DO CHOQUE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA	46
ENTRE A POTÊNCIA E A EXISTÊNCIA: NOTAS SOBRE REPRESENTAÇÕES CINEMATOGRAFICAS DA CONDIÇÃO HUMANA CONTEMPORÂNEA	60
A FAMÍLIA PNAD: EXPLICANDO A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS	68
Olhares Sobre o Ensino Remoto	
Henrique Pereira Braga	76
Erwany Nawar Everton Maranhão	79
Wana Martins de Almeida Bahiense	80

Introdução

Vinicius Vieira Pereira⁽¹⁾



Caro leitor,

Enquanto o mundo atravessa uma das maiores crises sanitárias de sua história, marcada pela pandemia da Covid-19, que já levou a óbito mais de quatro milhões de pessoas ao todo no globo, no Brasil, somam-se a esta crise outras duas, a econômica e a política. Os desdobramentos de tamanha instabilidade, não seria qualquer exagero ponderar, parecem ameaçar as liberdades individuais e coletivas; o Estado de Direito; o sistema republicano democrático e, por que não dizer, a paz social. Daí ser comum nos dias de hoje asseverar: há uma profunda e perigosa crise institucional em curso.

Na área econômica, o cenário recessivo que já se manifestava desde 2015 torna-se ainda mais desolador. Queda de 4,5% do PIB em 2020; desemprego beirando a casa dos 15% da população ativa e a informalidade atingindo 40% da população ocupada; retorno da inflação em ritmo preocupante, disparada dos preços dos combustíveis e energia; risco de crise hídrica; redução dos indicadores da indústria e do setor de serviços, dois dos principais eixos dinâmicos da economia brasileira e mundial; queda do investimento interno na economia e na entrada de capital estrangeiro no país, no caso deste último, com recuo de mais de 50% em 2020 quando comparado a 2019. Além disso, há a elevação da dívida pública em nível histórico e a contração dos gastos governamentais, importantes aliados para provocar a demanda efetiva em momentos depressivos. Tudo isso em meio a uma série de medidas de políticas econômicas que, alinhando-se ao discurso neoliberal, provocam, ao fim e ao cabo, o aprofundamento da lógica da acumulação de capital, o privilégio dos interesses rentistas, financeiros e do grande capital monopolista, além de retirar do Estado o poder de intervir no ambiente econômico em favor dos mais pobres e necessitados.

No cenário político a tragédia também se anuncia. Apesar de nosso país estar elencado desde o início da pandemia entre os mais negligentes do mundo no enfrentamento à crise sanitária, a classe política somente agora resolveu abandonar a inércia e buscar conter o alarmante e trágico número de mortos pela pandemia, que já supera 540 mil vidas brasileiras, total sustentado por uma média diária superior a 1.200 mortos por Covid-19. Com o intuito de investigar, inquirir e apurar falhas e responsabilidades pelo caos que toma conta do país em relação às medidas de contenção ao

coronavírus, foi criada em 13 de abril do corrente ano, e instalada no Senado Federal em 27 de abril, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, além de revelar erros estratégicos e omissões por parte do governo no enfrentamento à pandemia, vem descobrindo e apurando uma série de denúncias de desvios de verbas na compra de vacinas, o que indica haver “muito caroço no anjo” do governo e de sua equipe. Não bastasse, os partidos políticos buscam, por seu turno, jogar suas redes de interesses neste ano pré-eleitoral, assim, discussões como o retorno ao voto impresso e a viabilidade de uma reforma política de amplo escopo começam a ser badaladas. Em meio a esse turbilhão de incertezas, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, o Congresso Nacional e outras instituições não governamentais, como a OAB, os órgãos de imprensa, as Universidades e a comunidade científica em geral são atacados e vilipendiados dia após dia por uma ala da população que propagandeia o retorno da ditadura militar e se arma com a inescrupulosa munção da disseminação de notícias falsas na internet e uma autêntica onda negacionista da ciência. Ao continuar nessa toada, é bastante provável que a discussão e proposição de planos de enfrentamento não apenas à Covid-19, mas também a outros problemas urgentes, como o aquecimento global e o desmatamento, sejam retardados indefinidamente.

Assim, caro leitor, como não poderia deixar de ser, esta edição da Revista do Pet Economia da UFES traz, em suas páginas eletrônicas, o sentimento de medo, desolação, abandono e falta de perspectiva de presente e futuro por parte da já sofrida população brasileira, que se vê em meio ao caos e sem qualquer aceno de melhora. Semelhantes notas de preocupação e crítica dão o tom do texto de nossa convidada desta edição, a professora do Departamento de Economia da UFES, doutora Ana Paula Fregnani Colombi. Com o título *Que sociedade queremos?*, a autora nos instiga a pensar que, para além das peculiaridades de que se reveste o debate teórico e metodológico dentro dos cursos de Ciências Econômicas, há uma preocupação maior: as expectativas dos estudantes em relação ao conteúdo curricular dessa importante Ciência Social, que têm revelado a preferência por uma versão profissionalizante da Ciência Econômica, voltada à qualificação e à criação de jovens empreendedores bem sucedidos e ávidos pelo enriquecimento individual em meio a uma sociedade neoliberal. No entanto, ela nos convida a refletir sobre o sentido original dessa ciência, se o de instrumento para estímulo à privatização dos sonhos ou se de importante aliada na transformação de nossa realidade, marcada pela desigualdade e espoliação, rumo à construção de um projeto social capaz de resgatar as esperanças de todos.

As Resenhas Econômicas, como de costume, revelam as inquietações em relação aos problemas e assuntos que cercam o cotidiano de seus jovens autores, os estudantes bolsistas e voluntários do PET da UFES. Na qualidade não apenas de observadores atentos, mas também profundamente inseridos e afetados pela trágica realidade imposta pela a pandemia e todos os seus desdobramentos, esses jovens destacam temas como: a importância de se encarar a vacinação contra Covid-19 no Brasil e no mundo como questão de saúde pública mais do que como possibilidade de lucro de empresas farmacêuticas; a problemática da desigualdade de renda no Brasil, analisada a partir dos diferentes estratos da população- por renda, cor da pele, gênero, grau de escolaridade, bem como entre as regiões desse imenso país -, e como essa interpretação revela o abismo entre ricos e pobres e a necessidade de se pensar políticas públicas efetivas, como por exemplo, um amplo programa de renda mínima; a preocupação real e crescente com o espectro da inflação que ronda a economia brasileira e que, após apresentar forte elevação em 2020, ameaça afetar a qualidade do consumo de alimentos e da vida da classe trabalhadora ao longo deste ano, principalmente quando encerrado o auxílio emergencial; um alerta sobre o consumo de massa e

uma de suas variantes, a estética do corpo e da beleza, processo que, potencializado pelas mídias sociais, tem levado à exacerbação da busca por procedimentos estéticos corretivos e dietas alimentares altamente prejudiciais à saúde física e mental; a triste constatação da falta de identidade cultural dos brasileiros com a América Latina e o sentimento de não pertencimento ao subcontinente, manifestações que acabam por nos aproximar mais das culturas inglesa e norte-americana, além de dificultar a constituição de um grande e forte bloco de países. Escritas por jovens, sempre em tom crítico e atualizado, as resenhas contribuem para ampliar o nosso olhar sobre questões atuais e cujo debate se faz necessário.

A seção de artigos traz contribuições teóricas elaboradas por estudantes do curso de Ciências Econômicas da UFES, entre os quais, bolsistas e ex-bolsistas do PET Economia. A condição humana na sociedade contemporânea é interpretada à luz de representações cinematográficas no instigante artigo *Entre a potência e a existência*, do petiano egresso Yago Ramalho. A partir de uma reflexão sobre o drama vivido pelas personagens em três importantes obras do cinema mundial, “Taxi Driver”, “Parasite” e “Joker”, o jovem autor faz um paralelo com os dilemas, as angústias psicológicas e sociais, a ansiedade e o padrão comportamental do típico exemplar humano pós-moderno, um indivíduo que parece desvanecer-se enquanto ser social, assumindo uma consciência autointeressada, atomizada e repleta de positividade, ou como afirma o autor, um “homem só, (...) que vive no país chamado capitalismo”.

Por seu turno, os estudantes Gisele Furieri, Luiz Carlos Santos, Luiza Giuberti, Otavio Luis Barbosa, Patricia Specimille e Ruth Silva, integrantes do subgrupo Empregos e Salários do Grupo de Estudos e Pesquisas em Conjuntura, do Departamento de Economia da UFES, apresentam um artigo bastante didático e de fácil compreensão sobre o mercado de trabalho no Brasil. Com o título *A família PNAD: explicando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, os autores utilizam-se de uma família brasileira hipotética, na qual, cada membro se enquadra numa das diversas categorias da pesquisa, seja como ocupado, desocupado, subocupado, informal, entre outras. O material, que toma forma de uma cartilha, provoca a reflexão sobre o lado humano que existe por trás dos dados estatísticos e das variáveis econômicas, chamando a atenção para a condição desoladora que afeta muitos brasileiros e brasileiras.

Já Fernando Porfírio, Luiz Felipe Blulm e Ruth Silva investigam a importância da escravidão para o funcionamento e desenvolvimento da economia colonial brasileira, com ênfase nos lucros gerados tanto pelo trabalho quanto pelo tráfico de escravos. Nos dias atuais, quando velhos preconceitos ressurgem em roupagens novas, o texto *Os lucros da escravidão no Brasil e seu impacto econômico: uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX* reascende um tema caro ao nosso desenvolvimento econômico e social enquanto nação livre e democrática: o papel dos negros e negras em nossa história.

Em *A crise crítica da doutrina do choque*, o petiano egresso Paulo Octavio Guidolini utiliza-se da crítica da economia política de Karl Marx para analisar o livro *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*, lançado em 2007 e de autoria da jornalista e ativista canadense Naomi Klein. Em um texto bem estruturado, o autor nos alerta para o fato de que apesar do discurso crítico presente no livro de Klein, é preciso tomar cuidado para não criarmos uma perspectiva idealizada do neoliberalismo e, dessa forma, deixar de percebê-lo em toda sua essência, ou seja, como uma das formas históricas que o próprio capitalismo assume. Afinal, políticas pautadas em

austeridade fiscal, privatizações e subserviência do Estado ao capital não são apenas neoliberais, mas características inerentes à reprodução do modo capitalista de produção.

Dado o cenário de pandemia e de isolamento social, esta edição traz também uma seção cujo objetivo é captar as impressões, os dilemas e os principais problemas relacionados ao ensino à distância e seus desdobramentos sobre o ambiente escolar e universitário, a qualidade do ensino e da integração entre os estudantes, bem como as dificuldades enfrentadas pelos jovens, adolescentes e professores para se adaptarem repentinamente a essa inovação no modelo educacional. De tal forma que, para captarmos diferentes Olhares sobre o Ensino Remoto, convidamos personalidades em diferentes posições no ensino para relatarem suas experiências e suas ansiedades neste momento em que a tristeza e a insegurança frente ao avanço da pandemia da Covid-19 se juntam aos graves problemas sociais do país.

Portanto, esperamos que a leitura dos textos que compõem esta edição, cuidadosamente preparados e escolhidos pelos petianos do PET Economia da UFES, seja um convite à reflexão e à ação, para que possamos, no futuro, ao olhar para trás, nos orgulharmos pela construção de caminhos alternativos de sucesso para esta sociedade que anda tão desigual, individualista, repleta de pessoas tristes e sem perspectivas de futuro. Exigem-se-nos mais do que a preocupação, senão a luta.

Boa leitura para todos e todas!

(1) Professor adjunto do departamento de Economia Ufes e tutor do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

Qual sociedade queremos?

Ana Paula Fregnani Colombi⁽¹⁾



(1) Professora do Departamento de Economia da Ufes.

Lecionando a disciplina de Introdução à Economia para alunos e alunas entrantes, sempre os pergunto, ainda nos primeiros dias de aula, por que razão escolheram o curso de ciências econômicas. Reiteradamente, a resposta passa pelo desejo de enriquecimento tendo em vista as oportunidades oferecidas pelo mercado financeiro em consonância com as últimas maravilhas do mundo comandado pelos algoritmos. Como nossa disciplina passa por um resgate, ainda que panorâmico, pelas escolas do pensamento econômico, eles e elas também me indagam: Professora, vamos ler os austríacos nessa disciplina? Estas, portanto, são as palavras que mais escuto nas primeiras semanas de aula: enriquecimento, mercado financeiro e os tais austríacos.

Em uma direção oposta à inquietação desses jovens e, em outros tempos, não tão distantes, como nos mostra Nakatani (2021), as mudanças no conteúdo do ensino de economia se deram na direção de resgatar sua concepção como uma ciência social - transformação esta que

não teria sido impulsionada no Brasil não fossem as crises profundas de nossa sociedade ao longo dos anos 1980 e 1990. Recentemente, entretanto, uma outra noção do que seja a ciência econômica tem ganhado corações e mentes de nossos estudantes, qual seja uma concepção que a coloca enquanto um instrumento, um caminho profissionalizante que leva ao enriquecimento se não fácil, possível, dada as oportunidades do capitalismo financeirizado. Essa visão encontra suas raízes na ciência econômica entendida enquanto uma ciência da ação humana, na medida em que essa ação se configura como escolha. Como afirma Robbins (1932, p. 15):

O economista estuda a alocação de meios escassos. Ele está interessado na maneira como diferentes graus de escassez de diferentes bens dão origem a diferentes razões de valorização entre eles, e ele está interessado na maneira como as mudanças nas condições de escassez, sejam provenientes de mudanças nos fins ou mudanças nos meios - do lado da demanda ou o lado da oferta - afetam essas proporções. A economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos.

Dessa formulação deriva, como nos explica Napoleoni (1979), uma ciência econômica que é essencialmente dedutiva e neutra. Menor seria o problema se esta discussão se manifestasse apenas no campo teórico. Ela está, entretanto, embrenhada em nossa realidade. Ou seria outra a concepção de um indivíduo que, ainda no início de sua vida universitária, julga ser, a ciência econômica, um instrumento capaz de levá-lo ao mundo da riqueza e da bonança individuais? Movidos pelo ímpeto de satisfação

do seu desejo de riqueza, o que mais aspiraria esse ou essa estudante que não aprender os meandros de uma ciência que ensina “os meios a serem aplicados para atingir os fins escolhidos”?, como diria Von Mises (1949, p. 9), um dos tais teóricos austríacos que eles e elas tanto querem ler.

A convergência entre um debate aparentemente teórico-metodológico e a realidade nos força, professores e economistas, a reconhecer que o neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica nascida nos anos 1930, expressa nas obras de Walter Lippmann, Von Mises e Hayek, renovada pela escola de Chicago nos anos 1960 e adaptada por governos em forma de políticas de austeridade e privatização a partir dos anos 1980. Não se trata, tampouco, de reconhecer o neoliberalismo enquanto um conjunto de práticas que definem o capitalismo contemporâneo. Algo vago demais, para encontrarmos no cotidiano de nossas salas de aula. O neoliberalismo é uma forma de vida (DUNKER, 2017). Uma forma de vida que engaja corações e mentes na busca incessante por performances de sucesso. O neoliberalismo, como um conjunto de práticas, discursos, dispositivos que determinam um novo modo de vida, transformou a empresa na forma geral da sociedade. A ciência econômica torna-se, nesse espectro, uma teoria do modo como o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo no mercado (DARDOT e LAVAL, 2016). Diriam então, que a universidade ainda tem alguma importância na medida em que ela pode servir a esse propósito, isto é, difundir a profissionalização e o empreendedorismo e preparar nossos jovens para o mundo da concorrência generalizada, ou seja, um mundo em que ninguém pode depender da benevolência de seus semelhantes. Afinal, “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1996, p. 74). Não por outro

motivo as aulas sobre Smith causam sempre um verdadeiro frisson.

As possibilidades dessa performance de sucesso esbarram, entretanto, na primeira esquina do subdesenvolvimento, em um país em que a taxa de desocupação entre os jovens de 18 a 24 anos é de 29,8%. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 190 milhões de pessoas no mundo estão desocupadas, das quais 64,8 milhões são jovens. 2 bilhões de pessoas estão ocupadas na informalidade e 36,1% da força de trabalho global trabalha mais de 48 horas por semana. Por que então, num mundo em que há cada vez menos empregos para todos e uma brutal concentração da riqueza, nossos estudantes – vale lembrar, na periferia do capitalismo – acreditam que com eles será diferente?

É justamente esse cenário de expectativas decrescentes e de encurtamento dos horizontes ao tempo de emergência (ARANTES, 2014) que tem permitido, em parte, a disseminação da cultura do empreendedor de si. É crescente, portanto, o processo de privatização das condutas e de disseminação da lógica de riscos, segundo o qual cada indivíduo deve responsabilizar-se por todas as dimensões da sua vida. Na periferia, essa cultura é ainda mais perversa na medida em que se trata de ‘treinar’ e ‘qualificar’ essa mão-de-obra, como disse Chico de Oliveira, tal qual se ensina a “própria matriz da descartabilidade” (OLIVEIRA, 2013, p. 143). Na mesma medida que essa juventude busca a qualificação tão desejada pelo mercado e em que o capitalismo adentra essa mesma juventude convertendo o ócio em processo de qualificação das classes trabalhadoras (BERNARDO, 2006), novas noções práticas do tempo vão, paulatinamente se difundindo. Esse jovem que quer trabalhar menos, trabalha o tempo todo em nome da sobrevivência que a ele lhe aparece enquanto caminho para o enriquecimento. Ao fracasso, cabe apenas a capacidade individual de resiliência – a palavra da moda – ainda mais potente quando dita em inglês: resilience. Essa palavra emerge,

justamente, num contexto ideológico de expansão do neoliberalismo, como nos explica Dunker (2017), em que os indivíduos devem saber gerenciar, também, suas emoções, reduzindo a capacidade de permanecer afetado, mantendo o otimismo e expandindo sua rede de relações sociais.

Eis, entretanto, que a realidade chama esses mesmos alunos e alunas para refletir sobre o mundo que habitam e não é a professora que os causa tal situação. Do canto da sala (melhor dizendo, do google meet) surge um/uma estudante que diz ter escolhido o curso de ciências econômicas, pois deseja compreender por que existe a desigualdade que afasta tão brutalmente a realidade daqueles que vivem na Praia do Canto daqueles que vivem na região noroeste da ilha. Outro, jovem trabalhador, diz ter escolhido esse curso, pois trabalha dez horas por dia, como motorista de aplicativo e acha injusto ter que “dividir” uma parte tão grande de seu trabalho com a empresa, sendo que os custos e riscos da atividade são todos dele. A realidade os chama a refletir.

A espoliação e a desigualdade não estão, somente, nas páginas dos jornais, tampouco no livro texto que a coloca enquanto elemento constitutivo do capitalismo. Ela está na realidade e no cotidiano de nossos alunos e nossas alunas, ela habita a universidade, ela está em nossa cidade, país, em nosso entorno. Não por outro motivo, as aulas sobre Marx também geram um verdadeiro frisson, pois muitos se reconhecem, a si ou suas famílias, em uma relação de exploração.

O embate de ideias na sala de aula é um reflexo de nossa sociedade. Alguns querem crer que o enriquecimento, enquanto possibilidade, está ali na esquina da periferia, e basta gozar da liberdade que o capitalismo tanto permite e lutar pela sua vez e hora. Outros, também lutam, mas entendem que a tal liberdade se restringe àquela que lhe impõe a necessidade de sobrevivência. É disso que trata a ciência econômica entendida enquanto ciência social, pois uma vez que ela não esteja divorciada da

realidade, reflete visões sobre o projeto de vida social, como nos explicou Furtado (1974). Ser economista trata da tarefa de refletir cotidianamente qual sociedade queremos, pois “economistas que não estejam primordialmente voltados, direta ou indiretamente, às operações de economias reais que desejam transformar, melhorar ou proteger contra a deterioração, são mais bem classificados como subespécie de filósofos ou matemáticos, a menos que optem por ocupar o espaço vazio deixado em nossa sociedade secular pelo declínio da teologia” (HOBBSAWM, 1997, p. 97).

Referências Bibliográficas

- ARANTES, P. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BERNADO, J. **O tempo: substância do capitalismo**. Cadernos de Ciências Sociais, n. 1, 2006.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUNKER, C. **Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano**. São Paulo: Editora Ubu, 2017.
- FURTADO, C. **Objetividade e ilusionismo em economia**. In: O mito do desenvolvimento econômico, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- HOBBSAWM, E. *On History*. New Press, 1997.
- MISES, L. V. **Ação Humana: um tratado de economia**. Rio de Janeiro: Instituto liberal, 1990.
- NAKATANI, P. **A formação dos economistas e a economia política no Brasil**. In: Edição Especial da Revista da SEP, n. 59 (maio2021 - jun2021).
- NAPOLEONI, C. **O pensamento econômico do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, C. **Crítica à razão dualista: ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ROBBINS, L. **An essay on the nature and significance of economic science**. London: Macmillan and Co., 1932.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

Vacina para todos: uma questão de saúde coletiva

Isadora Faé
Lorena Duarte da Silva



Ilustração: Vilma Vargas. *Save the rich first*. Disponível em: <https://cartoonmovement.com/cartoon/save-rich-first> Acesso em: 09 fev. 2021.

O ano de 2020 foi marcado pelo enfrentamento de um vírus mortal e, com isso, a apreensão causada pela urgência de uma vacina. Fomos positivamente surpreendidos pelo desenvolvimento em tempo recorde de vários imunizantes para o novo coronavírus e, apesar de especialistas indicarem que a volta ao “normal” deva demorar, a esperança foi renovada em grande parte da população mundial. Contudo, ao observarmos os desdobramentos das negociações pelas vacinas desenvolvidas pelas grandes indústrias farmacêuticas, é inquietante como esse processo está sendo marcado por uma forte desigualdade que pode deixar a corrida pelas vacinas cada vez mais difícil para alguns países e acabar sendo nocivo para a saúde coletiva.

Um relatório¹ produzido pela People’s Vaccine Alliance — uma aliança formada por organizações como Anistia Internacional, UNAIDS, Oxfam e Global Justice Now — ilustra bem essa disparidade: enquanto o Canadá adquiriu doses de diversas farmacêuticas num volume suficiente para vacinar sua população inteira 5 vezes, os 70 países mais pobres do mundo só devem conseguir vacinar 1 em cada 10 cidadãos no próximo ano. Segundo um modelo matemático feito pela The Economist Intelligence Unit (EIU)², os países mais pobres do mundo devem atingir a vacinação em massa de sua população em três anos, enquanto algumas nações podem nem mesmo atingir esse patamar.

O anúncio de grandes empresas farmacêuticas sobre os bons resultados nos testes de suas vacinas, gerou uma verdadeira corrida pela imunização. Foi o caso da vacina produzida pela Pfizer, que antes mesmo de ser de fato produzida, foi cobiçada pelos países mais ricos como os Estados Unidos, países integrantes da União Europeia, Canadá e Japão, que juntos

¹Sarah Dransfield e Laura Rusu. Oxfam. *Campaigners warn that 9 out of 10 people in poor countries are set to miss out on COVID-19 vaccine next year*. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/campaigners-warn-9-out-10-people-poor-countries-are-set-miss-out-covid-19-vaccine>. Acesso em: 09 fev. 2021.

²Economist Intelligence Unit. *Africa faces major obstacles to accessing Covid vaccines*. 2021. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/africa-faces-major-obstacles-to-accessing-covid-vaccines/>. Acesso em: 09 fev. 2021

adquiriram 82%³ das 1.35 bilhões de doses prometidas pela gigante norte-americana, mesmo concentrando apenas 14% da população mundial.

Nas palavras de Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), “No fim, essas ações apenas prolongarão a pandemia, as restrições necessárias para contê-la e o sofrimento humano e econômico”.⁴ A diretora de pesquisas no Centro de Inovação em Saúde Global da Duke (universidade norte-americana), Andrea Taylor, confirma as palavras de Adhanom. Segundo Taylor, se os países mais pobres não assegurarem um número satisfatório de vacinas e o vírus continuar a se espalhar descontroladamente nessas regiões, novas variantes são mais propícias a surgirem. Isso é perigoso na medida em que essas cepas podem ser resistentes às vacinas já criadas⁵. É o caso da variante sul-africana: na primeira semana de fevereiro, o governo da África do Sul decidiu suspender o uso da vacina desenvolvida em parceria entre a Universidade de Oxford e a farmacêutica britânica AstraZeneca, após testes apontarem que o imunizante tem eficácia reduzida frente à principal variante do coronavírus no país⁶. Mesmo que outras vacinas com maior eficácia estejam disponíveis para a população sul-africana como alternativa, a situação acende um alerta vermelho para a possibilidade de que isso aconteça com outras variantes e

diferentes vacinas, ameaçando um retrocesso na campanha de imunização global.

Frente ao desafio da produção em escala mundial de forma menos desigual, algumas organizações criaram iniciativas para democratizar o acesso à vacina. Uma delas é a *Covax Facility*⁷, uma aliança criada pela OMS que auxilia países em desenvolvimento no enfrentamento à pandemia. A *Covax* reúne governos, empresas farmacêuticas, organizações de saúde, cientistas, setor privado e organizações filantrópicas com o fim de garantir que o acesso ao diagnóstico, tratamento e vacinação contra a Covid-19 seja mais democrático. A coalizão conta com mais de 150 países, entre eles o Brasil, que deve receber 10,6 milhões de doses no primeiro semestre de 2021, graças ao acordo⁸.

A iniciativa, contudo, esbarra em problemas de limitação de produção, logística e estoques físicos. Com isso, uma solução simples seria o compartilhamento de conhecimento processual tecnológico e direitos de fabricação de vacinas de forma que mais fabricantes possam produzi-la, aumentando a oferta e evitando alta de preços. Dessa forma, outro mecanismo criado pela OMS é a *Covid-19 Technology Access Pool (C-TAP)*⁹, que apresenta os mesmos objetivos da *Covax Facility*, mas com meios alternativos para alcançá-los. A *C-TAP*, por meio de divulgação pública de sequências genéticas e dados, transparência na publicação dos resultados de ensaios clínicos e compartilhamento de direitos de propriedade intelectual, permite que qualquer empresa e qualquer país tenha acesso mais rápido e

³Global Justice. *Most of Pfizer's vaccine already promised to richest campaigners warn.* 2020. Disponível em: <<https://www.globaljustice.org.uk/news/2020/nov/11/most-pfizer-s-vaccine-already-promised-richest-campaigners-warn>>. Acesso em: 09 fev. 2021

⁴BBC. *Vacina contra o coronavírus: OMS adverte que mundo está à beira de 'falha moral catastrófica'.* 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55726985>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

⁵Lioman Lima. BBC. *Vacinas contra covid-19: 'Distribuição desigual de imunizantes vai permitir contágios e mutações do coronavírus pelo mundo.* 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55957986>>. Acesso em: 09 fev. 2021

⁶Reuters. *África do Sul suspende vacina de Oxford após estudo indicar proteção limitada para variante.* 2021. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral.africa-do-sul-suspende-vacina-de-oxford-apos-estudo-indicar-protacao-limitada-para-variante.70003608610>>. Acesso em: 09 fev. 2021

⁷GAVI. *Covax explained.* Disponível em: <<https://www.gavi.org/vaccineswork/covax-explained>>. Acesso em: 09 fev. 2021

⁸G1. *Diretoria da Anvisa dispensa registro e autorização emergencial para vacinas da Covax Facility.* 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/02/09/diretoria-da-anvisa-dispensa-registro-e-autorizacao-emergencial-para-vacinas-da-covax-facility.ghtml>>. Acesso em: 09 fev. 2021

⁹OPAS. *Comunidade internacional se une para apoiar pesquisa e ciência abertas na luta contra a COVID-19.* 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/29-5-2020-comunidade-internacional-se-une-para-apoiar-pesquisa-e-ciencia-abertas-na-luta>>. Acesso em: 10 fev. 2021

igualitário às vacinas e tratamentos necessários para combate à Covid-19. Porém, a iniciativa não agradou a todos e apenas 40 países a adotaram. Os mais insatisfeitos da história foram as gigantes empresas farmacêuticas como a *AstraZeneca*, *Pfizer* e *Johnson & Johnson*, que condenaram a ação de compartilhar dados de testes e direitos de patentes, e chegaram a chamar de “absurda” essa tentativa de união voluntária feita pela OMS¹⁰. É necessário salientar, então, que por mais que a *Covax* e a *C-TAP* pareçam ser iniciativas semelhantes, há uma diferença fundamental: a *Covax* conta com investimento maciço, até das próprias empresas farmacêuticas, que esperam um retorno bilionário além do que já obtêm com os direitos de patente. Em suma, a *Covax* não está disposta a enfrentar o monopólio das *big pharma*s enquanto a *C-TAP* inviabilizaria o lucro das gigantes farmacêuticas, já que as empresas teriam que compartilhar propriedade intelectual com seus próprios concorrentes.

Diante da resistência dos países mais ricos e das grandes empresas farmacêuticas em contribuir com a *C-TAP*, um caminho semelhante e mais viável foi adotado pela Índia e África do Sul: em outubro de 2020, os governos dos países apresentaram à Organização Mundial do Comércio (OMC) uma proposta de suspensão do acordo de propriedade intelectual denominado “Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS)”¹¹ estabelecido em 1994. As atuais regras definidas no acordo determinam que a quebra de patentes não pode ser feita de maneira unilateral, sendo passível de punição pela OMC. Caso aprovada, a proposta permitiria um maior número de fornecedores, maximizando o abastecimento

global e, por consequência, ampliando o acesso à vacina por um preço reduzido.

A disputa pela vacina, que por enquanto é um bem escasso, escancarou um problema socioeconômico que acompanha a história moderna e se tornou ainda mais evidente durante esse último ano, não só no Brasil, onde podemos pegar como exemplo a discussão sobre o lockdown¹², mas em todo o mundo. A priorização da busca pelo lucro acima das vidas é uma questão notável em nossa sociedade e, no momento em que temos em risco milhões de vidas, devemos ter uma mobilização por parte dos governos em prol da vacinação em massa de todos os indivíduos e da preservação da saúde pública, para que possamos superar essa crise que nos afeta em tantos aspectos.

¹⁰Sarah Newey. The Telegraph. *WHO patent pool for potential Covid-19 products is 'nonsense', pharma leaders claim*. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/global-health/science-and-disease/patent-pool-potential-covid-19-products-nonsense-pharma-leaders/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

¹¹Leandro Machado. BBC. *Vacinas contra coronavírus: o Brasil poderia 'quebrar' as patentes dos imunizantes para covid-19?* 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55835203>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

¹²Recomendamos a leitura das resenhas “É preciso escolher entre vida e economia?” e “Flexibilização em jogo”, disponíveis em nossa revista para melhor compreensão do assunto. Cf. <<https://periodicos.ufes.br/peteconomia/issue/view/1215>>

O preço da perfeição

Patricia Specimille

Ruth Stein Silva



Ilustração: Índio San. Disponível em: <https://forbes.com.br/principal/2020/07/brasil-e-o-quarto-maior-mercado-de-beleza-e-cuidados-pessoais-do-mundo/> Acesso em 12 fev. 2021.

A crescente e incessante busca pelo corpo perfeito, aquele corpo que atende aos requisitos do padrão de beleza socialmente imposto, acomete todos os gêneros, raças e faixas etárias. Principalmente, meninas e mulheres que carregam consigo o estigma cultural e estrutural de estarem sempre em busca da aprovação, e que vem se tornando mais recorrente, concomitante ao fato que tornou-se cada vez mais difícil e inalcançável atender os ditames da moda e da estética corporal feminina. Especialmente, se levarmos em consideração o papel e o grau de influência das mídias sociais nas vidas das pessoas neste século.

Cada época da história foi marcada por uma determinada percepção do “ser belo”, e para alcançar o padrão imposto, diferentes técnicas eram utilizadas por diversos povos, fazendo o uso de materiais que dispunham na época. Como por exemplo, no Egito antigo (de 3000 a. C. a 200 d. C.) era comum o uso de mel, leite,

farelo, gordura animal, vegetais e cera de abelhas para criar cremes. Já entre os romanos, por volta do ano de 200 d. C., tornou-se comum a utilização de chumbo branco e pó de giz para “embranquecer” a pele, assim como manteiga e farinha de cevada para tratar a acne¹³.

Na atualidade, tais padrões de beleza se modificaram, mas a intenção do uso de métodos e mecanismos para mudar o corpo e se tornar aceito continua sendo a mesma, porém com a principal diferença do tipo de ferramenta utilizada, trazendo um maior nível tecnológico no processo. São vários os procedimentos estéticos criados para isso. A eletroterapia, por exemplo, funciona a partir da indução a reações bioquímicas e fisiológicas no nível celular que podem ser propagadas por meio de correntes elétricas pelo corpo. Além disso, existem também a carboxiterapia, que consiste na injeção de gás carbônico sobre a pele a fim de eliminar a flacidez, a lipocavitação, que é um tipo de ultrassom capaz de atuar nas células que armazenam gordura e rompem triglicerídeos na corrente sanguínea, e também a “corrente russa”, que consiste na estimulação elétrica por meio de dois eletrodos na musculação para contraí-la¹⁴. A lista não para por aí, e se estende dos pés à cabeça, os mais populares são tratamentos para

¹³Ivan Souza. **História dos cosméticos da antiguidade ao século XXI.** 2018. Disponível em: <https://cosmeticaemfoco.com.br/artigos/historia-dos-cosmeticos-da-antiguidade-ao-seculo-xxi/> Acesso em 11 fev. 2021.

¹⁴Marcelle Pinheiro. **Eletroterapia estética: o que é, aparelhos e contra indicações.** 2021. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/eletroterapia-estetica/> Acesso em: 11 fev. 2021.

a celulite - feito em sua maioria por mulheres - a Toxina Botulínica, o famoso “Botox”, próteses de silicone, rinoplastia, preenchimentos utilizando o ácido hialurônico, dentre vários outros.

Coexistem também os tratamentos estéticos mais invasivos como as cirurgias plásticas direcionadas à perda de peso, sendo uma delas a lipoaspiração, que é indicada para retirar o excesso de gordura localizada em determinada área do corpo. Para isso, é inserido na região escolhida, um tubo fino para “soltar” essa gordura, sendo aspirada a partir de um dispositivo médico. Os riscos desse tipo de cirurgia são diversos, hematomas, infecções, perfurações em órgãos e até a morte, como ocorreu recentemente à influenciadora digital Liliane Amorim, de 26 anos, que após ser acometida por uma infecção generalizada proveniente da lipoaspiração, veio a óbito em janeiro de 2021. Por tais motivos, é precípua ser realizada por profissionais qualificados e especialistas no assunto, que disponibilizem todas as informações necessárias e operem em clínicas de confiança.

Diferentemente da lipoaspiração, a Lipoaspiração de Alta Definição, também chamada de lipoaspiração HD (Lipo LAD), além de remover o excesso de gordura, também modela e destaca os músculos, atuando em uma camada mais superficial do corpo, dando o efeito de “barriga tanquinho” com o intuito de criar um corpo magro, porém musculoso e esculpido. De acordo com a cirurgia plástica Luciene Oliveira, da clínica Leger, de São Paulo, “está na moda ter um corpo esculpido, assim como ter uma barriga mais lisinha já foi um dia”¹⁵. Esse procedimento, muito utilizado por figuras públicas que expõem suas vidas constantemente na TV e na internet, gerou

¹⁵Julia Flores. UOL. **Lipo LAD: o que há por trás da cirurgia da moda que cria barriga tanquinho.** 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/27/lipo-de-lad-conheca-a-cirurgia-que-promete-definicao-muscular-em-um-mes.htm#:~:text=M%C3%A9dicos%20e%20especialistas%20dizem%20que,e,C%C3%ADnca%20Leger%2C%20de%20S%C3%A3o%20Paulo>> Acesso em 11 fev. 2021

polêmicas há pouco tempo, pelo fato da atriz Giovanna Chaves, de apenas 18 anos de idade e com o corpo dentro dos padrões estabelecidos, ter realizado o procedimento e divulgado em suas redes sociais.

Mesmo com todos os riscos conhecidos, segundo dados da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica e Estética (ISAPS) divulgados em 2019, no ano de 2018, o Brasil realizou cerca de 2 milhões e 400 mil intervenções cirúrgicas e não-cirúrgicas legalmente realizadas no ano, ultrapassando os EUA na liderança de realização de procedimentos do gênero¹⁶. Os indícios desse aumento podem ser vistos em dados de 2016, quando a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) realizou uma pesquisa cujo resultado apontou um aumento de 390% na busca por procedimentos pouco invasivos¹⁷. Em 2020, mesmo com a necessidade de distanciamento social causada pela pandemia da Covid-19, a procura por esse tipo de procedimento cresceu cerca de 30% entre março e agosto¹⁸. O cirurgião plástico Paolo Rubez, membro da SBCP, apontou em entrevista para a Vogue Brasil que “Em meio a todo o estresse e ansiedade, muitos pacientes relatam crises com a própria aparência física. Além disso, muitos foram forçados a passar horas em videoconferências com iluminação ruim, ângulos infelizes e recortes estranhos, expondo características que nunca notaram antes”, o médico aponta ainda que essa nova maneira de se enxergar, somada a pressão

¹⁶Pedro Coltro. SBCP. **O Brasil ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o país que mais realiza cirurgias plásticas no mundo.** 2020. Disponível em:

<[Acesso em 12 fev. 2021](http://www2.cirurgioplastica.org.br/blog/2020/02/13/lider-mundial/#:~:text=Os%20dados%20s%C3%A3o%20de%20uma,mil%20procedimentos%20est%C3%A9ticos%20n%C3%A3o%2Dcir%C3%BArgicos.></p>
</div>
<div data-bbox=)

¹⁷Terra. **Procedimentos estéticos não cirúrgicos aumentaram 390% no Brasil.** 2019. Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/dino/procedimentos-esteticos-na-o-cirurgicos-aumentaram-390-no-brasil.70b9548ed3c2b99810a3aab26e897a4a88re4xa3.html>>. Acesso em: 12 fev. 2021

¹⁸Caio Saad e Thais Gesteira. Veja. **Aumenta o número de plásticas em tempo de isolamento social.** 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/aumenta-o-numero-de-plasticas-em-tempo-de-isolamento-social/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

estética, pode ser um dos fatores que vem gerando grande parte da demanda¹⁹.

Outro método muito divulgado e utilizado para a redução de medidas é a ingestão ou aplicação de medicamentos como os fitoterápicos, os aceleradores de metabolismo e pílulas que simulam saciedade e prometem os resultados desejados sem esforço das pessoas que o utilizam, apresentando-se como uma solução para todos os problemas. Dentre estes fármacos se encontra o Ozempic (semaglutida), lançado no Brasil em 2019 para o tratamento de diabetes. O produto só deveria ser administrado sob orientação médica, mas tem sido utilizado indiscriminadamente para a perda de peso, apesar dos riscos que traz para a saúde do usuário. Médicos e especialistas apontam que o uso desregrado e fora da finalidade do remédio pode causar diversas interferências na saúde, das mais leves como vômitos e enjoo, até problemas intestinais graves e o desenvolvimento de doenças no fígado²⁰. O uso indevido desse tipo de produto vem sendo impulsionado por grupos no WhatsApp e no Facebook, formados por pessoas que trocam dicas, relatos e até comercializam os medicamentos, sem informar aos possíveis usuários seus danos e riscos à saúde.

No capitalismo, a massificação do consumo ultrapassa qualquer barreira e tende a tornar o próprio corpo humano alvo do mercado. Em “Vida para consumo”, Bauman retrata que o crescimento do consumo está ligado ao surgimento de novas tendências, que refletem o objetivo capitalista de obtenção de lucro, deturpando valores essenciais e coisificando o

corpo, “o ser não é mais ser, mas sim objeto”²¹. Dessa forma, empresas e marcas, por meio da mídia e da publicidade, criam um ciclo vicioso em que vendem cada vez mais técnicas e procedimentos que modificam o corpo, o moldando a um padrão criado pela própria mídia. Em vista disso, as redes sociais, principalmente o Instagram, entram e funcionam como canal de influência para o público alvo dessas instituições. Retratando uma realidade intangível para a maioria de seus seguidores, Digital Influencers ou formadores de opinião, com o celular em mãos conseguem influenciar milhares de pessoas, de maneira direta ou indireta, a consumirem algum produto ou seguirem um determinado estilo de vida. Contudo, gira-se a seguinte problemática a respeito dessa ação: o uso irresponsável do poder de influenciar essas pessoas e a normalização da prática de procedimentos estéticos invasivos, que geram questionamentos, e até culpa, pela percepção de não se encaixar aos padrões impostos e serem obrigadas a realizá-los, o que põe a vida dessas pessoas em perigo, tanto física quanto psicologicamente.

Consumir diariamente esse tipo de conteúdo advindo das redes sociais, que ditam regras e representam um modelo de vida inalcançável, torna-se um gatilho para pessoas que possuem baixa autoestima ou são vítimas de preconceito por não atenderem as expectativas impostas pela sociedade, desencadeando inúmeras consequências, como depressão, ansiedade, alterações do humor, isolamento social e distúrbios alimentares. Segundo o Congresso Brasileiro de Psiquiatria (CBP)²², a anorexia faz parte desses distúrbios e caracteriza-se como

¹⁹Vogue. **Saiba porque a procura por procedimentos estéticos surgiram durante uma pandemia.** 2020. Disponível em: <<https://vogue.globo.com/beleza/pele/noticia/2020/11/saiba-porque-procura-por-procedimentos-esteticos-cresceu-durante-pandemia.html>> Acesso em 12 de fev. 2021.

²⁰Fabiana Cambricoli. Estadão. **Novo remédio de diabetes é usado para emagrecer, médicos apontam riscos.** 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/agencia-estado/2020/01/20/novo-remedio-de-diabete-e-usado-para-emagrecer-medicos-apontam-riscos.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 10 fev. 2021.

²¹Laura Marcht e Carolina Hohemberger. Empório do Direito. **Mercantilização do corpo humano: entre a liberdade de dispor e a liberdade de alienação.** 2016. Disponível em: <<https://emporioidireito.com.br/leitura/mercantilizacao-do-corpo-humano-entre-a-liberdade-de-dispor-e-a-liberdade-de-alienacao>> Acesso em: 11 fev. 2021.

²²André Biernath. Veja. **Os 12 principais tipos de transtorno alimentar, de anorexia a compulsão.** 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/alimentacao/principais-tipos-transtorno-alimentar/>> Acesso em 11 fev. 2021.

“uma condição mental com mais alta taxa de mortalidade”, isso pois a restrição de alimentos feita pelo paciente, por acreditar serem muito calóricos, leva à perda rápida de peso, o que pode acarretar quedas de pressão, desmaios, desidratação, entre outros. E, além disso, vêem sua imagem distorcida no espelho e continuam a achar que estão acima do peso. Ao contrário da anorexia, a bulimia consiste na ingestão exacerbada de alimentos considerados calóricos, seguida pelo sentimento de culpa onde as pessoas doentes “encontram uma maneira de expurgar aquela caloria” induzindo o vômito. Já a compulsão alimentar, em ataques de ansiedade e estresse, alcança níveis de ingestão de caloria acima do considerável normal, 2 mil calorias por dia, o portador do distúrbio chega a ingerir de 4 mil a 15 mil em poucos minutos, levando em sua maioria ao desenvolvimento da obesidade.

Um agravante para os distúrbios citados é a frustração provocada no indivíduo quando crê que sua aparência não condiz com o padrão de beleza que é disseminado pelas mídias sociais. Tais padrões, via de regra, estão, simbólica e diretamente, associados ao sucesso, à dignidade, à aceitação social e à felicidade, enquanto corpos que não atendem a este estereótipo são indiretamente relacionados a infelicidade²³. A percepção desses transtornos pode ser um pouco abstrata para algumas pessoas, entretanto, segundo uma pesquisa realizada em 2014 pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, mostrou que 77% das jovens do estado são propensas a desenvolver uma doença deste tipo. Além disso, diversas personalidades da mídia, como as cantoras Demi Lovato e Anahí, e as atrizes Cássia Kiss e Jessica Alba, falam abertamente sobre os distúrbios que têm ou já tiveram, e que foram

causados ou agravados pela pressão psicológica causada pela mídia²⁴.

Por outro lado, nos últimos anos, diversos atores, cantores e criadores de conteúdo têm surgido com diferentes pautas, apresentando possibilidades de felicidade sem se submeter a procedimentos arriscados, incentivando o amor próprio e o autocuidado. Visto que a padronização do corpo humano é um movimento intangível pela diversidade de pessoas existentes no mundo todo, de diferentes etnias, cores e formas, sem contar com as tendências que mudam a cada ano. O mais importante a ser feito é investigar a causa da insatisfação com o corpo e distinguir a vontade própria da influência de terceiros, entender as limitações que existem e buscar sempre a ajuda de profissionais confiáveis, para que um processo que tem o objetivo de levantar a autoestima, não se torne um perigo para a vida. Além disso, o retorno da popularidade e adesão ao movimento *Body Positive*²⁵ tem auxiliado muitas pessoas a reencontrarem sua autoestima e compreender que não é viável ou necessário fazer tudo o que nos é imposto para alcançar o padrão exigido pela "indústria da beleza".

²³BARACAT, Mariana; BARACAT, Juliana. A influência social e cultural da idealização do corpo perfeito através dos meios de comunicação e seu impacto na formação da imagem corporal. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 26, p. 1-11, 2016. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Xwf05ZDP3MtONsC_2017-10-17-21-27-33.pdf> Acesso em: 12 fev. 2021

²⁴Giovana Fei. Cláudia. **20 famosas que falaram abertamente sobre distúrbios alimentares**. 2020. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/sua-vida/famosas-disturbios-alimentares-anorexia-bulimia/>> Acesso em 03 mar. 2021

²⁵O movimento Body Positive surgiu em 1967, com uma campanha contra a discriminação pública de pessoas obesas e a luta por seus direitos. Mais tarde, ativistas começaram a exigir respeito não apenas para pessoas com obesidade, mas também para aquelas com deficiências, cicatrizes, queimaduras, transgêneros, etc. Atualmente o Body Positive está diretamente ligado à ideia de ser positivo em relação ao seu corpo, resignificando o que foi ensinado como uma imperfeição. É deixar no passado a imposição para se encaixar no padrão imposto pela moda, pelo universo da beleza, sem deixar o amor ao seu corpo e saúde de lado.

Desigualdade de renda e estratificação social

Matheus Maia

Plínio Natalino



Ilustração: Arionauro Cartuns. *Desigualdade nos mantém na pobreza.* Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/aricunha/desigualdade-nos-mantem-na-pobreza/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

A desigualdade social é uma problemática de alta complexidade. Está enraizada na estrutura social brasileira desde o período colonial até a contemporaneidade, sendo nítido por meio do contraste do modo de vida da população mais rica, que usufrui de uma melhor qualidade de vida, em comparação com a parcela da sociedade mais pobre. Nesse contexto, fatores histórico-sociais como o nível de escolaridade, o racismo estrutural, o machismo e as desigualdades regionais influenciam diretamente na distribuição de riqueza entre as pessoas e ocasionam a perpetuação do cenário de desigualdade social em todo território nacional. Sendo amplamente exemplificados em diversos veículos de comunicação por meio do contraste da qualidade de vida de bairros,

que mesmo sendo vizinhos, apresentam diferentes índices de desenvolvimento social.

A título de exemplo, os bairros paulistanos de Paraisópolis ("favelizado") e do Morumbi ("nobre"), apesar de serem vizinhos, apresentam características notoriamente distintas. Paraisópolis apresenta uma situação de 50% das moradias irregulares e, a cada dez habitantes, aproximadamente dois ocupam empregos formais. Ademais, a expectativa de vida na região é de 65,5 anos. Já o bairro do Morumbi tem uma alta taxa de empregabilidade formal, elevada renda familiar e expectativa de vida que ultrapassa os 80 anos²⁶.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), que considera os dados disponíveis de cada país entre 2010 e 2017, o Brasil é o segundo pior em distribuição de renda de sua população, ficando atrás apenas do Qatar. Assim, de acordo com esse relatório, o 1% da população mais rica concentra 28,3% da renda total brasileira. Em outras palavras, quase um terço da renda está nas mãos de 1% da população. Já os 10% mais ricos no Brasil

²⁶Francisco Porfírio. Brasil Escola. **Desigualdade social.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social.htm#dendnote2anc>. Acesso em: 12 mar. 2021.

G1. **O Brasil tem a 2ª maior concentração de renda no mundo, diz relatório da ONU.** 2019 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml> > Acesso em: 07 mar. 2021.

concentram 41,9% da renda total²⁷. Tais dados reforçam a infeliz conjuntura brasileira, que garante a maior parte da população dificuldades em se obter maiores rendimentos e uma qualidade de vida melhor.

Outra forma de se medir a desigualdade em um país é utilizando o Índice de Gini: instrumento usado principalmente para comparar o grau de concentração de renda, variando entre um (1), nível máximo de concentração, e zero (0), nível mínimo²⁸. O objetivo dele não é medir a pobreza, mas a distância entre os percentis mais pobres dos mais ricos. Dados do Banco Mundial de 2017²⁹ colocam o Brasil em uma das últimas posições do *ranking* com 123 nações, ocupando a 116ª colocação, em que apresenta uma concentração de 0,533, estando à frente apenas de Botsuana, Moçambique, Essuatíni, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Namíbia e África do Sul na última posição. Mas, o que significa em termos práticos ser um dos países mais desiguais do mundo?

A priori, é vital enfatizar que a educação está estritamente relacionada com o nível de renda, vis-à-vis a desigualdade. À vista disso, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é a principal prova do país e a porta de entrada para a educação pública superior. Um estudo feito pelo cientista de dados, Leonardo Salles, em 2017³⁰, demonstrou que a nota dos

estudantes está correlacionada, até 85%, à fatores socioeconômicos, sendo que entre os principais estão: se o aluno estudou em escola pública ou privada, a renda familiar e a inexistência de computador em casa. Extrapolar esse resultado para poder explicá-lo não é difícil. A Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras de 2019³¹ apontou que 39% dos estudantes de escolas públicas não dispunham de computador em casa. Já o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizado em 2020³² aponta que 6 milhões de estudantes, 12% do total, não possuíam acesso à internet em casa. Esses dados significam que milhares de jovens têm sua renda futura reduzida por não possuírem uma estrutura mínima para estudar e, mesmo que consigam chegar até a universidade, uma parte desses estudantes esbarram em outro problema: o racismo estrutural.

Desde a década de 1990 o movimento negro lutou por medidas que facilitassem o acesso de pretos ao ensino superior, motivados por diferenças históricas que excluem metade da população, e que se originam na escravidão e nos anos de exclusão dessa porção da população após seu fim. Em 2012, essa luta se converteu na Lei de Cotas que visa garantir a equidade no acesso às universidades públicas, espaços que até então eram majoritariamente ocupados por pessoas brancas. Argumento comum de pessoas contrárias às cotas raciais é que a Lei de Cotas reforça, de determinada maneira, o preconceito racial na medida em que designa determinado número de vagas em relação à cor e à etnia. O economista Andrew

²⁷G1. **O Brasil tem a 2ª maior concentração de renda no mundo, diz relatório da ONU.** 2019 Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>> Acesso em: 07 mar. 2021.

²⁸Andréa Wolffebüttel. IPEA. **O que é? Índice de Gini.** 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:texto=C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado.apresentam%20de%20zero%20a%20cem>. Acesso em: 07 mar. 2021.

²⁹BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators: Gini Index.** 2021. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=SI.PO.V.GINI&country=#>>. Acesso em: 07 mar. 2021. Se utilizou o dado mais recente quando o de 2017 não estava disponível.

³⁰Caio Blois e Luiz Fernando Toledo. **Estadão. Fatores sociais podem explicar até 85% da nota de quem presta o Enem.** 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,fatores-sociais-pode>

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:texto=C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado.apresentam%20de%20zero%20a%20cem>.

Acesso em: 07 mar. 2021.

³¹CETIC (São Paulo). **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras.** 2019. 332 p. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123090444/tic_edu_2019_livro_eletronico.pdf>. Acesso em 08 mar. 2021.

³²IPEA. **Acesso Domiciliar à internet e Ensino Remoto durante a Pandemia.** 2020. 24 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10228/1/NT_88_Disco_AcesDomInternEnsinoRemoPandemia.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Francis-Tan, em artigo publicado em 2016,³³ analisou irmãos brasileiros de etnias diferentes. Esses irmãos com tons de pele distintos nascem geralmente quando um dos pais é branco e o outro não, ocorrendo em 20% do total dos casais heterossexuais brasileiros. Os resultados que o estudo encontrou são de que, mesmo os irmãos tendo estrutura familiar idêntica, renda e oportunidades, os irmãos mais escuros conseguiram menos empregos formais, de menor qualificação e, conseqüentemente, obtendo uma renda menor. Esses dados expõem a necessidade das cotas raciais na sociedade, uma vez que cotas por renda são insuficientes para lidar com a questão estrutural do racismo no Brasil.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negros recebem em média 44% menos do que brancos, e mulheres 22% menos do que homens, deixando nítida a estratificação social também no mercado de trabalho³⁴. Mas, por que essa diferença entre homens e mulheres? A renda como mencionamos está correlacionada diretamente com a educação e, mesmo elas possuindo mais anos de estudo do que eles, recebem menos. Isso abre espaço para encontrar outros motivos que produzem a desigualdade salarial. O viés de gênero e o machismo podem ocasionar esse impacto criando barreiras e cerceando a liberdade. As escolhas profissionais que as mulheres fazem possuem limitações por aspectos culturais, sendo as principais responsáveis no cuidado de idosos, crianças e tarefas domésticas, que em geral não são remuneradas³⁵.

Quando conseguimos traduzir essas desigualdades em perdas de renda e produtividade, entendemos uma pequena parte da realidade. Por exemplo, pensar em políticas que estimulem o transporte público sem considerar que metade das suas usuárias têm medo de serem assediadas ou de utilizar o serviço em determinados horários. Ou ainda, desconsiderar questões raciais no uso de cotas para universidades públicas. Um olhar atento para essas relações sociais pode contribuir para o desenvolvimento de melhores políticas.

É importante observar que o aprimoramento do sistema educacional brasileiro é fator indispensável para o combate da desigualdade social. Nesse contexto, de acordo com o estudo realizado pelo Insper e pela Fundação Roberto Marinho, em 2020, o Brasil perde devido à evasão escolar cerca de R\$ 214 bilhões por ano³⁶ gerando prejuízos na economia, e, conseqüentemente, promovendo bases para a desigualdade persistir ao longo dos anos. Contudo, uma das saídas para essa grave problemática poderia ser a utilização de políticas públicas como as do estado do Ceará, onde, segundo o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em dados divulgados em 2016, estão 77 das 100 melhores escolas públicas, considerando os primeiros cinco anos escolares. Diversos fatores podem ser enumerados para explicar o sucesso cearense, como exemplos têm-se a mudança na distribuição do ICMS, realizada pelo governo estadual em 2007 (com base nos resultados obtidos no IDEB), pressionando os municípios a aprimorar a educação de suas escolas, a criação de prêmios para escolas e professores baseados no desempenho escolar, gerando maior valorização dos profissionais

³³FRANCIS-TAN, Andrew. **Light and shadows: An analysis of racial differences between siblings in Brazil**. 2016. 12 p.

³⁴Correio do Povo. **Salário médio da mulher é 22% menor que o do homem no Brasil, revela IBGE**. 2020. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/economia/sal%C3%A1rio-m%C3%A9dio-da-mulher-%C3%A9-22-menor-que-o-do-hom-em-no-brasil-revela-ibge-1.418659>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

³⁵Carolina Cruz. G1. **Mulheres gastam quase o dobro do tempo de homens com tarefas domésticas no DF; índice não tem avanço em quatro anos**. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/03/07/mulheres-gastam-quase-dobro-do-tempo-de-homens-com-tarefas-domesticas->

<no-df-idade-nao-tem-avanco-em-quatro-anos.ghtml>>. Acesso em: 12 mar. 2021

³⁶Cássia Almeida. O Globo. **País perde R\$ 214 bilhões por ano com evasão escolar de jovens**. 2020. Disponível em : <<https://oglobo.globo.com/economia/pais-perde-214-bilhoes-por-ano-com-evasao-escolar-de-jovens-24531093>>. Acesso em 16 mar. 2021.

que trabalham na área, e a estabilidade política, que permitiu a continuidade de políticas educacionais que visavam a melhoria do ensino público cearense.

Além das infames desigualdades raciais, de escolaridade e de gênero que ainda persistem na sociedade brasileira, outra problemática que se destaca na contemporaneidade é a desigualdade entre as regiões do país, em que a região Centro-Sul (composta pelo Sudeste, Sul e Centro-Oeste) apresenta melhores índices de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida em comparação com as regiões Norte e Nordeste. Nessa conjuntura, a desigualdade regional brasileira pode ser percebida pela comparação do PIB per capita entre as regiões, onde, de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE em 2018, o PIB per capita das regiões Sudeste (1,26), Sul (1,20) e Centro-Oeste (1,29) são muito superiores aos números obtidos pelas regiões Nordeste (0,53) e Norte (0,63)³⁷. Ademais, outro fato a se destacar, observando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2017, é a situação dos estados brasileiros situados na região Centro-Sul, que concentram os melhores índices de esperança de vida ao nascer do país, refletindo a melhor qualidade de vida da região, com destaque para os estados de Santa Catarina e Minas Gerais, com cerca de 76,9 anos e 77,4 anos de expectativa de vida, respectivamente. Já a região Norte-Nordeste concentra os piores índices de esperança de vida ao nascer, com destaque negativo para o Piauí com expectativa de vida de 71,2 anos, e o Maranhão com 70,8 anos³⁸.

Destarte, diversos fatores histórico-sociais explicam a disparidade de desenvolvimento econômico e social entre as regiões do país e nos permitem entender melhor essa conjuntura. À vista disso, é necessário frisar que importantes períodos econômicos

brasileiros, como o ciclo do ouro, iniciado com a descoberta de ouro na região de Minas Gerais no século XVII e o ciclo do café, no qual o produto foi responsável por grande parte das exportações brasileiras ao exterior do século XVIII até meados do século XX, ajudaram a atrair um grande contingente de pessoas para essas áreas e desenvolver as cidades ao redor, criando um cenário de prosperidade na região. Diante disso, com o avanço do processo de industrialização, que foi financiado em grande parcela pela exportação do café, tendo como principal polo o estado de São Paulo, o desenvolvimento se concentrou ainda mais, com a vida econômica do país se comprimindo no eixo Sul-Sudeste. Como consequência desse fato, o êxodo de nordestinos, buscando fugir da estagnação econômica e das péssimas condições de vida da região, aumentou consideravelmente, tendo o auge desse processo entre as décadas de 1960 e 1980.

Apesar das desigualdades apresentadas no texto, a percepção de mobilidade social através do esforço individual se resume no conceito de "meritocracia". Contudo, esse conceito não se ampara na vida real: de acordo com o estudo de mobilidade social realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com dados de 30 países, o Brasil é o 2º pior país em promover a ascensão social, sendo necessário 9 gerações para que os descendentes da parcela dos 10% mais pobres conseguissem obter o nível de rendimento médio do país³⁹. Além disso, esse estudo, denominado "O elevador social está quebrado? Como promover mobilidade social", aponta que a renda intergeracional (o quanto a renda dos filhos é influenciada pelos pais) no Brasil é de 70%, ou seja, se uma família possui uma renda duas vezes maior que outra, os filhos da família de maior rendimento terão, em média, uma renda 70% maior em comparação com os filhos da família de menor renda. Com isso, tais dados reforçam que a tese da "meritocracia" está longe de ser empregada na realidade

³⁷IBGE. **Sistema de Contas Regionais: Brasil 2018**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101765_informativo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

³⁸Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil. Tabelas. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

³⁹Camila Veras Mota. BBC. **Brasil é o segundo pior país em mobilidade social em ranking de 30 países**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44489766>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

brasileira, marcada por gritantes disparidades sociais supracitadas no texto⁴⁰.

No entanto, em contrapartida aos argumentos dos defensores da “meritocracia”, diversas políticas públicas foram pensadas com o intuito de favorecer a distribuição progressiva de renda, com destaque para a renda mínima, na qual uma parte da população mais pobre recebe um rendimento do governo. Nesse contexto, essa ideia ganhou bastante notoriedade com a implementação bem-sucedida do auxílio-emergencial, benefício de R\$600,00 criado pelo Congresso Federal para trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que retirou cerca de 13,1 milhões de pessoas da pobreza, segundo uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁴¹. Contudo, apesar dos resultados positivos do auxílio-emergencial vistos durante o ano de 2020, a ideia de uma renda mínima ganha bastante críticas devido a grande parcela do orçamento necessário para empenhá-la, tal como ocorreu com o auxílio-emergencial, que teve um gasto de R\$ 294,7 bilhões, o que corresponde a 4% do Produto Interno Bruto (PIB)⁴². Visando essas críticas, um estudo do Centro de Pesquisa de Macroeconomia das Desigualdades (MADE) demonstrou, de forma preliminar, que taxar o 1% mais rico para transferir aos 30% mais pobres geraria uma expansão do PIB em 2,14%,

e isso sem elevar a dívida do governo⁴³. A renda mínima do estudo que gera esse impacto é de R\$125 por pessoa.

Os desafios para o combate à desigualdade social são enormes. Perpassam por muitas lutas de movimentos civis e ONGs, boas políticas, apoio do governo e principalmente pela aversão social à desigualdade, que de modo algum deve ser tolerada ou normalizada. Pesquisadores de diversos lugares do país se debruçam sobre o tema e propõem soluções, mas a implementação dessas políticas depende de torná-las primeiro públicas, para que então mais pessoas as defendam. Dentre essas soluções, além de uma reforma tributária ampla e progressiva, precisamos de uma política de transferência de renda permanente, que reduza o abismo entre os mais ricos e os mais pobres, e que não permita que milhões de pessoas sejam jogadas na pobreza extrema com o prolongamento da pandemia.

⁴⁰ Maurício Brum. *Gazeta do Povo. Por que o Ceará tem as melhores escolas públicas no Brasil.* 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/por-que-o-ceara-tem-as-melhores-escolas-publicas-do-brasil-32nzq3njgh0o8kqb2p4wi223p/>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

⁴¹ CNN Brasil. *Auxílio emergencial tira 13 milhões da extrema pobreza.* 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/08/26/auxilio-emergencial-tira-13-milhoes-de-pessoas-da-pobreza-extrema-aponta-fgv>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

⁴² Douglas Rodrigues. *Poder 360. Governo gastou 4% do PIB com a 1ª fase do auxílio emergencial.* 2020 Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/governo-gastou-4-do-pib-com-a-1a-fase-do-auxilio-emergencial/#:~:text=Sob%20os%20efeitos%20da%20pandemia,40%25%20das%20resid%C3%A2ncias%20do%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

⁴³ Rodrigo Toneto. Theo Ribas. Laura Carvalho. MADE/USP. *Como a redistribuição de renda pode ajudar na recuperação da economia? Os efeitos multiplicadores da tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres.* 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/02/NPE008_site.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Pandemia e Inflação: o Brasil do “Bolsocaró”

Gabriel Nippes

Maya Pavan



Ilustração: Cabalau. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/09/12/charge-do-dia/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Muitas palavras podem definir 2020, mas "trágico" talvez seja a que consiga melhor sintetizar o turbilhão de acontecimentos que marcaram esse ano. A crise da Covid-19, de certo, foi o acontecimento chave que mudou radicalmente os rumos que o mundo iria tomar, afetando todos os âmbitos da vida social, e a economia, como era de esperar, foi um deles. A pandemia desencadeou uma série de situações que levaram à queda da atividade econômica mundial e ao aumento generalizado nos preços, que perdurou por todo o ano no Brasil como um dos efeitos colaterais da crise sanitária, afetando diversas camadas sociais, principalmente as mais marginalizadas.

Nesse sentido, não é exagero afirmar que o aumento dos preços é um assunto em voga no cotidiano brasileiro desde 2020, no entanto, esse ano a temática criou polêmicas para além dos diálogos corriqueiros. A partir de um vídeo que viralizou nas mídias sociais, e da percepção

dos brasileiros acerca dos preços nas prateleiras, o assunto voltou a ser pauta polêmica. Como se fosse uma propaganda de supermercado, o locutor anônimo de uma manifestação virtual anuncia: "Todo dia é dia de preço alto no Brasil do Bolsonaro". O vídeo da campanha "#Bolsocaró", que tem 1 minuto e 14 segundos de duração, critica a inflação de itens comuns no cotidiano do brasileiro como carne, batata, gasolina e gás de cozinha, após a eleição do presidente Jair Bolsonaro⁴⁴.

À vista disso, estopins, como a campanha citada, não surgem a partir de percepções vazias de sentido, muito pelo contrário, manifestações se fazem presentes no momento em que um cidadão sente que seus direitos foram violados. Prova disto foi a projeção feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que revisou a previsão para a inflação dos alimentos em 2021. O instituto corrigiu a projeção de 3% para 4,4% de alta nos preços da categoria, de acordo com estatísticas do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) contidas na carta de conjuntura divulgada em 23 de fevereiro de 2021⁴⁵. Assim, como o gasto alimentício representa uma parte muito

⁴⁴Uol. 'Bolsocaró': vídeo sobre o aumento de preços no Brasil viraliza nas redes sociais. 2021. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/economia.uol.com.br/noticias/es-tadao-conteudo/2021/03/07/bolsocaró-video-sobre-o-aumento-de-precos-no-brasil-viraliza-nas-redes-sociais.amp.htm>. Acesso em: 22 mar. 2021.

⁴⁵Ipea. Carta de conjuntura NÚMERO 50 — NOTA DE CONJUNTURA 14 — 1 ° TRIMESTRE DE 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210_223_cc50_nota_tecnica_inflacao_nova.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

significativa da renda de famílias de classe baixa - referente a 24,3%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)⁴⁶ - a inflação dos alimentos afeta essa população com mais força⁴⁷, e, por isso, a indignação com o aumento dos preços repercutiu com intensidade por todo o país.

No primeiro trimestre de 2020, logo após o início da pandemia do novo coronavírus e o anúncio das medidas de restrição social, a conjuntura econômica era de forte incerteza. Em um frenesi geral, consumidores correram para os mercados e começaram a estocar. Assim, de acordo com a lei da oferta e demanda, os produtores não conseguiram acompanhar o abrupto aumento da procura, o que gerou a escassez de produtos básicos e, por conseguinte, ocasionou na alta da inflação, ou seja, no aumento generalizado dos preços de bens e serviços, implicando à diminuição do poder de compra da moeda. Esta é medida pelos chamados “índices de preços”. O Brasil conta com diversos índices que a calculam, como por exemplo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é utilizado no sistema de metas para a inflação⁴⁸. Outro exemplo é o Índice de Preços de Alimentos da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), que teve média de 107,5 pontos em dezembro de 2020, valor bem superior aos 91,0 pontos de maio. Para o conjunto do ano de 2020 o valor nacional foi de 97,9 pontos, maior taxa em quase 10 anos⁴⁹.

Alguns itens se destacaram nesse aumento, por exemplo, em pouco menos de um mês de isolamento, o álcool em gel e as máscaras - necessários para o combate ao vírus - registraram crescimento de até 161%⁵⁰, provocando reclamações de preços abusivos. Diante disso, com base no IPCA, no decorrer do ano, outros setores e serviços também apresentaram aumento nos preços, como: alimentação, habitação, artigos de residência, transportes, despesas pessoais, educação e comunicação. Isso corroborou para que a inflação oficial do país em 2020 fechasse em 4,5%⁵¹, acima da meta para o ano, que era de 4%, de acordo com o IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alimentação foi o grande vilão para o bolso dos brasileiros. O grupo teve uma alta acumulada de 14,1%⁵² no decorrer do ano, de acordo com o IBGE. Destacaram-se insumos como o óleo de soja e o arroz, alcançando uma alta de 103,8% e 76%, respectivamente. Esses produtos foram seguidos pelo aumento do feijão (68,8%), da batata-inglesa (67,3%) e do tomate (52,8%). Segundo o Instituto, os alimentos e as bebidas representaram sozinhos quase metade da inflação do ano. Esse boom na inflação pode ser explicado, também, pela desvalorização do real. Com a desvalorização do real, as commodities brasileiras ficam, em termos relativos, mais baratas para os compradores estrangeiros do que as

⁴⁶IBGE. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/inpc/quadros/brasil/fevereiro-2021#:~:text=%C3%8Dndice%20Nacional%20de%20Pre%C3%A7os%20ao,assalariada%20com%20mais%20baixo%20rendimento>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

⁴⁷Amazonas atual. Famílias de baixa renda são as mais afetadas pela alta dos preços. 2020. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/familias-de-baixa-renda-sao-as-mais-a-fetadas-pela-alta-dos-precos/>> Acesso em: 22 mar. 2021.

⁴⁸Banco Central do Brasil. O que é Inflação? Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>>. Acesso em: 29 mar.2021.

⁴⁹José Eustáquio Diniz Alves. Ecodebate. O aumento do preço dos alimentos no mundo e no Brasil. 2021. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2021/01/13/o-aumento-do-preco-do-s-alimentos-no-mundo-e-no-brasil/#:~:text=%5BEcoDebate%5D%20>

<<https://www.ecodebate.com.br/2021/01/13/o-aumento-do-preco-do-s-alimentos-no-mundo-e-no-brasil/#:~:text=%5BEcoDebate%5D%20>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

⁵⁰Felipe Andretta. Uol. Preço de álcool em gel e máscaras subiu até 161%; governo deveria tabelar? 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/12/governo-controla-precos-tabelar-mascara-alcool-gel-agua-coronavirus.htm>> Acesso em: 25 mar. 2021.

⁵¹Alerrandre Barros. Agência IBGE. Inflação acelera em dezembro e chega a 4,52% em 2020, a maior alta desde 2016. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29871-inflacao-acelera-em-dezembro-e-chega-a-4-52-em-2020-a-maior-alta-desde-2016>> Acesso em: 25 mar. 2021.

⁵²Daniel Silveira e Darlan Alvarenga. G1. IPCA: inflação oficial fecha 2020 em 4,52%, maior alta desde 2016. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/12/ipca-inflacao-oficial-fecha-2020-em-452percent.ghtml>> Acesso em: 23 mar. 2021.

concorrentes de outros países. Com isso, a exportação torna-se mais vantajosa do que a venda no mercado interno, uma vez que, com a desvalorização do real, o produtor brasileiro receberá mais reais pelo mesmo volume exportado. Logo, com um grande excedente de insumos sendo escoado para o exterior, o mercado interno não é abastecido, gerando escassez e fazendo com que a necessidade de importação desses insumos já produzidos no país se torne uma realidade, encarecendo-os para o comprador final. Por fim, o excesso de demanda, potencializado pelo auxílio emergencial que injetou R\$293 bilhões na economia até dezembro de 2020, segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)⁵³, corroborou para a conjuntura atual. É importante frisar que, mesmo que o aumento da demanda ocasionada pelo auxílio tenha sido um dos fatores para a inflação, de forma alguma significa que ele seja prejudicial ou ineficaz. Afinal, a política foi essencial para a parcela da população que ficou desempregada em razão da pandemia, além de ter sido responsável por reduzir a pobreza em 23,7%⁵⁴ no país.

A escassez no mercado interno não afetou somente os alimentos, uma vez que, seguindo a mesma lógica, o setor industrial também vem sofrendo com a falta de matéria-prima. No início da pandemia, com a expectativa de queda da demanda, além da necessidade de cumprir as medidas restritivas para a segurança nas fábricas, as indústrias reduziram a produção, suscitando um desarranjo das cadeias produtivas. De acordo com o IBGE, no período de março a abril, a produção industrial

brasileira observou uma queda de 27%⁵⁵. Sem poder produzir, as empresas começaram a consumir seus estoques para gerar caixa e, assim, realizar os pagamentos necessários para o funcionamento. Paralelamente, com a quarentena e o fechamento dos comércios, muitos varejistas diminuíram as compras e optaram por vender o estoque já disponível. Dessa forma, com a retomada gradual da atividade em meados de agosto, um problema surgiu: comerciantes necessitavam restabelecer os estoques, porém, as indústrias continuavam com a produção reduzida, não podendo atender a demanda do varejo, logo, pressionando os valores. A desvalorização do real cumpriu papel semelhante ao explicado anteriormente, propiciando a escassez e o aumento dos preços dos insumos necessários para a indústria no mercado nacional.

Como já citado, a pandemia teve um peso gigantesco para o aumento da inflação e para a perda do poder de compra do consumidor. Contudo, o fenômeno sanitário não foi o único responsável por uma menor renda do brasileiro. O Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT) do IBGE ilustra tal afirmação ao apontar que o Brasil passa por uma crise econômica muito antes de passar por uma sanitária, que eliminou milhares de empregos. Segundo o SNCT, o PIB brasileiro está em queda desde 2013, tendo atingido seu ponto mais baixo em 2015 e, apesar de apresentar uma melhora nos anos posteriores, devido à sua instabilidade e à pandemia, 2020 apresentou a menor taxa do PIB em 25 anos, ao fechar em -4,1%⁵⁶. Além disso, as trocas constantes de ministros, pedidos de impeachment, brigas entre o Executivo e o

⁵³Tesouro Nacional. **Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19**. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>> Acesso em: 22 de mar. 2021.

⁵⁴Gov.br. **Auxílio Emergencial reduz em 23,7% a pobreza no país**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/outubro/auxilio-emergencial-reduz-em-23-7-a-pobreza-no-pais#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%20do%20Governo.23%2C7%25%20no%20pa%C3%ADs.&text=As%20regi%C3%B5es%20mais%20impactadas%20foram,%2C%20em%2013%2C9%25>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

⁵⁵Thais Carrança. BBC News Brasil. **Pandemia gera escassez de matéria-prima e faz preços subirem no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55048624>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

⁵⁶IBGE. **Indicadores IBGE Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume e Valores Correntes Out.-Dez**. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_4tri.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Legislativo, e entre o presidente da República e governadores configuram uma crise política nacional, ingrediente que apenas intensifica o nefasto cenário de incerteza⁵⁷.

Por fim, outro argumento primordial para se explicar parte da perda do poder de compra foi o desmonte de políticas públicas promovido pelo governo Bolsonaro para a agricultura brasileira. A principal polêmica contou com o fim dos estoques reguladores, a partir do fechamento de 27 unidades armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), dentro do programa de modernização e revitalização do atual presidente da república. Ademais, vale salientar que a precificação de produtos agrícolas é muito volátil, haja vista as demandas da plantação, a dependência do clima, a fertilidade do solo, dentre diversas outras variantes. Dessa forma, o estoque de alimentos funciona como uma intervenção estatal que garante a segurança dos preços, pois caso haja escassez de produção, os estoques entram na equação, permitindo que o Brasil não precise importar insumos que são responsáveis por grande parte do PIB nacional, visto que trata-se de um país exportador de commodities.

O desmonte da Conab vem ocorrendo desde o início de suas atividades, a partir de afirmações de que o aparato público de abastecimento ocupa um espaço que deveria ser gerido pela iniciativa privada, argumento este que pode ser refutado, tendo em vista que nessas estruturas, segundo a superintendência, há maior risco de desvios e perdas de grãos, além de tratamentos com inseticidas sem o devido controle. Complicando ainda mais o cenário, há a concorrência com as culturas rentáveis, afinal, um pequeno produtor não tem como competir por espaço com um latifundiário que produz soja, por exemplo. A falta de um lugar para

estocar grãos o forçará a vender tudo de uma vez no pico de sua safra, rebaixando preços. Ou seja, o fim dos estoques reguladores tiraria uma despesa governamental atual apenas para inserir uma futura. Não é preciso ir longe para entender tal afirmação. Em 2018, quando o país se viu em meio à greve dos caminhoneiros, os estoques reguladores salvaram o estado do Espírito Santo de um aumento de preços em cadeia. O técnico da Gerência de Levantamento e Atualização de Safras da Conab, Francisco Olavo Batista de Sousa, afirmou: “Fortuitamente, tínhamos, no Espírito Santo, 13 mil toneladas de milho armazenadas nos armazéns da Conab. E o Espírito Santo é o maior produtor de ovos e um dos maiores produtores de aves e suínos”, recorda. “O milho da Conab foi a salvação da lavoura. Se não houvesse, teria sido uma coisa dramática”⁵⁸.

Sendo assim, tendo a alta da demanda, da inflação, o auxílio emergencial e a crise econômica e política, estas anteriores à pandemia, apontados como motivadores para o aumento do preço de produtos essenciais, é importante dizer também os efeitos de tal problemática. Como já exposto, quanto menor a renda, mais a classe de menor poder aquisitivo sofre com o aumento de preços, visto que essas destinam maior parcela da sua renda ao consumo do que as classes mais ricas. Tal fenômeno causa dois efeitos socioeconômicos: o “efeito-substituição” ou “bens substitutos” - caracterizado pela substituição dos alimentos que subiram de preço pelos substitutos de preços mais baixos, ou pela troca de local de compra, como por exemplo passar de comprar em supermercados para atacarejos - e o “efeito-renda” - que ocorre quando o indivíduo, naturalmente, tende a arrochar o consumo, ou seja, passa a demandar menos bens devido a

⁵⁷Larissa Linder. Uol. **Brasil caminha para a maior crise econômica de sua história**. 2020. Disponível em: <<https://www.google.com.br/amp/s/economia.uol.com.br/noticias/reacao/2020/05/19/brasil-caminha-para-maior-crise-economica-de-sua-historia.amp.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

⁵⁸ João Peres e Victor Matioli. **O joio e o trigo. Por que o fim dos estoques públicos de alimentos do Brasil é um problema**. 2019. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2019/11/por-que-o-fim-dos-estoques-publicos-de-alimentos-do-brasil-e-um-problema/>>. Acesso em :24 mar.2021.

diminuição do poder de compra⁵⁹. Portanto, os incentivos para a produção agrícola por parte do governo são essenciais.

Dificultando a situação, o fim do auxílio emergencial reduziu o poder de compra das camadas mais pobres, que agora são obrigadas a enfrentar o aumento da inflação com o pior salário mínimo em 15 anos. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2021 o salário mínimo terá o menor poder de compra dos produtos da cesta básica desde 2005. Atualmente, um salário mínimo consegue comprar cerca de 1,58 cestas básicas. Esse índice manteve-se acima de duas cestas desde 2010, com exceção de 2016. Infelizmente, a projeção é que o cenário não melhore, pois o reajuste do salário mínimo⁶⁰ passou de R\$1.045,00 para R\$1.100,00 em 2021, aumento que não cobre a alta dos alimentos. De acordo com levantamento realizado pelo Dieese, em uma família composta por dois adultos e duas crianças, o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$5.304,00⁶¹ - vale lembrar que o estudo levou em conta a cesta básica de São Paulo, a mais cara do país. Além dos motivos explicados anteriormente, a perda do poder de compra pode ser explicada também pelo fim da política de valorização do salário mínimo, encerrada pelo Governo Bolsonaro. A política tinha o objetivo de reajuste do salário com base no INPC e, somando-se a esse, um mecanismo de valorização real, conforme a taxa de crescimento do PIB. Essa era uma forma de repassar às classes marginalizadas o percentual

equivalente ao aumento da riqueza nacional, e o seu fim representa uma grande perda para a classe trabalhadora, que agora não tem expectativas para testemunhar um aumento real na sua remuneração.

Então, a partir de colocações anteriores, não é exagero afirmar que o Brasil caracteriza um cenário nefasto. Todas as causas responsáveis pelo aumento dos preços se transferem para uma insegurança alimentar considerável. O bolso dos mais pobres pesa mais, tanto de forma nominal como real, e atitudes como a utilização de lacres de segurança em peças de carne no Espírito Santo se tornam realidade⁶², fazendo com que a desigualdade social se torne cada vez mais latente e este é apenas mais um efeito em um cenário tão complexo.

⁵⁹ João Barbosa e Matheus Jatobá. Folha de Pernambuco. **Entenda o aumento dos preços dos alimentos**. 2020. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/economia/entenda-o-aumento-dos-precos-dos-alimentos/154446/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

⁶⁰ Alexandre Martello. G1. **Reajuste do salário mínimo anunciado pelo governo para 2021 não cobre inflação**. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/12/reajuste-do-salario-minimo-fica-abaixo-da-inflacao-em-2021.ghtml>> Acesso em 22 mar. 2021.

⁶¹ Estela Aguiar. CNN Brasil. **Salário mínimo deveria ser de R\$ 5.304, aponta estudo do Dieese**. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/01/13/salario-minimo-deveria-ser-de-r-5304-aponta-estudo-do-dieese>> Acesso em 25 mar. 2021.

⁶² Any Cometti. G1. **Carne vendida com lacre de segurança chama atenção em supermercado de Vitória**. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/03/02/carne-vendida-com-lacre-de-seguranca-chama-atencao-em-supermercado-de-vitoria.ghtml>>. Acesso em 29 mar. 2021.

Soy parte de ti, América?

Camila Batista Caetano

Ray Ferreira

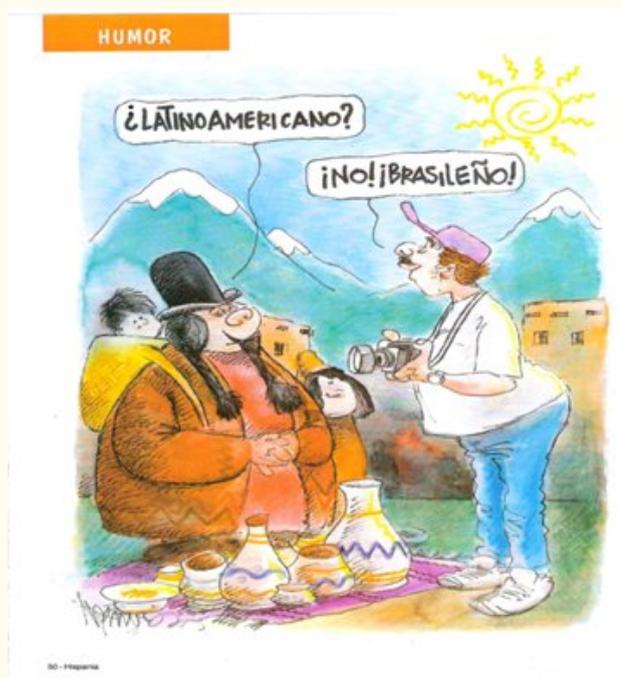


Ilustração: Paraquett. *América Latina? Não! Brasileiro!*. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/la-ensenanza-de-lengua-espanola-en-brasil-historia-legislacion-resistencias/>>. Acesso em: 6 abr. 2021.

Já pensou em tirar suas próximas férias em Ushuaia, Bariloche ou Mendoza, na Argentina? Que tal Santiago, no Chile, ou Assunção, no Paraguai? La Paz, na Bolívia? Quito ou o Arquipélago de Galápagos, no Equador? Sabe onde fica Havana, Villa la Angostura ou Pucón? Conhece os cantores Bad Bunny, Luis Fonsi ou Diego Torres? Já leu alguma obra do Pablo Neruda, Italo Calvino ou Jorge Luis Borges?

Apesar de tamanha proximidade geográfica, mal conhecemos os escritores, as artes, as músicas e a dança dos países que, junto com o Brasil, compõem a América Latina. Pouco sabemos, também, sobre seus pontos turísticos,

seus sistemas políticos, suas economias e cultura. E por que isso?

Os brasileiros, em geral, não se consideram latino-americanos. Uma pesquisa de opinião pública publicada no projeto *The Americas and the world: Public Opinion and Foreign Policy* (As Américas e o Mundo: Opinião Pública e Política Externa), na edição de 2014-2015, coordenada pelo Centro de Investigação e Docência em Economia (Cide) do México e aplicada no Brasil pelo Instituto de Relações Internacionais da USP (Universidade de São Paulo), obteve como resultado que apenas 4% dos brasileiros se definem como latino-americanos, ante uma média de 43% em outros seis países latinos que participaram do estudo (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru)⁶³.

Para os autores da pesquisa, os resultados comprovam o que historiadores e cientistas sociais já apontavam: “a autoidentificação do brasileiro é tênue e ambivalente, marcada pela percepção de pertencer a uma nação diferente dos vizinhos, seja pela experiência colonial, língua ou processo de independência distinto”⁶⁴. Em síntese, as características destoantes entre as Américas, hispânica e portuguesa, originam-se de suas respectivas colonizações e contribuem para a autoidentificação latino-americana, ou para a falta dela.

Dito isso, apesar dos fatores anteriormente citados também serem de suma importância

⁶³Thiago Guimarães. BBC News. **Brasileiro despreza identidade latina, mas quer liderança regional, aponta pesquisa**. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg> Acesso em: 06 abr. 2021.

⁶⁴Idem, *Ibidem*.

para entender o processo de formação identitária dos povos latinos, há a necessidade, também, do entendimento por meio dos aspectos culturais desse distanciamento entre os brasileiros e os demais latino-americanos, os quais exploraremos a seguir.

O conceito de cultura é amplo e representa um conjunto de hábitos sociais, crenças, tradições e costumes de um povo ou de uma sociedade, e que são adquiridos pelo indivíduo que é membro dela⁶⁵. Assim, para se entender como parte de um grupo, é necessária uma identificação, e um meio para isso é a cultura: o que se pensa, fala, lê, dança e canta. Contudo, é inegável que, dentro de um continente, cada espaço contém suas características antropológicas e históricas, e o mesmo acontece no âmbito nacional: a idiossincrasia⁶⁶ de um povo e suas inúmeras particularidades.

Em tempos modernos, um grande agregador à bagagem sociocultural dos brasileiros são os meios de comunicação. A mídia, seja ela digital ou televisiva, tem enorme influência na cultura de um país. No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2018-2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o acesso à internet, à televisão e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal em 2019, informou que: a internet era utilizada em 82,9% dos domicílios brasileiros; 81,0% das pessoas tinham posse de telefone móvel celular para uso pessoal; e 96,3% domicílios particulares do país possuíam televisão⁶⁷. Tais dados apontam que grande parte da população brasileira tem acesso às

redes de comunicação, contudo, vale salientar que muito do que é consumido e que circula pelos rádios, jornais, internet e televisão são matérias de fácil absorção e entendimento, feitas e direcionadas ao grande público.

Essa prática comum é conhecida como “cultura de massa”. Nela, a indústria cultural mercantiliza variadas formas de expressão, como dança, moda, esporte, música etc, e, por meio dos meios de comunicação, tenta alcançar grande parcela da população, com fins fundamentalmente lucrativos⁶⁸.

Além disso, as redes direcionam o grande público ao chamado mainstream, que no português expressa um conceito que indica a tendência, um grupo, estilo ou movimento com características dominantes⁶⁹. Um conteúdo mainstream é considerado comercial, assim como a cultura de massa, logo, obtém uma grande divulgação por parte da mídia. O jornalista e sociólogo Frédéric Martel é um dos grandes estudiosos sobre a cultura mainstream, e em seu livro “Mainstream - a Guerra Global das Mídias e das Culturas”, ele aprofunda o conceito e explora a batalha dos meios de comunicação pelo controle da informação, e como a internet potencializou essa cultura de forma espantosa.

Uma das problemáticas que abarcam tanto o mainstream quanto a cultura de massa é a homogeneização da população, já que a propagação de uma cultura dominante reproduz nas demais os moldes de como ser, o que vestir e do que gostar, sem considerar as individualidades e identidades de cada pessoa. Quando a hegemonia está instaurada, torna-se complicado a ascensão de algo novo, e isso

⁶⁵CULTURA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/cultura/>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

⁶⁶Idiossincrasia: adjetivo próprio e particular de uma pessoa, grupo; característico do comportamento, do modo de agir ou da sensibilidade de alguém.

⁶⁷IBGE. **Uso de internet, televisão e celular no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#:~:text=acesso%20atrav%C3%A9s%20da%20televis%C3%A3o,que%20tinham%20acesso%20%C3%A0%20rede>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

⁶⁸Maria Clara Cavalcanti. **Quero Bolsa. Cultura de Massa**. 2019. Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/enem/sociologia/cultura-de-massa>>. Acesso em: 08 abr. 2021

⁶⁹SIGNIFICADOS. **Mainstream**. 2013. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/mainstream/#:~:text=Mainstream%20e%20Fr%C3%A9d%C3%A9ric%20Martel,fen%C3%B4menos%20relacionados%20com%20essa%20cultura>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

impacta diretamente no consumo da cultura de outros países latinos no Brasil.

Anualmente, o maior serviço de streaming musical do mundo, Spotify, publica uma lista com os 10 artistas mais ouvidos pelo país e pelo mundo. Em 2020, todos os 10 artistas mais ouvidos do Brasil são brasileiros, enquanto que o artista mais escutado no mundo, o porto-riquenho Bad Bunny, nem sequer é mencionado no “top 10” do Brasil⁷⁰. Visto isso, é notório que o Brasil se autoconsome musicalmente ao mesmo passo que, aparentemente, existe um bloqueio em relação ao consumo das músicas de outros países latinos. Segundo matéria publicada pela Folha de São Paulo em 2019, a música “Otro Trago”, do panamenho Sech, chegou à primeira colocação em 15 países da América Latina (que falam espanhol), mas jamais entrou no top 200 brasileiro⁷¹. Apesar da diferença linguística ser um fator, ela é mínima se comparada à influência da cultura de massa e do mainstream, principalmente quando se considera a dominância da língua e da cultura inglesa e norte-americana no Brasil, especialmente por meio da música, dos filmes e da moda.

Dessa forma, as relações de domínio também se configuram em outras artes, como na literatura e no cinema brasileiro. A Professora Sandra Reimão, Livre-docente da Universidade de São Paulo na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), analisou em seu artigo, “Tendências do mercado de livros no Brasil – um panorama e os best-sellers de ficção nacional (2000-2009)”⁷², dados a respeito dos títulos produzidos e comercializados no Brasil

naquele período. Os dados referentes a 2009 revelam que foram, ao todo, 52.509 títulos publicados, destes, 5.807 (11%) foram traduzidos da língua estrangeira, sendo o inglês o idioma com mais traduções, 3.699, e apenas 616 da língua espanhola. Contudo, mesmo correspondendo a apenas 11% dos títulos produzidos, eles representaram os 5 livros mais vendidos de ficção em 2009⁷³. Não por acaso, em janeiro de 2021, o jornal Estadão liberou a lista dos livros mais vendidos no Brasil em 2020⁷⁴, e dentre os dez mais vendidos no país, havia apenas um latino-americano, o brasileiro Thiago Nigro, criador do Canal Primo Rico, com o livro *Do Mil ao Milhão*. Novamente, posições de destaque no Brasil, tanto na literatura quanto no mercado cinematográfico, assim como na indústria musical, não são ocupados por latinos-americanos.

O Brasil é um país com vasta história e nomes memoráveis no audiovisual, tendo, inclusive, já disputado o prêmio mais importante do cinema mundial algumas vezes, com chances reais de ganhar alguns dos principais, como o de melhor filme e o de melhor atriz, com Central do Brasil. A Agência Nacional de Cinema (ANCINE), por meio do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, publicou a Listagem de Filmes Brasileiros e Estrangeiros exibidos no Brasil de 2009 a 2019⁷⁵. Os filmes produzidos pelos Estados Unidos ou com sua coparticipação em produções de outros países foram reproduzidos em 2.011.085 salas de cinemas, enquanto os brasileiros com ou sem coparticipação internacional estiveram em 401.856 telas. Do total de 2.596.002 cinemas, os

⁷⁰Spotify revela os mais ouvidos de 2020. 2021. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/news/2020/12/03/300.html>>.

Acesso em: 12 abr. 2021.

⁷¹FOLHA de São Paulo. O Brasil é o país mais isolado musicalmente do mundo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/brasil-e-o-pais-mais-isolado-musicalmente-no-mundo.shtm>> . Acesso em: 12 abr. 2021

⁷²REIMÃO, Sandra. Tendências do mercado de livros no Brasil- um panorama e os best-sellers de ficção nacional (2000-2009). Matrizes, São Paulo, Ano 5 - Nº1, p.194-210, jul/dez, 2011.

⁷³BRASIL Cultura. Lista dos livros mais vendidos 2009. 2009. Disponível em:

<<https://www.brasildocultura.com.br/menu-de-navegacao/cultura/lista-dos-livros-mais-vendidos-2009/>> Acesso em: 13 abr. 2021.

⁷⁴Maria Fernanda Rodrigues. Estadão. Conheça os livros mais vendidos no Brasil em 2020. 2021. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/conheca-os-livros-mais-vendidos-no-brasil-em-2020/>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

⁷⁵Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual. Cinema. Disponível em: <<https://oca.ancine.gov.br/cinema>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

filmes brasileiros foram transmitidos em apenas 15,47% das salas do país durante esses anos.

Analisando as formas como têm sido as relações de presença nos mercados culturais brasileiros, podemos nos questionar quanto às causas que levaram a essa disparidade da presença dos produtos de mídia norte-americano e europeu no mainstream, em comparação com a presença da América Latina ou da própria Ásia.

O mundo globalizado⁷⁶, por mais que, em síntese, seja entendido como uma ampla integração de conhecimento entre os povos, e que facilita o acesso a outras culturas, também é refém do Soft Power. O cientista político americano Joseph Nye cunhou o termo Soft Power (poder suave)⁷⁷, para se referir à característica de uma dominação de território por meio da língua, do esporte, da religião e da cultura em geral. Essa influência, apesar de moderada, leva o Brasil a consumir mais das grandes potências, e menos de outros países latinos, como já citado anteriormente.

No cinema, na moda, na literatura e no idioma, o Brasil está mais próximo dos países que estão mais longe. Ainda falta muito para que todos os povos da América Latina se identifiquem latino-americanos. A essência desse entendimento se encontra na cultura, que por vezes não é valorizada tanto quanto deveria ser. Afinal, quando nos entendermos como um grande bloco, nos sentiremos como Gilberto Gil e José Carlos Capinan e então cantaremos: “Soy loco por ti, América. Soy loco por ti de amores”.

⁷⁶Rodolfo Alves Pena. Brasil Escola. **Globalização**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/globalizacao.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

⁷⁷Donny Correia. Folha de São Paulo. **‘Soft power’ da cultura também é arma de países colonizados, diz autor**. 2018 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/soft-power-da-cultura-tambem-e-arma-de-paises-colonizados-diz-autor.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

OS LUCROS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E SEU IMPACTO ECONÔMICO: Uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX

Fernando Matozinhos Porfírio⁷⁸

Luiz Felipe Magnago Blum⁷⁹

Ruth Stein Silva⁸⁰

RESUMO

O presente artigo busca compreender o contexto em que se deu a exploração ultramarina de Portugal e o período colonial brasileiro com ênfase na escravidão. Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar, em linhas gerais, a importância do trabalho escravo para o funcionamento da economia colonial no Brasil do século XVI ao XIX. Busca-se evidenciar o trabalho escravo como um fator econômico determinante na colonização do território brasileiro por parte dos portugueses. Apresenta argumentos sobre a influência dos lucros gerados pelo trabalho escravo na construção do Brasil colonial nos diferentes períodos da colônia - na era da cana-de-açúcar, na descoberta do ouro e no período do café - até a abolição da escravidão. Argumenta-se que o trabalho escravo foi um fator importante na decisão econômica de se colonizar o Brasil e, posteriormente, como o tráfico de escravos africanos se tornou uma atividade lucrativa em si. O artigo ainda discute as mudanças nas relações de escravidão nos diferentes períodos coloniais. O estudo também aponta que, mesmo os lucros da escravidão não sendo mais decisivos na viabilidade econômica das atividades cafeeiras desenvolvidas no país, eles ainda eram significativamente elevados.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Lucros. Metrôpole. Colônia. Ciclos de Produção.

1. INTRODUÇÃO

A colonização do Brasil está diretamente relacionada com o processo histórico que se desdobra na Europa: a expansão comercial ultramarina europeia. Esse movimento ocorreu num contexto em que havia uma crescente demanda por novos mercados por parte dos países europeus e a necessidade da descoberta de novas rotas comerciais. A expansão ultramarina europeia fez mais do que descobrir novas rotas comerciais para o Oriente, também entrelaçou todos os continentes e

⁷⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

⁷⁹ Bacharel e mestre em administração e Doutorando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

⁸⁰ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

estabeleceu um mercado mundial com uma clara divisão internacional da produção. Outra consequência deste processo expansionista foi a colonização de diversas regiões do mundo, incluindo o Brasil, foco deste artigo. As colonizações tinham como objetivo principal a busca por metais preciosos e a produção de insumos pela colônia, ou seja, objetivos extrativistas. Essa colonização moderna se caracterizou pela subordinação, econômica e política, de áreas dos demais continentes à Europa Ocidental. O colonialismo, como ficou conhecido o processo de dominação de parcela do globo por parte das nações europeias, impulsionou a acumulação de capital e acelerou a formação do modo de produção capitalista em um grupo de países europeus, entretanto, somente onde a estrutura socioeconômica o permitiu. Portugal e Espanha, nos séculos XV e XVI, foram os pioneiros deste movimento.

Nesse processo, o trabalho escravo teve papel fundamental na viabilidade econômica da colonização de algumas regiões, em especial no Brasil, principalmente antes da descoberta do ouro. Diante do exposto, o presente artigo busca compreender o contexto em que se deu a exploração ultramarina de Portugal e o período colonial brasileiro com ênfase na escravidão. Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar, em linhas gerais, a importância do trabalho escravo para o funcionamento da economia colonial no Brasil do século XVI ao XIX. Esse debate se mostra relevante ao evidenciar as mudanças nas relações de trabalho no Brasil e o papel histórico e econômico do escravo no processo de colonização do país e, conseqüentemente, no atual contexto brasileiro.

Assim, é feita uma breve introdução do contexto histórico da expansão ultramarina europeia, bem como dos aspectos singulares da colonização do Brasil. Na sequência, o artigo explora os períodos coloniais brasileiros, com ênfase na escravidão e nos lucros gerados por essa atividade. No início da colonização, a mão-de-obra escrava proporcionou lucros que foram fundamentais para a ocupação e defesa do território brasileiro por parte dos portugueses. A importância dos lucros ainda se mantém com a descoberta do ouro, apesar da dinâmica da escravidão ter sofrido algumas alterações. No período do café, mesmo que os ganhos econômicos da escravidão ainda terem sido altos, não foram fundamentais para o desenvolvimento da atividade cafeeira no país. São destacados, ainda, alguns aspectos sobre o tráfico negreiro e seu caráter lucrativo. Por fim, conclui-se que os lucros gerados pelo trabalho escravo foram fundamentais no início da colonização do Brasil, e perderam relevância no século XIX, embora ainda se mantivessem. Desta forma, o trabalho escravo teve papel fundamental na construção, desenvolvimento e consolidação do Brasil colonial e atual.

2. OS ASPECTOS DA EXPANSÃO COLONIAL DE PORTUGAL

Após o fim da peste negra, a Europa entrava em um novo momento de sua economia. Foi em meio a depressão agrária, que ocorreu entre meados dos séculos XIV e XV, que iniciou-se a expansão ultramarina europeia. Essa depressão, como mostra Fragoso et al., (2000), se caracterizou como um momento de queda dos preços dos cereais e uma alta salarial. Ambos resultados se derivaram da grande queda populacional causada pela peste, pois, se por um lado, a maior disponibilidade de terras permitiu um aumento da produção, por outro, a redução populacional também gerou uma diminuição na demanda por alimentos. Neste contexto, os custos da mão-de-obra se elevaram e os ganhos senhoriais diminuíram. Esse declínio do poder da nobreza criava um espaço para o fortalecimento da autoridade monárquica, contribuindo para o surgimento dos Estados Nacionais. Com isso, cabia às monarquias, através de um poder militar e político concentrado, a própria manutenção da autoridade aristocrática. Outro fator histórico elementar para entender os movimentos dos países europeus é o avanço turco-otomano, que, entre 1326-1393, se apossou de grande parte da península Balcânica. Esse evento fez com que os europeus iniciassem uma “corrida” para o estabelecimento de novas rotas para o Oriente, visando o abastecimento de especiarias.

Portugal, nosso objeto central de pesquisa, apesar de ter na agricultura sua principal base econômica e social, desde o século XIII, via o comércio marítimo se apresentando como um importante elemento da economia. Dado que, desde esse período, já eram mantidos contatos comerciais com os Flandres, Espanha e o norte da África. Como aponta Fragoso et al., (2000), os lusos ostentam o fato de serem os pioneiros do processo de expansão ultramarina, praticando um mercantilismo que tinha como foco a exploração colonialista.

Esse precursionismo, como exposto por Fragoso et al., (2000), veio de uma combinação de diversos fatores. O primeiro destes é a posição geográfica, que certamente o favoreceu, se apresentando com uma condição altamente vantajosa. Porém, se considerarmos o fator geográfico inalterável, cabe explicar o porquê deste processo ter ocorrido justo neste período e não em outro momento qualquer. Embora importante, somente a posição geográfica não é capaz de explicar o processo de expansão ultramarina. No início do século XV, Portugal, diferente de outros países da Europa, já dispunha de fronteiras definidas, além de um forte poder estatal e em processo de contínua centralização. Tal centralização propiciou a Portugal mobilizar recursos da sociedade, transformando o Estado numa espécie de “empresário”, o que permitiu resolver a dificuldade de reunir haveres econômicos para financiar estas expedições. Dentre os objetivos econômicos existentes, a nobreza e a burguesia mercantil portuguesa compartilhavam de um mesmo interesse:

o processo expansionista. Havia um interesse mercantil em expandir suas rotas comerciais e tornar seus empreendimentos mais rentáveis, aliado às pretensões da nobreza de obter novas fontes de renda para o Estado. Outro desejo de Portugal era estabelecer novas rotas para o Oriente, com o intuito de fortalecer o comércio de especiarias. Em consonância a isto e ao bulionismo, desponta o interesse por metais nobres, amplificado pela disseminação de notícias a respeito de ouro no nordeste africano. Este contexto caracteriza o início do processo de construção do império comercial ultramarino português, permitindo a Portugal deslindar problemas internos de sua sociedade.

Como mostra Caio Prado Júnior (1945), enquanto os holandeses, ingleses, normandos e bretões ocupavam-se com sua vida comercial recém-aberta, os Portugueses já iam mais longe. Eles procuraram empresas sem concorrentes mais antigos já instalados e buscaram na costa ocidental da África, traficar com os mouros que já dominavam a população indígena. Neste avanço pelo mar, descobriram as ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores, e continuaram buscando mais pela costa da África em direção ao sul.

Essas descobertas permitiram solucionar parte dos problemas internos, pois como expõe Fragoso et al., (2000), a conquista de Ceuta (1415), a da Ilha da Madeira (1419) e, posteriormente, Ilha dos Açores (1439), reuniu os interesses de três diferentes partes: o Estado, os mercadores e os aristocratas. Os mercadores tinham em mente que a conquista das praças mercantis mouras do norte da África permitiria o acesso às rotas de especiarias e cereais do Marrocos. Para a aristocracia, essa nova região poderia abrigar novos senhorios no futuro e, por fim, essas novas regiões se tornaram mais uma fonte de renda para o Estado. No decorrer deste processo, além do comércio de especiarias, Portugal estabelece novas unidades produtivas, baseadas na mão de obra escrava. Constituiu-se então um novo sistema econômico no Atlântico Sul, pautado em grandes plantações e no trabalho escravo africano e ligados ao mercado europeu, as plantations. Essa experiência no Atlântico, de acordo com Furtado (2005), é de grande importância para a solução dos problemas técnicos que envolvem a produção de açúcar, estimulando a indústria de equipamentos para engenhos açucareiros em Portugal.

Em 1482, foi fundada a feitoria fortificada de São Jorge da Mina, atualmente localizada na cidade de Elmina, no Gana, litoral da África Ocidental, que se transformou em um importante centro para o tráfico de escravos, marfim, ouro e pimenta. Entre 1505 e 1515, consolidou-se a presença portuguesa no Índico para além da África e do Brasil, praticamente completando o império ultramarino português. De acordo com Prado Jr. (1945), todas essas descobertas e conquistas são

resultados de mais um capítulo da história do comércio europeu, em que o avanço para o mar, a partir da imensa empresa comercial europeia, alarga seus horizontes pelo Oceano.

2.1. SINGULARIDADES DO BRASIL COLONIAL

A colonização do Brasil foi, em muitos aspectos, divergente das outras registradas, com características peculiares e algumas delas incompreensíveis aos olhos de estudiosos da época. Como mostra Fragoso et al., (2000), dentre estes aspectos se encontra a forma como a escravidão foi introduzida no território colonial.

A economia mercantilista era regida pelo bulionismo, neste contexto, a descoberta de um novo território trazia consigo a necessidade de que este possuísse jazidas de ouro, prata ou pedras preciosas que financiassem sua ocupação, tornando-a atrativa à Coroa. Entretanto, apesar da diversidade de fauna e flora acentuadas, os metais preciosos não foram encontrados em primeira instância pelos portugueses, diferente do que aconteceu com os espanhóis em sua porção do continente delimitada pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, até a década de 1530, a exploração da América portuguesa se deu a partir de feitorias, chamadas também de capitânicas hereditárias, espalhadas ao longo da costa brasileira e controladas pela Coroa, realizando a extração do pau-brasil. Desta forma, a abordagem portuguesa não estabelecia estruturas produtivas que servissem de base para se povoar o novo território.

Embora ainda não tivesse descoberto metais preciosos, a Coroa portuguesa não perdeu o interesse em seu novo território. Devido às suas esperanças de encontrar ouro em partes remotas da região, houve a intensificação das disputas com a Espanha pela divisão territorial do Novo Mundo. E, para evitar invasão por parte de outras nações europeias, que se davam principalmente pelas incursões de piratas franceses na costa brasileira, iniciaram um sistema agrário como forma de ocupar grandes extensões de terra e gerar alguma forma de lucro para Portugal. Como revelado por Novais (1989), a base desse sistema que permitia essa extração de riqueza por parte de Portugal de sua colônia era o chamado "exclusivo metropolitano", que, em suma, se caracterizou por ser uma reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Essa exclusividade permitia uma apropriação dos lucros excedentes gerados nas colônias pela metrópole, processando-se ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

As plantações de cana-de-açúcar, de acordo com Fragoso et al., (2000), que já haviam sido testadas com sucesso em Pernambuco (1516) e em São Vicente (1532), se mostraram um negócio lucrativo, podendo então se adequar aos interesses de Portugal. Para que fosse possível produzir em grande escala, implantou-se um sistema de ocupação em que a distribuição de terras se deu através de

doações reais (capitania-donatária): o rei cedia a um "capitão", uma pessoa de confiança da Coroa, o controle parcial sobre um território e seus habitantes. Todo esse sistema funcionava sob o controle de funcionários do poder central. Neste contexto, dividiram-se as terras em 14 capitanias hereditárias, distribuídas entre 12 capitães. Como analisa Novais (1989), essa política foi adotada de forma perspicaz por Portugal, pois permitiu uma liberdade de comércio na fase inicial, com o intuito de estimular a vinda de recursos e capitais para a instalação da produção colonial, com um posterior enquadramento no sistema exclusivista quando a economia periférica entrava em funcionamento.

Naquele momento, a produção açucareira era realizada com uso de mão de obra escrava indígena, os chamados negros da terra. Entretanto, a quantidade de escravos provenientes das guerras intertribais não era suficiente para ampliar o sistema de produção e suprir a crescente demanda de importação europeia, além de acarretar um aumento considerável nos gastos da Coroa portuguesa.

Apesar das exportações ascendentes para a Europa e o monopólio da produção de açúcar terem promovido grandes riquezas para Portugal, os altos custos com mão de obra, transporte e produção tornaram inviável manter a agricultura funcionando desta maneira na colônia. A necessidade crescente de diminuir custos fez com que os portugueses aplicassem a forma de produção escravista, usada nos arquipélagos de Açores e da Madeira, no Brasil. Começa a ser introduzido o escravo negro na colônia portuguesa.

3. INTRODUÇÃO DO ESCRAVO NEGRO NA COLÔNIA

A introdução do trabalho escravo negro no território colonial foi feita gradativamente. Os primeiros africanos foram enviados pela metrópole próximo a 1550, entretanto, o tráfico só começou a se intensificar a partir de 1570. Esse fenômeno ocorreu, principalmente, por conta dos altos lucros gerados pelo próprio tráfico negreiro, apesar de um escravo negro custar até 3 vezes mais do que um escravo indígena em muitos lugares da colônia. Na Bahia, por exemplo, entre 1572 e 1575, um escravo de origem Tupi custava cerca de 7 mil réis enquanto um escravo africano custava 20 mil réis para o comprador e, mesmo com esta disparidade de valores, o tráfico negreiro ainda era mais lucrativo.

Compreende-se o quanto isto seria vantajoso aos traficantes. Estes faziam gastos iniciais na armação dos navios, no pagamento às tripulações e na compra dos produtos com os quais iam adquirir os escravos a serem vendidos nos portos das Américas. [...] podiam os traficantes europeus adquirir os escravos por um preço que, juntando todos os gastos feitos, não representaria senão pequena fração do

preço final no mercado americano; pois, enquanto o escravo não tinha valor na África, o contrário sucedia do outro lado do Atlântico. (GORENDER, 1978, p. 125)

As altas taxas de lucro se davam principalmente pelo baixo custo do negro na costa africana, dado o fato de que a grande maioria dos escravos eram os perdedores das guerras intertribais ou provenientes de povos que viviam próximos à costa, em locais de fácil acesso para a captura. Outros fatores importantes foram a precariedade do transporte, pois os primeiros navios, chamados tumbeiros, transportavam até quatro vezes sua capacidade por viagem, além dos altos preços de venda gerados pela demanda no Nordeste brasileiro. Isso dava ao traficante a possibilidade de atravessar centenas de escravos de uma só vez, com custos que eram cobertos mesmo perdendo até 30% da tripulação escrava negra.

Os africanos que resistiam à viagem e chegavam à colônia portuguesa com vida eram vendidos nas ruas. Deste período até a venda, eles recebiam um melhor tratamento e eram postos à engorda, com o objetivo de deixá-los com um aspecto mais saudável. À noite, eram enclausurados em armazéns e no outro dia retornavam às ruas para a venda. Com o passar das décadas, o tráfico negreiro tornou-se tão acentuado que nos séculos vindouros grande parcela da população brasileira seria composta por escravos. Segundo Kok (1997, p.22), “No início do século XIX, dos quatro milhões de habitantes que viviam na colônia, aproximadamente a metade dessa população era escrava.” Com base nos dados da Slave voyages, estima-se que dos 12,5 milhões de africanos trazidos para a América, o que equivale a quase 11,4 mil viagens negreiras, 4,8 milhões de escravizados tiveram a América portuguesa como destino. Destes escravos que chegaram ao Brasil, cerca de 80% eram trabalhadores dos engenhos de açúcar, os chamados escravos de campo, e os 20% restantes se formavam por escravos domésticos e artesãos.

Os grandes engenhos mantinham-se ativos de forma ininterrupta por, aproximadamente, 8 a 9 meses de safra, sendo necessários, no mínimo, cerca de 40 escravos trabalhando. Os escravos tinham origens distintas, falavam línguas e dialetos divergentes e esses fatores, somados aos constantes castigos físicos, continham possíveis revoltas e insurreições dos escravos. Segundo Koch (1997, p.26), estes castigos serviam para "trazer bem domados e disciplinados os escravos". Era comum o uso de chicotes e correntes de metais, sendo frequentes marcas e mutilações pelo corpo. Essas condições não permitiam que os escravos adultos suportassem mais do que 10 anos de trabalho.

Os escravos que trabalhavam na casa-grande, desempenhando seu trabalho em atividades domésticas, possuíam condições de vida um pouco melhores. De acordo com Kok (1997), essas

melhores condições se traduziam em mais liberdade, segurança e prestígio, além da redução no número de castigos aplicados, embora bem apartados dos valores de sua matriz africana.

A sociedade colonial brasileira, contudo, não se resume apenas em suas plantações de cana-de-açúcar, voltadas para o mercado internacional e na relação do escravo com a casa-grande. A criação de gado era uma atividade econômica ligada ao mercado interno, não sendo voltada apenas para a alimentação, mas também ao transporte, tendo em vista que, nos engenhos, na maioria dos casos, se utilizava a força animal. O deslocamento se dava, quase sempre, de forma terrestre, utilizando bois e mulas como força motriz. Logo, é possível definir os animais de tração como elementos imprescindíveis ao engenho.

Em suma, a pecuária era um setor básico para o funcionamento da economia como um todo. Dessa forma, vêem-se amplas áreas especializadas nessa atividade, como o sertão do rio São Francisco até os rios Tocantins e Araguaia, amplas áreas do Piauí, do Maranhão o sertão da Bahia, os campos de Curitiba, o litoral do norte fluminense, da capitania da Paraíba do Sul e a Comarca do Rio das Mortes (atual sul de Minas Gerais). (FRAGOSO et al., 2005, p. 59)

Como discorreu Furtado (2005), o engenho poderia continuar a sua ascensão enquanto o mercado externo absorvesse as quantidades crescentes de açúcar num nível satisfatório de preços. Isso aliado, é claro, a uma oferta elástica externa de força de trabalho, até ocupar todas as terras disponíveis. Porém, se considerarmos uma relativa abundância de terras, é plausível admitir que as expectativas de expansão eram ilimitadas por esse lado. Tudo indica, portanto, que a capacidade produtiva foi regulada com o objetivo de evitar um colapso nos preços, ao mesmo tempo que se buscava divulgar o açúcar e ampliar sua área de consumo.

A economia açucareira resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, conseguindo recuperar-se sempre que as condições do mercado externo a permitiam, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa. Nota-se que nesse período, o trabalho escravo foi determinante para tornar lucrativa as atividades desenvolvidas no Brasil. Desde a venda de escravos, passando pela produção pecuária para sustento e apoio às atividades de plantio de cana-de-açúcar, até o cultivo e exportação da cana em si, em grande parte, os lucros eram assegurados pela exploração da mão de obra escrava, tanto indígena como africana. Essa última, a partir desse período, passou a ganhar cada vez mais importância para a persistência dos lucros da colônia.

Contudo, na segunda metade do século XVII, o mercado do açúcar desarranjou-se. Teve início a forte concorrência antilhana, reduzindo os preços à metade. Aliado a isso, por outro lado, a

economia mineira começava a atrair a mão de obra especializada, elevando os preços dos escravos e reduzindo ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira.

Esses fatores ocasionaram uma relativa pauperização dos senhores de engenho, que acabaram perdendo terras e escravos.

Foi nesse contexto crítico que, na última década do século XVII, paulistas descobriram depósitos aluviais de ouro em Minas Gerais. [...] Essa descoberta não poderia deixar de ter efeitos importantes sobre a evolução econômica de Portugal e sua colônia. De fato, o Brasil se tornou no século XVIII o maior produtor de ouro do mundo, com uma produção superior à do restante das Américas e também à da soma das produções dos outros continentes. (LAGO, 2014, p. 20)

Na última década do século XVII, a Coroa portuguesa passou a estimular a busca por ouro no interior da colônia. Isso se apresenta como um desdobramento da necessidade de que o Brasil continuasse sendo uma grande fonte de lucro, sendo este por meio do ouro em matéria ou através de impostos exacerbados, como o Quinto e a meta anual de impostos. Entretanto, existem outros fatores que levaram ao incentivo da busca e exploração dos metais preciosos. De acordo com Fausto (1994) a competição por poder com a Espanha e a necessidade de aliviar o financeiro da metrópole, mesmo que por um período curto de tempo, foram cruciais para o incentivo da atividade mineradora.

Além das mudanças econômicas causadas pelas descobertas de metais preciosos, os fenômenos sociais passaram a ocorrer de forma acelerada, o que promoveu uma demasiada alteração na sociedade colonial. Essas mudanças foram causadas, principalmente, pela grande quantidade de portugueses que chegaram ao país na corrente migratória causada pela corrida por ouro no início do século XVIII.

4. A EXPLORAÇÃO DAS MINAS GERAIS E A MUDANÇA NA ESCRAVIDÃO

As regiões onde as minas foram encontradas atraíram um grande número de pessoas, o que levou ao desenvolvimento de vários núcleos populacionais na região das Minas Gerais, consolidando assim o surgimento de uma vida urbana. Este contexto fez com que, em 1742, 70% da população da região das Minas Gerais fosse escrava. Segundo Kok (1997, p. 27) "Do final do século XVII a meados do século XVIII, calcula-se que 1.700.000 negros foram importados, sendo 1.140.000 vindos de Angola e os demais da Costa da Mina".

A mineração, que no início se dava nos barrancos das margens dos rios ou em seu leito, apresentava condições de trabalho bem precárias. Posteriormente, por volta de 1720, introduziu-se também a exploração das encostas dos morros e das galerias subterrâneas. Os escravos continuavam sendo mal alimentados e, frequentemente, castigados fisicamente. As punições que eram aplicadas aos escravos passavam por espancamento, chibatadas e o tronco. O tronco se caracterizava por ser um instrumento comum nas fazendas brasileiras, era utilizado para prender partes do corpo do escravo e permitir que ele fosse brutalmente agredido.

Dado o contexto, caso confrontemos as condições de vida dos escravos do engenho de açúcar e os da região mineradora, é possível se estabelecer que as condições de vida dos escravos na mineração não se distanciavam das condições nas plantações de cana-de-açúcar, sendo igualmente precárias. Como afirmou Kok (1997, p. 28) "Estima-se que a vida útil de um escravo minerador não passava de sete a doze anos, dadas as duras condições de trabalho nos rios, lavando cascalho, e nas escuras galerias subterrâneas."

Contudo, havia um fator particular da região mineradora que a diferenciava, pois nela o escravo tinha mais chances de mudar sua condição, quer por fugas ou por alforrias. A alforria, anos mais tarde, se apresenta com números relevantes, segundo Kok (1997, p. 29) "(...) em 1786, quando as lavras declinaram, os alforriados constituíam 35% da população negra." Esse crescimento da quantidade de escravos que adquiriram sua alforria são justificados pelo furto de ouro em pó e de pepitas ou por meio dos rendimentos da mineração clandestina, que eram praticadas costumeiramente à noite ou nos dias de folga. Outra forma de um escravo conseguir a alforria era juntando seu próprio dinheiro, o que só era possível devido a uma condição peculiar, a de autoaluguel, situação na qual o escravo pagava um valor ao seu dono para trabalhar para si mesmo. Havia também leis que promoviam a alforria a escravos que conseguiam realizar efeitos tidos como raros. De acordo com Kok (1997), uma lei de 24 de dezembro de 1734 determinou que um escravo que encontrasse um diamante de 20 quilates, um feito raro, receberia como recompensa a alforria. Neste período, houve um aumento considerável nas compras de alforrias na região mineradora.

Segundo Fausto (1994, p. 65), "O ouro não deixou de existir em Minas, porém sua extração se tornou economicamente pouco atraente. O período de apogeu situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio." Percebemos também que, durante a década de 1760, a produção das lavras entrou em queda de forma acentuada, o ouro de aluvião se tornava cada vez mais raro no garimpo e faltava técnica aos mineiros para extração do metal nas outras formas em que ele era encontrado. Em meados de 1780, as minas estavam no seu pior momento, e a não solução deste problema fez

com que muitos escravocratas permitissem a alforria aos escravos que não eram passíveis de venda, como mulheres, crianças e idosos, para que os custos com a fazenda caíssem e os lucros se mantivessem.

Entretanto, ao contrário das expectativas, a queda abrupta na mineração não fez com que a escravidão tivesse fim, de forma inesperada, o início e o desenvolvimento da cultura cafeeira no Brasil, no final do século XVIII, absorveu uma parte significativa dos escravos.

5. ASCENSÃO DA PRODUÇÃO CAFEEIRA NO BRASIL

Já no século XIX, o aumento do consumo de café nos mercados nacionais e internacionais, principalmente Estados Unidos e Europa, favoreceu a produção do gênero no Brasil. Além disso, as grandes quedas nos mercados de açúcar, algodão e cacau levaram os fazendeiros a investir no cultivo do chamado “ouro negro”.

Neste período, um acontecimento impactou significativamente a estrutura da colônia, fazendo com que o país se estabelecesse ainda mais como uma nação voltada à exportação. Como discorre Prado Jr. (1945), em 1807, fugindo dos exércitos napoleônicos que invadiram e ocuparam o Reino português, o Regente D. João imigrou para o Brasil. O Rio de Janeiro se transformou na sede da monarquia portuguesa. O Regente, ao desembarcar no Brasil, assinou um decreto que abria os portos da colônia a todas as nações, tornando o comércio internacional livre. Este período se caracterizou pelo desmantelamento da base essencial em que assentava o domínio colonial português. A Inglaterra, que auxiliou a corte portuguesa em sua fuga, buscou a todo custo compensar-se com a grande colônia americana de Portugal, o Brasil.

No âmbito econômico, as medidas não somente libertaram a colônia das suas limitações ao seu livre desenvolvimento, como também procuravam estimular as atividades do país. Isso se dava através, por exemplo, da construção de estradas e da melhoria dos portos (como o de Recife). Os dados do comércio exterior se elevaram substancialmente, índice fundamental numa economia dependente como a brasileira. As exportações cresceram de forma substancial, porém, isso trouxe um desequilíbrio na balança comercial externa. A economia brasileira, fora a produção dos gêneros destinados à exportação, não conseguia concorrer com as mercadorias importadas do estrangeiro. Essa dificuldade era ampliada pelo imposto ad valorem de 24% sobre todas as importações, estabelecido ao decretar-se a liberdade do comércio, com posterior benefício à Inglaterra, dada a

redução para 15%. A produção brasileira voltou-se, cada vez mais, aos poucos gêneros de sua especialidade e que se destinavam à exportação.

Visando a obtenção dos altos lucros via exportação, os produtores iniciaram uma ampliação sistêmica do cultivo, assim, as plantações de café rapidamente tomaram grandes proporções no Vale do Paraíba. Este complexo cafeeiro, apesar de lucrativo em seu início, encontrou diversos problemas, como o território disponível para produção e a falta de investimento em tecnologias de transporte, esses e outros fatores, que serão abordados em outro momento, levaram a produção a se estender por São Paulo, onde teve seu maior desenvolvimento, e anos depois pelo Espírito Santo, em menor proporção.

A empresa cafeeira permitiu a utilização intensiva da mão de obra escrava e absorveu grande parte dos escravizados que vieram dos engenhos de açúcar, sendo essa uma das poucas semelhanças entre as duas produções. Contudo, o início da expansão do plantio ocorreu na década de 1830, período em que a repressão inglesa ao tráfico negreiro se intensificou, o que dificultou a manutenção do sistema escravista como era conhecido, já que os preços dos escravos subiam constantemente.

Neste mesmo período, em 1822, Dom Pedro I, filho de Dom João VI, proclamou a Independência do Brasil, fazendo da colônia um Império. Essa alteração no sistema de governo não provocou rupturas sociais no Brasil: a estrutura agrária continuou a mesma, a escravidão se manteve e a distribuição de renda continuou desigual. A elite agrária, que deu suporte a D. Pedro I, foi a camada que mais se beneficiou. Além disso, a independência trouxe problemas para a economia do país. Para reconhecer a Independência do Brasil, Portugal cobrou uma quantia considerável da sua antiga colônia e, para pagar a dívida, o imperador teve de recorrer a um empréstimo da Inglaterra, o que deu início à dívida externa brasileira.

Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, houveram dificuldades para suprir a crescente demanda por mão de obra por parte da produção de café. Desta forma, parte dessa demanda foi suprida pela transferência de escravos das províncias do açúcar para as províncias do café, o que diminuiu a participação de escravos em atividades açucareiras (DE CASTRO, 1973).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo começa apontando que a colonização brasileira é um desdobramento da expansão ultramarina europeia, em que a necessidade de se obter novos mercados pelos países europeus, os

levou a um esforço ultramar em busca de novas regiões. Buscou-se, também, evidenciar que a procura por metais preciosos e os constantes ataques sofridos ao território português, levaram ao início da produção agrícola e da habitação da colônia. Além disso, as variações dos preços do açúcar no mercado internacional, a busca de ouro, o surgimento da economia mineradora e o desenvolvimento de uma produção cafeeira no Brasil, explicitam como a metrópole, com base no "exclusivo metropolitano", se apropriou de grande parte dos lucros gerados na colônia.

Embora muitos dados quantitativos sobre os lucros gerados pelas atividades desenvolvidas no Brasil colônia tenham se perdido (DE CASTRO, 1973), este artigo buscou demonstrar como a atividade escravista era lucrativa em todas suas etapas, e como tal lucro foi essencial para a manutenção da colônia por parte de Portugal. A mão de obra escrava se mostrou fator determinante na exploração da cana-de-açúcar, o que possibilitou a defesa do território por parte dos portugueses. Outra fonte de lucro era o próprio tráfico negreiro, que possibilitou enormes ganhos à Coroa portuguesa. Naquele momento, a mão de obra escrava era utilizada não só para o plantio e cultivo da cana, mas também para atividades necessárias à subsistência no Brasil, como pecuária para fornecimento de alimentos e tração animal. Posteriormente, com a descoberta e a exploração do ouro na região das Minas Gerais, o trabalho escravo entra como um fator importante para a lucratividade da atividade de mineração. Embora a dinâmica da escravidão tenha mudado um pouco, e o ouro tenha atraído mais pessoas, a escravidão ainda se mostrou fundamental no processo de exploração e rentabilidade da atividade. Por fim, do período da produção cafeeira até a abolição, para De Castro (1973), foi a atividade cafeeira que sustentou a continuidade da escravidão no Brasil, a despeito da escravidão ter trazido lucros até sua abolição em 1888.

Constata-se, então, como durante três séculos, as nuances da economia do Brasil colônia se alteraram drasticamente. Contudo, o sistema escravista, desde seu início na costa africana até os diferentes tipos de escravos, é o ponto comum entre todos os processos econômicos ocorridos no período em que o Brasil foi colônia de Portugal. Desta forma, não é possível desconsiderar a importância do trabalho escravo para a rentabilidade da colônia e sua consequente manutenção pelo Império Português.

As limitações deste artigo se dão pela falta de dados que permitam mensurar de forma quantitativa os lucros obtidos através do trabalho escravo, apesar de sua importância ter sido destacada neste artigo. Outra limitação a ser considerada é que o foco do artigo se deu na influência dos fatores externos. Logo, seria interessante que estudos futuros busquem aprofundar mais nas questões internas e que, se possível, utilizem os dados disponíveis para uma mensuração quantitativa dos lucros gerados pela escravidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE CASTRO, Helio Oliveira Portocarrero. **Viabilidade econômica da escravidão no Brasil: 1880-1888**. Revista brasileira de Economia, v. 27, n. 1, p. 43-68, 1973.
- FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.
- FRAGOSO, João et al. **A economia colonial brasileira:(séculos XVI-XIX)**. [S.I.]: Atual, 2005
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. (p. 47-78)
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. (p. 118-126,137-146)
- KOK, Glória Porto. **A escravidão no Brasil colonial: Índios e negros: história de escravidão e resistência na colônia**. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. (p. 19-32)
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989. (p. 57-116)
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977. (p. 88-113)
- RIBEIRO, Darcy. **O POVO BRASILEIRO: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995. (p. 113-121,272-339)
- ELTIS, David. Metodologia. In: SLAVE VOYAGES. **Tráfico transatlântico de escravos: entendendo o banco de dados**. 2010. Disponível em: <<https://slavevoyages.org/voyage/about#methodology/coverage-of-the--trade/1/pt/>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

A CRISE CRÍTICA DA DOCTRINA DO CHOQUE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Paulo Octavio da Silva Guidolini⁸¹

RESUMO

Neste artigo propõe-se uma crítica à concepção idealista de crítica ao neoliberalismo presente no livro, “A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre”. Utilizando da crítica da economia política como fio condutor metodológico, buscar-se-á, ao longo do artigo, iniciar um processo de apropriação da investigação jornalística da autora a fim de construir uma crítica ao capitalismo em essência, a partir da teoria marxista.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Crise; Crítica; Doutrina do Choque.

1. INTRODUÇÃO

O livro alvo da crítica - “A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre” -, desde seu lançamento, tem sido uma importante ferramenta de análise sobre o avanço do neoliberalismo no capitalismo contemporâneo e seu modus operandi. Bem recebido pelo público e pela mídia, o livro da autora Naomi Klein foi lançado originalmente em 2007 pela editora Knopf Canada e traduzido para o português pela editora Nova Fronteira em 2008. A autora Naomi Klein faz uma investigação minuciosa sobre os métodos de avanço do neoliberalismo.

Entendendo a importância, atualidade e pertinência da obra, este artigo tem como objetivo, não descreditar esta importância, mas sim, elaborar uma crítica utilizando-se do método da crítica da economia política. Para atingir o objetivo proposto, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma. A primeira seção é dedicada a uma apresentação da ideia central da obra de Klein. Na seção subsequente, o objetivo será o de debater os conceitos de crise e crítica, utilizando, como base, a crítica da economia política, com o intuito de destacar a forma dialética como esses dois processos se integram no interior da teoria marxista para entendermos a essência do desenvolvimento crítico do modo de produção capitalista. Na terceira e última seção, utilizando-se

⁸¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET/SESu - do curso de Ciências Econômicas.

dos elementos propostos e da perspectiva metodológica apresentada na segunda seção, será o momento de analisar criticamente a tese da doutrina do choque proposta por Klein.

Ainda sobre a estrutura do artigo, na primeira seção serão feitas recorrentes citações da obra chave deste trabalho. Destaca-se, desde já, a pertinência e importância destas, dado o intuito de não se perder o sentido original que a autora busca demonstrar.

As citações diretas, referentes ao artigo “A análise marxista ajuda a compreender a crise atual do capitalismo” do Professor Doutor António José Avelãs Nunes, estão mantidas da forma original da qual foram escritas e podem parecer conter erros de acentuação, isto se deve às diferenças nas normas da escrita entre Portugal e Brasil.

2. A DOCTRINA DO CHOQUE

O livro “A Doutrina do Choque: A ascensão do capitalismo de desastre” da escritora, documentarista e jornalista Naomi Klein,⁸² lançado em 2007 e com documentário homônimo de 2009, faz uma abordagem jornalística do desenvolvimento e aplicação das políticas neoliberais durante a história.

Acompanhando sua abordagem, a autora busca apresentar a tese de que as experiências de estabelecimento das políticas neoliberais se deram exclusivamente em momentos de choques, ou seja, em momentos de desorganização e crise de âmbito social, política, econômica ou natural - usando de exemplos do livro: golpes de estado, hiperinflações, atentados terroristas, furacões e tsunamis - em tal momento de crise a população apresenta uma janela de oportunidade para a realização de reformas nocivas as capacidades de produção e reprodução social da vida, devido ao momento de desorientação coletiva causada pelo choque traumático da vez.

Sendo assim os “arquitetos econômicos” de tais medidas - no livro, personificados por Milton Friedman⁸³, pela escola de Chicago e a teoria econômica neoliberal - sejam responsabilizados e culpabilizados pela anomia social causada, representada pela fome, violência, tortura, desigualdade e repressão.

2.1. A ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE

⁸² Naomi Klein é uma jornalista premiada e autora de best-sellers no New York Times. Ela é correspondente sênior do jornal The Intercept, parceira do programa Puffin Writing no Type Media Center e é a ocupante inaugural da cadeira Gloria Steinem Endowed em mídia, cultura e estudos feministas na Universidade de Rutgers.

⁸³ Milton Friedman (1912 - 2006) foi um economista, estatístico e escritor norte-americano. Lecionou na Universidade de Chicago por mais de três décadas. Friedman recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1976.

O influente economista, propagador e ideólogo da escola de pensamento neoliberal da escola de Chicago, Milton Friedman é, para Klein (2008), peça central no entendimento do avanço das políticas econômicas de neoliberais, desde o golpe militar deflagrado pela junta militar chilena contra o presidente Salvador Allende, que deu início a ditadura de Augusto Pinochet em 1974, até a privatização da segurança e do exército estadunidense a partir da “Guerra ao Terror” no Iraque.

Ainda sobre Friedman, nas diversas produções jornalísticas disponíveis produzidas em geral pela grande mídia, raramente o Economista é confrontado e responsabilizado pelas consequências que acompanhavam suas ideias. Após seu falecimento em 2006, uma tendência contrária a responsabilizá-lo aconteceu. Friedman é posto então como o maior defensor do capitalismo e peça reestruturante e de salvaguarda do capitalismo contemporâneo. Essa elevação do Neoliberalismo e do próprio Friedman, teve, segundo Klein, como seu maior bastião “uma versão fantasiosa depurada de toda violência e coerção tão intimamente relacionadas à sua cruzada, e representa o golpe de propaganda mais bem sucedido das últimas três décadas” (KLEIN, 2008).

Em relação a história oficial, esquematizada pelo mainstream midiático e pela ortodoxia acadêmica dos departamentos de economia mundo afora, Friedman é a imagem de um lutador pacífico pelas ideias de livre mercado.

Quando Friedman morreu, a revista Fortune escreveu que ‘ele trazia a maré da história consigo’; foi aprovada, no Congresso dos Estados Unidos, uma resolução louvando-o como ‘um dos mais importantes campeões da liberdade do mundo, não apenas no campo econômico, mas em todos os sentidos’; o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, decretou oficialmente o dia 29 de janeiro de 2007 como o Dia de Milton Friedman e muitas outras regiões e cidades fizeram o mesmo. Uma manchete no Wall Street Journal resumiu essa narrativa bem-arrumada: “O Homem Liberdade” (KLEIN, 2008).

2.2. OS CHOQUES DA DOUTRINA

O primeiro laboratório no qual Friedman pode aplicar a doutrina de choque, foi durante a ditadura chilena de Pinochet. Cenário de choque, pois com a população atônita por conta de um golpe militar, seguido de uma crise de hiperinflação, economistas formados pela mesma escola de Chicago de Friedman organizaram a política econômica do governo ditatorial.

Friedman aconselhou Pinochet a impor uma reforma econômica bastante rápida – corte de impostos, livre-comércio, serviços privatizados, cortes nos gastos sociais e desregulamentação. Em alguns casos, os chilenos viram até mesmo suas escolas públicas serem substituídas por escolas privadas mantidas por créditos estudantis emitidos pelo governo na forma de vouchers. Foi a estratégia mais extrema de apropriação capitalista jamais tentada em qualquer lugar, e ficou conhecida como a “revolução da Escola de Chicago”, pelo fato de que muitos economistas de Pinochet tinham estudado sob a orientação de Friedman na Universidade de Chicago. Friedman previu que a rapidez, a brusquidão e o objetivo da mudança econômica

iriam provocar, no público, reações “psicológicas que facilitariam” o ajuste. (KLEIN, 2008, grifo nosso).

De acordo com a autora “Pinochet também facilitou o ajuste com os seus tratamentos de choque próprios; em geral, implementou-os nas muitas celas de tortura do regime, infligindo-os a aos corpos retorcidos daqueles que foram considerados obstáculos à transformação capitalista.” (KLEIN, 2008).

De proêmio, em seu livro a autora usa a tortura como metáfora que melhor pode descrever o processo de um choque do qual afeta toda uma população e ainda qual o sentido e objetivo que essas torturas tem como função. A tortura tem sido uma parceira silenciosa dessa cruzada global pelo livre mercado. “A tortura, contudo não é apenas uma ferramenta empregada para aceitar a aceitação de políticas não desejadas por populações rebeladas; é também uma metáfora da lógica que permeia a doutrina do choque.” (KLEIN, 2008)

A tortura sendo então uma forma sistemática de violência psicológica e física de gerar confusão e desorientação temporária no torturado, forçando-o a se desprender de suas próprias convicções e consciência, tornando-o facilmente suscetível a sugestões dos torturadores, cedendo a sua vontade. “A tortura, ou “interrogatório coercitivo” no linguajar da CIA, é um conjunto de técnicas destinadas a colocar prisioneiros em estado de profunda desorientação e choque, de modo a obrigá-los a fazer concessões contra a própria vontade. (KLEIN, 2008).

Buscando embasamentos empíricos para corroborar com sua tese de choque, Klein elabora uma genealogia de A Doutrina do Choque e quais eventos traumáticos foram responsáveis pelos avanços do neoliberalismo. Compilando fontes documentais desde o golpe militar chileno de 1973, até a política de “guerra ao terror” adotada pelo governo dos Estados Unidos da América, que foi instrumentalizada para justificar as invasões militares do país por várias nações na região do oriente médio como Afeganistão, Iraque e Iêmen, como forma de imposição da visão de “livre-comércio e democracia”.

Olhando pelas lentes dessa doutrina, os últimos 35 anos parecem diferentes. Algumas das violações mais infames dos direitos humanos de nossa era, que tendem a ser encaradas como atos sádicos perpetrados por regimes antidemocráticos, foram cometidas com a intenção clara de aterrorizar o público, ou ativamente empregadas a fim de preparar o terreno para a introdução das “reformas” radicais de livre mercado. Na Argentina da década de 1970, o “desaparecimento” de trinta mil pessoas sob o governo da junta militar, muitas delas ativistas de esquerda, fez parte da imposição ao país das políticas da Escola de Chicago, do mesmo modo que o pavor foi parceiro para um tipo similar de metamorfose econômica no Chile. [...] (KLEIN, 2008).

De certo, esses moldes de ampla violência não se sustentariam em países de capitalismo central, ou como a autora coloca, de governos onde o neoliberalismo tenha ascendido de forma democrática.

Ainda assim, para a autora, a lógica da doutrina do choque mantém seu *modus operandi* de choque e então avanço nas agendas neoliberais.

A guerra nas Malvinas, em 1982, serviu a um propósito similar a Margaret Thatcher no Reino Unido: a desordem e a exaltação nacionalista resultantes da guerra lhe permitiram empregar uma força descomunal para derrotar mineiros em greve e deslançar a primeira onda de privatizações realizada em uma democracia ocidental. [...] (KLEIN, 2008).

Hodiernamente, o método mantém o seu cerne, apesar de ter se aperfeiçoado, modernizado e se automatizado. A grande experiência de choque, ou seja, a mais completa experiência de implementação neoliberal já feita, teria sido na invasão ao Iraque. Ao governo do presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush

Para inaugurar o complexo do capitalismo de desastre, a administração Bush super ampliou sem nem um debate público, muitas das mais sensíveis e cruciais funções de governo – como a provisão de seguro-saúde para soldados, o interrogatório de prisioneiros, a coleta e o armazenamento de dados sobre todos nós. O papel governamental nessa guerra sem fim não é o de um administrador que lida com uma rede de fornecedores, mas o de um capitalismo aventureiro cujo bolso não tem fundo, que tanto oferece dinheiro para a criação deste complexo quanto se transforma no maior cliente de seus novos serviços. [...] (KLEIN, 2008).

2.3. CONSIDERAÇÕES A OBRA

As exposições de Klein demonstram a ferocidade de grandes corporações em dominar as narrativas históricas e de seus indivíduos e por conseguinte, o domínio do próprio entendimento da história. A autora se preza então a investigar a história contra-hegemônica do liberalismo refletida tanto na imagem de Friedman, quanto de seus mitos. Contestando a pacificidade da implementação das ideias de cunho liberais disseminadas por todo o mundo.

Este livro é uma contestação da suposição mais fundamental e acalentada da história oficial - a de que o triunfo do capitalismo desregulado nasceu da liberdade, de que mercados não-regulados caminham passo a passo com a democracia. Pelo contrário, vou mostrar aqui que essa espécie fundamentalista de capitalismo foi parida pelas formas mais brutais de coerção infligidas tanto sobre o corpo político coletivo quanto sobre os incontáveis corpos individuais. A história do livre mercado contemporâneo - mais bem compreendida como a ascensão das corporações - foi escrita com choques. (KLEIN, 2008).

A obra de Klein remonta a uma análise empírica e jornalística sobre a história do neoliberalismo, mostrando que essas práticas desorientadas e violentas - choques - são, não algo inédito na história do capitalismo, mas sim que o choque é inerente ao avanço do neoliberalismo⁸⁴.

⁸⁴ Vale nesse ponto ressaltar que a autora não faz uma crítica contumaz ao capitalismo, sua exposição aparece como crítica ao neoliberalismo. Em diversos pontos do seu livro fica clara a dissociação do que é "liberalismo radical" e prejudicial para o que seria um capitalismo saudável. Voltaremos a esse ponto mais adiante na exposição deste artigo.

Sua obra surge com importância na análise do capitalismo contemporâneo, onde governos utilizam de desorientação coletiva para avançar agendas de cunho neoliberal. Ao mesmo tempo explicita a necessidade da crítica à economia política nas investigações científicas do capitalismo, como a forma mais completa da busca dos processos contraditórios essenciais do sistema.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE CRISE COM BASE EM MARX

Para podermos observar o fenômeno da doutrina do choque por um prisma orientado pelo materialismo histórico dialético, buscando a formulação de uma crítica no sentido especificamente marxiano, vale uma digressão em sentido de resgate, sobre a concepção de crise de acordo com o método proposto.

3.1. CRISE

Apesar da ausência de uma formulação desenvolvida deixada por Marx ainda em vida, é errôneo admitir que o autor tenha sido indiferente com a percepção do papel de crise no capitalismo, portanto temos como manifestação da negação dialética do capital, as crises em um contexto de desenvolvimento teórico avançado dos mercados mundiais. No entanto, as determinações de crise não surgem apenas no momento mais desenvolvido do capital, apenas tem seu posicionamento neste contexto. A crise, visto ser imanente ao processo de valorização do valor, pode ser alcançada desde a análise mais primitiva de capital, logo em seu início do desenvolvimento teórico da categoria.

Ainda na discussão teórica da circulação simples de mercadorias, Marx trata do duplo aspecto da mercadoria e seu processo de compra e venda como manifestação antitética da mercadoria:

Dizer que esses dois processos independentes e antitéticos formam uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna se expressa em antíteses externas. Se, completando-se os dois pólos um ao outro, a autonomização externa do internamente dependente avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise. (MARX, 1867).

A cada novo avanço na categoria de capital, a antítese em manifestação da crise permanece presente, apenas tomando novos formatos em desenvolvimento paralelo ao capital em seus diferentes estados de metamorfose.

Portanto a relação de existência entre o capital – valor que se valoriza – e crise é intrínseca e dependente, mesmo que de certo não se apareça de forma evidente, visto o esvaziamento do sentido

da palavra crise, por conta da generalização da expressão da qual toma o significado de qualquer forma de “desagregação e decadência em uma esfera qualquer da sociabilidade” (GRESPLAN, 1994).

Ao caracterizar a sociedade civil-burguesa como capitalista, isto é, pelo poder fundamental que nela exerce o capital, Marx a caracteriza ao mesmo tempo por estar sujeita a crises determinadas pelo modo complexo com que atua o próprio capital. (GRESPLAN, 1994).

Então para poder fazer um resgate do sentido de crise na obra de Marx é necessário romper e superar o aspecto de fenômeno exógeno de “simples negatividade” (GRESPLAN, 1994) e então podermos defini-lo como expressão última e endógena da negatividade imanente presente nos diversos processos de metamorfose, valorização e expansão do capital, isto é, das manifestações da natureza contraditória do capital.

A crise então é representação da dialética da exposição do capital, caso contrário é idealização e não representa os fenômenos reais da crise, e como dito esvazia o sentido crítico da categoria de forma a torná-la algo exógeno ao capital. Essa forma apenas atinge uma observação do objeto de estudo, se mantendo não no campo de crítica, mas sim como simples análise da aparência do objeto.

É pela negatividade inerente do capital que Marx, “concebe a dinâmica do capitalismo enquanto movimento de constante superação e reposição de suas contradições” (GRESPLAN, 1994), sendo então a crise a manifestação última da contradição do capital, e então não pode ser considerada apenas como fenômeno exógeno, secundário e não necessário a valorização do valor nas necessidades do capitalismo, é sim como o modus operandi essencialmente elementar para a compreensão do capitalismo.

3.2. CRÍTICA

Entendida a crise como manifestação negativa intrínseca ao capital, então fundamental para o entendimento de crítica presente neste artigo. Crítica não como um ataque externo aos fundamentos e concepções de um sistema e de seu arcabouço teórico, assim como desenvolvimento das categorias através da exposição dialética das contradições fundamentais do objeto de crítica.

O projeto marxiano de apresentação, assim, depende de que se aprenda o “fundamento” da economia capitalista – o valor e o capital enquanto valor que se valoriza – como algo contraditório, gerando daí um processo pelo qual cada forma se liga à outra enquanto “forma de manifestação” da contradição (GRESPLAN, 1994).

A partir desta breve apresentação, da não dissociação de crise a crítica dentro do método marxiano, busco desenvolver uma crítica dentro de tais parâmetros, e não uma crítica externa à tese de Klein (2008). Entendendo que a exposição e o levantamento historiográfico apresentado em seu livro é de suma importância para a realização e aprimoramentos do debate sobre o capitalismo contemporâneo, porém admitindo que a autora não esgota seu objeto de estudo a ponto de apresentar uma teoria do desenvolvimento do neoliberalismo, apenas se atentando a aparência dos fenômenos narrados.

4. NA CRÍTICA, CRISE E CHOQUE SE ENCONTRAM

A proposta é, então, tratar as crises do capitalismo como fenômenos que surgem, se desenvolvem e eclodem como processo imanente ou intrínseco ao movimento de valorização do capital e, portanto, devem ser apreendidas a partir de uma análise que vá além da aparência do fenômeno. Assim, a necessidade de se perceber os movimentos de posição e negação, de crescimento e crise, de valorização e destruição do valor torna-se parte indissociável do método proposto, que busca entender dialeticamente o desenvolvimento do boom e da crise como partes indissociáveis do valor na sociedade capitalista, assim como valor de uso e valor o são no corpo da mercadoria essencial.

A nossa proposta é tratar as crises do capitalismo como fenômenos que surgem, se desenvolvem e eclodem como processo imanente, intrínseco ao movimento de valorização do capital e, portanto, devem ser apreendidas a partir de uma análise que vá além da aparência do fenômeno. Assim, a necessidade de se perceber os movimentos de posição e negação, de crescimento e crise, de valorização e destruição do valor torna-se parte indissociável do método proposto. Busca-se entender dialeticamente o desenvolvimento da crise como parte indissociável do valor na sociedade capitalista, assim como valor de uso e valor o são no corpo da mercadoria essencial.

De acordo com Klein, durante o período de ascensão do capitalismo neoliberal, Friedman e seus seguidores se ocupavam em esquematizar suas estratégias de implementação de livre mercado e reformas econômicas, estratégia essa que seria “esperar uma grave crise, vender partes do Estado para investidores privados enquanto os cidadãos ainda se recuperava do choque, e depois transformar as reformas em mudanças permanentes” (KLEIN, 2008). No momento de eclosão de uma grande crise econômica, deve-se ter então ideias a disposição, usando deste momento para implementar privatizações e reformas das competências do estado frente a economia e redução de gastos públicos, enquanto a população ainda traumatizada com o choque, não teria condições de reagir ao feroz avanço das mudanças.

Klein ainda usa recorrentemente uma citação de Friedman, buscando corroborar com a sua tese.

Somente uma crise – real ou pressentida – produz mudança verdadeira. Quando a crise acontece, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Esta, eu acredito, é a nossa função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las em evidência e acessíveis até que o politicamente impossível se torne o politicamente inevitável. (FRIEDMAN, 1984, apud KLEIN, 2008).

Assim se forma a “tática nuclear⁸⁵ do capitalismo contemporâneo” (KLEIN, 2008) de desastre e livre-comércio, que então a autora cunhou o termo, doutrina do choque. Para os economistas da escola de Chicago, assim que uma crise se instala, “uma nova administração tem de seis a nove meses para realizar as principais mudanças; caso não agarre a oportunidade para agir de modo decisivo durante esse período, não terá outra chance igual” (FRIEDMAN, 1984, apud KLEIN, 2008).

Klein faz um levantamento historiográfico sobre como e quão violenta foram as diversas vezes que o neoliberalismo buscou ser implantado como forma dominante das relações sociais. Porém a autora apenas se mantém na aparência desses fenômenos. Quando a autora busca explicar o avanço do neoliberalismo através do “capitalismo de desastre”, termo que aparece no subtítulo de seu livro, a sua ambição não pode ser descolada de um estudo do avanço do próprio liberalismo e por conseguinte do capitalismo.

[...] é por sua negatividade [do Capital] inerente que Marx concebe a dinâmica do capitalismo enquanto movimento de constante superação e reposição de suas contradições, de modo que a crise – enquanto manifestação privilegiada da auto-negação do capital – se apresenta como integrante da dinâmica global; e não como um aspecto secundário e acessório, mas enquanto elemento essencial para compreender seu Modus Operandi. (GRESPLAN, 1994).

Um estudo completo das crises no capitalismo deve levar em conta a contradição dialética da análise. A crise não é um fenômeno que ocorre em função apenas das intenções de um grupo de pessoas ou até mesmo de um desastre natural. Se a “crise é a manifestação privilegiada da autonegação do capital”, sendo assim, buscar a separação de crise e capitalismo é inapropriado para a investigação ao capitalismo. Crise é uma manifestação real do capitalismo.

Marx distinguiu entre investigação e exposição. A investigação exige o máximo de esforço possível no domínio do material factual. (...) O fim último da investigação consiste em se apropriar em detalhe da matéria investigada, analisar suas diversas formas de desenvolvimento e descobrir seus nexos internos. Somente depois de cumprida tal tarefa, seria possível passar à exposição, isto é, à reprodução ideal da vida da matéria. A essa altura, advertiu Marx que, se isso for conseguido, “então

⁸⁵ Aqui neste ponto a tradução em português produz um duplo sentido que pode ser aproveitado na exposição. No original, a “tática nuclear” tem sentido ao fazer uma analogia às armas de destruição atômicas, onde o neoliberalismo usa de sua força destruidora para poder se fortalecer e avançar sobre a sociedade. Porém, graças a tradução podemos entender “tática nuclear” como a presente no núcleo do capitalismo contemporâneo.

pode parecer que se está diante de uma construção a priori. (GORENDER, 1983) (O capital, Boitempo, PDF, p.31, Jacob Goreneder).

Ao apenas apresentar a aparência dos fenômenos do capitalismo contemporâneo, afirmo que Klein não alcança o real desenvolvimento do seu objeto de estudo. A forma da qual a apresentação dos fenômenos do capitalismo contemporâneo se sucedem, falsamente dá a tese de Naomi a concepção de que sendo então o capitalismo parecer uma constituição a priori, sendo a crítica apenas ao neoliberalismo. “Para Marx, o desenvolvimento real do objeto não pode ser constituído pela própria exposição dele, porque não é presidido pela dialética de seu conceito que se torna efetivo ao se expor” (GRESPLAN, 1994).

Diferentemente do que afirma Klein, o neoliberalismo não é algo surgido das ideias de alguns oportunistas. O capital usa de qualquer meio para se manter a valorização do valor. Sua única barreira é as que ele mesmo constrói e por tempo necessita. O caráter auto-negador e autodestrutivo do capital é a contradição que o faz avançar.

O neoliberalismo consolidou-se como ideologia dominante. E o neoliberalismo não é o produto inventado por uns quantos 'filósofos' que não têm mais nada em que pensar. O neoliberalismo não existe fora do capitalismo, antes corresponde a “uma nova fase na evolução do capitalismo” (NUNES, 2015).

No entanto, para a autora o capitalismo poderia ir em certa direção mais socialmente benéfica, sem o uso de violência social ou pessoal. Mais que isso, afirma de forma categórica que o caminho histórico saudável para o capitalismo, seria o estado de bem estar social keynesiano.

Eu não estou argumentando que todas as formas de sistema de mercado são inerentemente violentas. É possível a existência de uma economia de mercado que não exija tamanha brutalidade nem imponha esse tipo de purismo ideológico. Um mercado livre para produtos de consumo pode coexistir com um sistema público de saúde, com escolas públicas, e com um amplo segmento da economia controlado pelo estado – como uma empresa petrolífera nacionalizada, por exemplo. É ainda factível exigir das corporações que paguem salários decentes e respeitem os direitos dos trabalhadores de formar sindicatos, e dos governos que cobrem impostos e redistribuam a riqueza a fim de reduzir as desigualdades que caracterizam o Estado corporativo. Os mercados não precisam ser fundamentalistas. (KLEIN, 2008).

Ao tratar o capitalismo como uma construção a priori, Klein não alcança em nossa opinião o verdadeiro sentido de uma crítica ao seu objeto de estudo, portanto mais uma vez fica evidente o fato de que, em seu livro, Klein apenas faz uma exposição dos fenômenos. Aqui procuro portanto afirmar que devemos superar a exposição, buscando em uma análise científica a exposição da essência dos fenômenos tratados, não confundindo essência e aparência.

Entender a obra de Klein como análise da aparência e não como crítica aos processos de valorização do valor, é um ponto importante deste artigo. A partir deste entendimento pode-se construir uma crítica no sentido mais estrito e metodologicamente.

Esse artigo busca não invalidar toda rica investigação jornalística feita pela a autora, porém sim, apropriar-me dela para iniciar a busca de uma crítica ao capitalismo contemporâneo sob o prisma da economia política. O livro “A doutrina do Choque”, portanto, é uma obra crítica como se parece entender, porém insuficiente do ponto de vista da análise concreta da realidade material, fundamental na investigação para a produção de uma obra que busca entender de forma crítica seu objeto de estudo.

Os choques não são manifestações das ideias de um grupo de acadêmicos ou grandes capitalistas. O tratamento de choque, a tortura as guerras são apenas mais uma um dos muitas formas que o capital usa para se manter valor que se valoriza, pois sem o ser não é mais capital.

Para entendermos o capital, o capitalismo e suas crises como um todo cujas partes não sejam tratadas isoladamente, devemos abandonar as análises estáticas e aparentes dos fenômenos e procurar entender a essência da reprodução dinâmica desse modo de produção. Nesse sentido, o método dialético torna-se nossa principal ferramenta de estudo.

4.1 A HISTÓRIA DO CHOQUE É A HISTÓRIA DA CRISE

A onda neoliberal que atinge primeiro a periferia capitalista, para então ser hegemônica em todo o sistema, é mais que simples oportunismo, e sim fruto da das necessidades do Capital, que estava com condições de taxa de lucro baixa nos anos 1970, e através do seu processo englobador e avassalador – que tem o poder de fazer tudo se curvar-se a ser seu vassalo - açambarcou novos mercados que eram dominados pela esfera pública – estatal – apropriando-se com a compra a irrisórios valores, que nem mesmo seriam valores de indenização pelas perdas das firmas antes públicas.

Esta crise mostrou igualmente que a capacidade de produção instalada no mundo capitalista era excessiva relativamente ao poder de compra agregado da população. No caso dos EUA, a indústria utilizava em 1975 apenas 74% da sua capacidade de produção. (NUNES, 2015).

E trouxe também à luz do dia um fenômeno que se vinha observando com clareza, especialmente a partir de meados dos anos 1960, nas mais importantes economias capitalistas: a tendência para a baixa da taxa de lucro. (NUNES, 2015).

Mais a frente, ao alvorecer dos anos 1980 e a queda da hegemonia soviética sobre os países do leste europeu, uma nova onda de avanço capitalista segue em direção a periferia do sistema capitalista, novos mercados prontos para serem espoliados, mercados que durante décadas de governos socialistas, se mantiveram fechados para as relações sociais de mercado capitalistas, e agora estavam prontos para a “terapia de choque”.

Após o desmoronamento da União Soviética e da comunidade socialista, os neoliberais de todos os matizes convenceram-se, mais uma vez, de que o capitalismo tinha garantida a eternidade, podendo regressar impunemente ao 'modelo' puro e duro do século XVIII. (NUNES, 2015).

Ao aproximar dos anos 90, com a enfim oficial dissolução da União Soviética, o capitalismo superava mais uma de suas barreiras. Agora então o centro capitalista deveria estar sujeito às empreitadas de liberalização violenta em nome do capitalismo recém vencedor da guerra fria.

[...] Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental [...] (ANDERSON, 1995).

Iniciariam então, uma nova onda de avanço neoliberal, desta vez nos dois centros do capitalismo. O capitalismo que ganhara a fama de vencer o comunismo, se radicaliza.

No plano das políticas económicas, a resposta a esta crise estrutural do capitalismo traduziu-se na chamada “revolução conservadora”, iniciada com o thatcherismo no Reino Unido (1979) e com a reaganomics nos EUA (1980). Foi o início de um novo ciclo, em que a ideologia neoliberal se confirmou, também na esfera política, como a ideologia dominante, a ideologia das classes dominantes, sob a liderança do capital financeiro. (NUNES, 2015).

E por fim, na análise de Klein, o superchoque. O Iraque foi a experiência mais ampla de um choque nos moldes da tese da qual a autora elabora, o choque do ataque terrorista de 11/7 aos diversos pontos dos EUA seguido do choque dos bombardeios e torturas nos campos de petróleo do Iraque, que agora estavam a disposição do capital. Porém o mais inovador no Iraque, foi transformar a própria guerra em uma forma de valorização inédita, através das firmas de segurança e dos exércitos particulares que surgiram nesse contexto histórico.

O papel primordial das guerras, portanto, era o de abrir os mercados que estavam fechados e o de gerar novos surtos de crescimento no pós-guerra. Agora as guerras e o enfrentamento dos desastres estão de tal maneira privatizados que se tornam, eles próprios, os novos mercados; não há mais necessidade de esperar o fim da guerra para obter crescimento – o meio é a mensagem. (KLEIN, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a exposição neste artigo feita, pode-se iniciar então uma crítica elaborada ao capitalismo, com um arcabouço teórico fundamentado na crítica à economia política a partir do livro “A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre”.

Através dos processos históricos, o capitalismo tem em suas contradições, a essência de seu avanço. O capitalismo não possui barreiras se não ele mesmo, isso quer dizer que, o capital não encontra limites ao avançar sobre quaisquer relações sociais, o capital avança e avançará sobre todas as barreiras externas, e irá às transpor. Sua única barreira é portanto as suas próprias contradições internas e essas contradições são por excelência as crises. Mesmo com o capital em constante valorização a destruição está sempre presente e em latência de ocorrer, quando portanto essa latente crise, latente destruição se pratica, a crise então se deflagra, a doutrina do choque então proposta por Klein é a doutrina não de “um capitalismo fundamentalista” diferente, mas sim de uma fase histórica do capital.

O neoliberalismo, portanto, é a força avassaladora do capitalismo, e é no entanto, o próprio capitalismo metamorfoseado em mais uma de suas formas históricas. Mas não deixando de ser capitalismo. Apesar das crises constantes crises ocorridas desde o início das aplicações neoliberais, que podem ser presenciadas até hoje, o neoliberalismo parece ter alcançado um dos seus principais objetivos. Política e economicamente o neoliberalismo se coloca como a única alternativa possível para ser seguida, não há política econômica capitalista alguma que ouse desafiar os preceitos de austeridade, privatização, e subserviência do estado frente a iniciativa privada.

[...] Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. [...] (ANDERSON, 1995).

O capital sendo avassalador, açambarca todas as relações sociais em sua lógica, fazendo-as metamorfosear em mercadorias. O neoliberalismo não é nada diferente de capitalismo. Buscar separá-los em diferentes categorias é apenas uma forma de mistificá-los, separando a essência da aparência. É exatamente essa errônea separação “sujeito-predicado” da qual já advertia Marx ao elaborar o fetiche, que aparece na tese de capitalismo de desastre de Klein.

6. REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

GOENDER, Jacob. **Apresentação**. In O capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital / Karl Marx; tradução de Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2013. p. 14-34.

GRESPLAN, Jorge. **A crise na crítica à economia política**. Crítica Marxista, São Paulo: Boitempo, v.1, n.10, 2000, p. 94-110.

_____. **A dinâmica da crise**: Um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx. Campinas. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: A ascensão do capitalismo de desastre / Naomi Klein; tradução de Vania Cury. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital / Karl Marx; tradução de Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2013.

NUNES, António. J. A. **A Análise Marxista ajuda a compreender a Crise Atual do Capitalismo**. Revista de Direito da Faculdade Guanambi, Guanambi. Ano.1, n.1, out. 2015, P. 6-22.

PEREIRA. Tito Luiz. **Autoritarismo e Choque**: a violência como forma de aplicar políticas neoliberais na ditadura Pinochet. Florianópolis, 2014. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

ENTRE A POTÊNCIA E A EXISTÊNCIA: NOTAS SOBRE REPRESENTAÇÕES CINEMATOGRAFICAS DA CONDIÇÃO HUMANA CONTEMPORÂNEA⁸⁶

Yago Ramalho Silva⁸⁷

No cerne das mudanças sociais, políticas e culturais advindas com o fim da Era de Ouro, visualiza-se uma transformação de forma gradual e de ordem estrutural, que se caracteriza por um processo de subjetivação mercadológica (DARDOT; LAVAL, 2016) e, mais recentemente, individualização autorresponsável e positiva (HAN, 2017), conceitos que serão esclarecidos posteriormente. De acordo com Hobsbawm (1995), o fim da Era de Ouro marca um período em que as pessoas perderam seus referenciais, mesmo com o surgimento de novos entendimentos e posturas quanto a antigos problemas. Com menor relevância na obra do autor é que aparece o cenário cultural, especialmente no âmbito da cultura popular, e como essas transformações refletiram e ainda refletem a psicologia própria do indivíduo “pós-era de ouro”. É a esta reflexão que este texto se dedica.

Nesse sentido, objetiva-se, no presente texto, discorrer sobre algumas instâncias dentro do cinema em que a presença de um personagem fragmentado e alienado lança luz sobre dilemas antigos; por extensão, a mesma discussão será carregada no horizonte temporal até o presente, com uma análise das obras e de seus respectivos contextos. Em particular, os filmes “Taxi Driver” (1976), “Parasite” (2019) e “Joker” (2019) servem como norteadores centrais da discussão, com um plano de fundo teórico que traz argumentos apresentados por Byung Chul-Han em “Sociedade do Cansaço”. Além disso, convém salientar que o meio não é a mensagem, e que o mesmo exercício poderia ser feito com outras representações cinematográficas.

Desde muito tempo, a arte tem representado ânsias sociais, êxtases estéticos e dilemas pessoais. Dos registros do cotidiano de nossos ancestrais caçadores-coletores em Lascaux⁸⁸ às interpretações

⁸⁶ Artigo produzido para a disciplina de Economia Mundial Contemporânea, semestre EARTE 2020/1. O número de referências e de palavras fazem parte da proposta da disciplina.

⁸⁷ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e egresso do Programa de Educação Tutorial (PET Economia/Ufes).

⁸⁸ Famoso complexo de cavernas localizado na França, caracterizado pela qualidade e quantidade de seus registros. Para mais: <https://archeologie.culture.fr/lascaux/fr>.

contemporâneas dos trabalhos de Schubert⁸⁹, pode-se localizar padrões, formas prontas, temas, paródias etc. em um profícuo diálogo entre autores, apreciadores, suas histórias e contextos. Nessa dinâmica, a tradição literária do século XIX é de interesse para o argumento que se segue, o que exige uma breve nota. O comentário social e político, embora já presente em obras ficcionais pretéritas, torna-se um tropo nesse período, graças ao trabalho de autores como Dickens⁹⁰, sempre a discutir a pobreza e a miséria do povo inglês de então. Com o tempo e o advento de tendências modernistas, simbolistas, dentre outras, tais interações temáticas tornam-se progressivamente mais complexas, sutis e psicológicas. Por exemplo, tem-se o terreno que daria origem às narrativas kafkaescas, a personagens apáticos como Bartleby, ou aos insights espirituais de Dostoiévski. Esse trato continuaria até a contemporaneidade, especialmente na literatura pós-moderna de cunho experimental.

Aproximando essa tendência para a segunda metade do século XX e início do século XXI, é possível observar a já consagrada (e simples) tese de Ricardo Piglia⁹¹ de que, conforme uma forma deixa de ser a grande contadora de histórias de seu tempo, abre-se um espaço para a inovação e o experimento. No caso do romance de ficção, é fácil identificar o cinema e a televisão como os grandes substitutos na imaginação popular. No entanto, o que acontece quando esse mesmo cinema passa a experimentar com sua própria forma? Começando com a Nouvelle Vague francesa nos anos 1960, observa-se uma gradual preferência por metatextualidade, monólogos interiores, cortes abruptos etc. É o surgimento de uma forma mais autoral e pessoal de se produzir filmes. Esse detalhe é essencial, pois permite inferir algumas considerações mais subjetivas sobre o período.

É neste ponto no tempo que se insere uma das obras seminais de Martin Scorsese, “Taxi Driver”. Lançado em 1976, o filme neo-noir narra uma das mais incisivas representações da decadência espiritual e moral da sociedade após o fim da Era de Ouro do capitalismo. Pretende-se descrever essa condição e argumentar como ela reverbera na contemporaneidade, usando para tanto dois outros filmes: o sul-coreano Parasite e o americano Joker, ambos lançados em 2019, que também discutem, à sua maneira, temas próximos. No entanto, antes de adentrar nesse argumento e na descrição dessas três obras, vale uma breve nota sobre o que foi a Era de Ouro e como se deu seu declínio.

⁸⁹ Compositor austríaco do início do romantismo. O comentário é genérico, visto que pretende apenas ressaltar certo costume presente na música erudita.

⁹⁰ Escritor vitoriano, popular pelos comentários sociais e realismo presentes em suas obras.

⁹¹ Escritor e crítico literário argentino.

A Era de Ouro pode ser descrita como um período de intenso crescimento econômico e grandes transformações estruturais. As mudanças eram profundas em diversos sentidos: políticos, econômicos, sociais e culturais. Como bem coloca Hobsbawm (1995), tem-se de um lado a expansão da escolaridade (especialmente entre as mulheres), a “morte” do campesinato e uma explosão da produtividade; por outro lado, um maior senso de individualidade e novos padrões de comportamento, que vão desde o primeiro disco de rock à politização de toda preocupação. Num certo sentido, foi o auge do sonho americano se expressando como o auge do individualismo:

A revolução cultural de fins de século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais. Pois essas texturas consistiam não apenas nas relações de fato entre seres humanos e suas formas de organização, mas também nas relações de fato entre seres humanos e os padrões esperados de comportamento das pessoas umas com as outras. (HOBSBAWM, 1995, p. 328).

No entanto, o que não se esperava é que tudo isso fosse uma verdadeira bomba relógio. Já em 1973, o sistema começava a apresentar sinais de esgotamento, e velhos problemas passaram a fazer parte do cotidiano mais uma vez. Desemprego em massa (especialmente pela substituição do trabalho humano por máquinas), desigualdade, incerteza quanto ao futuro, entre tantos outros problemas, povoavam o imaginário popular – memórias ainda recentes da Grande Depressão sinalizavam que tudo aquilo talvez ainda pudesse ocorrer uma vez mais. Da ineficiência do Estado em suprimir os problemas até o surgimento de novas formas independentes e especializadas de fazer política, é inegável que todos esses processos reverberam em preocupações ainda atuais.

Mas quem seriam essas pessoas sem referenciais, já tão individualizadas e, paradoxalmente, à mercê da própria impessoalidade? Scorsese talvez tenha respondido isso em 1976, com seu personagem Travis Bickle. Veterano da Guerra do Vietnã, desiludido, “God’s lonely man” e uma “walking contradiction”, o protagonista de *Taxi Driver* é um sujeito esquisito, não reage adequadamente ao seu entorno (seria Estresse Pós-Traumático - TEPT - ou alguma condição pretérita?), parece projetar sua frustração em ódio a grupos minoritários. Na verdade, mais que isso, ele é tão despido dos grandes dotes intelectuais de seus antecessores espirituais, os existencialistas europeus, que mal parece conseguir expressar o que sente de forma coesa, lógica e direta. Se Chul-Han (2017) fala de uma sociedade movida pelo slogan positivo “yes, we can”, Bickle preconiza o “Anytime, Anywhere”, uma alienação que impele à ação em qualquer contexto, ao trabalho sem direção.

Durante boa parte do filme só há Bickle e sua própria solidão: quando lhe dirigem a palavra, ele cala; quando ele fala, não há diálogo. Monólogos sem muito sentido são repetidos várias vezes (parecidos com as tentativas frustradas de Fabiano em *Vidas Secas*⁹²), enquanto o protagonista se prepara, planeja e avança ideias ambíguas e certamente violentas. Nunca fica muito claro se o que o move é sua saúde mental deteriorada (note que ele mal consegue expressar que está deprimido, resumindo isso a ter “algumas ideias muito ruins na cabeça”), a solidão em si, a pobreza, ou o estado geral da Nova York na década de 1970. Fato é que, quase em tom de homenagem, outro filme seria lançado em 2019 com premissa bem derivativa, embora menos ambígua: trata-se de *Joker*, do diretor Todd Phillips (e as semelhanças não são novidade para ninguém).

Situado na década de 1980, ou seja, um pouco depois do período até então discutido, *Joker* apresenta os mesmos temas, de forma mais bruta e direta. Temos um homem e seu sentimento de inadequação, prestes a explodir em uma revolta interior e a cometer atos de extrema brutalidade. Mais interessante que as similaridades é notar que, a despeito de tratar de velhos problemas, o telespectador contemporâneo consegue compreender o personagem e sua dor, é capaz de traçar possíveis motivações para suas ações e, não raro, até mesmo simpatizar com o protagonista. Arthur Fleck só queria provar para si mesmo que existia de fato, e encontra essa prova num cálculo mental que racionaliza o assassinato de pessoas vistas por ele como vis, por mais niilista e inconsequente que esses atos pareçam para ele mesmo: perdidas as amarras, já não se tem nada a perder. Se lembrarmos de Raskólnikov⁹³ a justificar seus planos de assassinato em cima de grandes figuras históricas, é possível fazer uma analogia em que essas figuras, na vida de Arthur, são aquelas que sempre o desprezaram por sua condição.

Do medo anterior ao lançamento de que talvez o personagem pudesse inspirar atentados (dizia-se até mesmo que se tratava de um filme irresponsável) a símbolo de revolta no Chile, o essencial é notar que toda essa problemática ainda persiste no tempo. E nesse mesmo ano de 2019, outro filme viria a trabalhar essa problemática de forma quase invertida: trata-se de *Parasita*, do sul-coreano Bong Joon-Ho.

Aqui, a contradição é explorar esses meandros psicológicos numa sociedade que por todos os índices e indicadores é vista como avançada, desenvolvida e rica. Na obra, a família Kim, pobre e que vive num apartamento subterrâneo sujeito a todo tipo de inundação e sujeira, ascende socialmente enquanto engana aqueles que estão socialmente acima (a família Park, rica) e também

⁹² Obra de Graciliano Ramos publicada em 1938 que narra as condições de vida de uma família no sertão nordestino, amplamente reverenciado como um dos principais romances da literatura brasileira. Fabiano é um vaqueiro e personagem central da narrativa. Uma de suas características mais marcantes é a clara deficiência linguística que apresenta, sendo incapaz de passar ideias simples e muitas das vezes imitando, de forma quixotesca, o falar de outras pessoas.

⁹³ Protagonista de “Crime e Castigo”, romance de Fiódor Dostoiévski.

os que estão em pé de igualdade com eles, como a governanta. Se o tom inicial é bem humorado, quase caricato, típico de k-dramas, o roteiro cria uma ruptura inesperada em sua segunda metade, quando da revelação de um homem que por muitos anos viveu em um bunker da mansão dos Park.

Em entrevista, o diretor Bong Joon-Ho afirma que a universalidade desse sentimento especificamente coreano, retratado no filme, advém de um elemento essencial: basicamente, todos nós vivemos no mesmo país, que é o capitalismo. Parte da chave desse artigo se encontra nessa ideia. No conflito entre as famílias Kim e Park, não há um mundo simples, de mocinhos e bandidos. Na verdade, um dos grandes êxitos da obra é apresentar com suficiente nuance e ambiguidade como cada personagem está presa a seus próprios vieses de classe. O “fantasma” do bunker, que cultua a figura do rico meramente por poder subsistir abaixo dele, é simbólico, porque no final esse parece ser o destino de cada membro da família Kim, quando não a morte. Num jogo de mímica, em que o pobre se passa por rico, há sempre a imagem de uma escada e o ângulo certo para mostrar que tudo aquilo era ilusório tanto quanto transitório (como nos diversos posters de divulgação, conforme podemos ver a seguir⁹⁴). O “cheiro de pobre” que tão sutilmente separava as duas famílias tem rosto, dimensão e história, mas termina como um mero “fantasma” a vagar com o peso de seu próprio passado. A revolta em *Parasita*, que pode ser melhor vista no destino do pai Ki-Taek, não tem a redenção e o surto como nos outros filmes tratados aqui, mas apresenta aquela mesma individualização, uma ruptura solitária e indiferente que é enfim silenciada.

Essa caracterização um tanto esquemática de como as personagens nos três filmes se enxergam e se comportam chama atenção para dois aspectos centrais: i) o indivíduo “pós-era de ouro” é essencialmente o mesmo da contemporaneidade; ii) essa paisagem psicológica e moral não necessariamente precisa estar relacionada com um contexto cultural e geográfico específico.

Para melhor desenvolver esses aspectos, é preciso explorar a noção de homem que prevalece na contemporaneidade. Com o advento do século XX, Dardot & Laval (2016) mostram como uma nova concepção de mercado passou a existir, e com isso, uma nova concepção de indivíduo. Das premissas tradicionais do liberalismo e do *homo oeconomicus* maximizador, surge a figura do *homem-empresa*, em que impera um modo de governo de si que é empreendedor, empresarial. Mais do que um personagem que age no plano econômico, é um estágio novo, um plano em que todas as ações humanas estão sujeitas a uma lógica mercadológica (daí a noção supracitada de uma “subjetivação mercadológica”: a noção de que a própria identidade e os vários cenários da vida podem ser encarados por uma ótica de mercado).

⁹⁴ Disponível em: <<https://blog.ufes.br/grupodeconjunturaufes/>>. Acesso em 16 abr. 2021

Han (2017) aponta para uma interpretação semelhante. Segundo ele, vivemos em uma sociedade do desempenho que se caracteriza por excessos de positividade: os indivíduos, empresários de si mesmos, agem de acordo com iniciativas e planos de desempenho e produção. Um sujeito que explora a si mesmo, mais especificamente, e crê ser livre. Com as palavras do próprio:

O animal laborans pós-moderno não abandona sua individualidade ou seu ego para entregar-se pelo trabalho a um processo de vida anônimo da espécie. A sociedade laboral individualizou-se numa sociedade de desempenho e numa sociedade ativa. O animal laborans pós-moderno é provido do ego ao ponto de quase dilacerar-se. Ele pode ser tudo, menos passivo. (HAN, 2017, p. 43)

Ao que ele complementa logo após: “A desnarrativização [...] geral do mundo reforça o sentimento de transitoriedade.” (Ibid., p.44).

Ao nível de uma caracterização psicológica e social desses fenômenos, a descrição feita acerca das personagens dos três filmes se encaixa bem nesses parâmetros. Como pode ser observado, nada em Dardot & Laval ou em Han parece sugerir um contexto ou uma temporalidade muito delimitada: é uma sociedade e é um homem só, o pós-moderno, contemporâneo e que vive no país chamado capitalismo. Visão semelhante é partilhada pelo diretor de Parasita, Bong Joon-Ho.

A resposta extrema a um mundo transitório, em que se é responsável por seu próprio valor e reconhecimento, é a revolta trágica e dada num plano individual. Como foi salientado durante o texto, embora Travis, Arthur e a família Kim sofram de problemas concretos socialmente determinados como alienação, pobreza, abuso etc. a resposta é sempre internalizada e, muitas das vezes, até mesmo niilista.

Similar à busca de sentido num mundo intrinsecamente alheio, do qual os existencialistas tanto falavam em meados do século XX, mas somado a uma condição de excesso informacional, de fragmentação social e de falta de referenciais: essa é a condição do homem para a qual Hobsbawm chamou a atenção; este é o homem contemporâneo.

Os últimos 50 anos viram surgir um novo tipo de indivíduo, com problemas e convicções particulares. O argumento central do presente artigo foi mostrar como essa caracterização pode ser apercebida temporalmente através de intervenções na cultura popular, produções suficientemente íntimas capazes de gerar insights sobre a mentalidade de seus conterrâneos, mesmo no caso mais baixo da produção massificada. Grosso modo, a ideia é que certos tropos e temas se repetem em constantes homenagens internas (o exemplo mais óbvio sendo Taxi Driver e Joker), recepção popular empática, e referencialidade a problemas concretos e presentes no imaginário popular.

Com as personagens, foi possível delimitar o que seria, de forma talvez exagerada, o homem contemporâneo. Com a ajuda de Dardot & Laval e Byung-Chul Han foi possível estabelecer exatamente quem são essas personagens. De forma sintética, e fazendo alusão ao título, temos o poema Os Homens Ocos, de T.S Eliot:

“Nós somos os homens ocos/ Os homens empalhados/ Uns nos outros amparados/ O elmo cheio de nada. Ai de nós!/ Nossas vozes dessecadas,/ Quando juntos sussurramos,/ São quietas e inexpressas [...]”

BIBLIOGRAFIA

DARDOT, P; LAVAL, C. O homem empresarial. In: **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. [p. 139-155]

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.





A FAMÍLIA PNAD: EXPLICANDO A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

Estudantes do subgrupo de empregos e salários do Grupo de Conjuntura da UFES⁹⁵

A partir de entrevistas em diversos domicílios brasileiros, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coleta dados para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que é um importante instrumento para a formulação, validação e avaliação de políticas direcionadas ao desenvolvimento socioeconômico e à melhoria das condições de vida no país. Em seu modelo contínuo (PNAD Contínua), a pesquisa visa produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução a médio e longo prazo da força de trabalho, dentre outras informações.

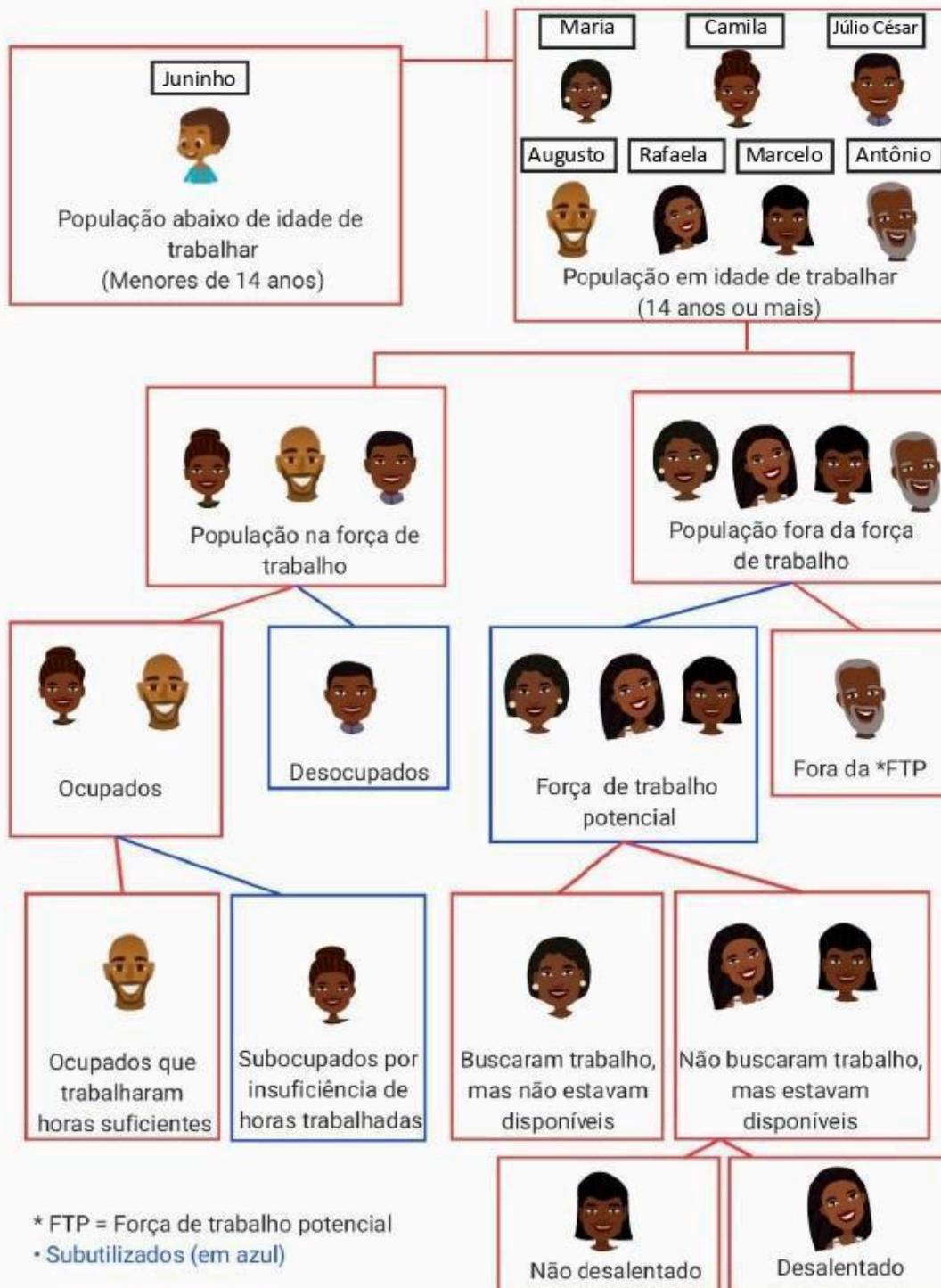
É comum tratarmos os resultados da pesquisa do ponto de vista estatístico, esquecendo, por vezes, que a pesquisa é um retrato da realidade nacional, isto é, são seres humanos que se encontram naquelas diversas situações. Assim, com a finalidade de entender os principais conceitos referentes a essa pesquisa e desconstruir a noção puramente matemática que, por vezes, informa as análises, conheceremos um pouco da história dos membros da Família Pereira Nascimento Almeida Dias, a família PNAD, uma família brasileira que vivencia diferentes realidades quando o assunto é sua inserção no mercado de trabalho.

Essa família de tantos sobrenomes é composta por 8 pessoas, dentre elas, Maria. Nossa personagem principal tem 40 anos e é mãe de 3 filhos: Juninho, Camila e Júlio César. Próximo a sua casa, mora seu pai, Sr. Antônio, e seu irmão, Augusto, com seus 2 filhos, Rafaela e Marcelo. Coincidentemente, cada habitante desses dois domicílios é classificado de acordo com diferentes categorias da pesquisa. Nesse sentido, essa família exemplifica, com suas posições no mercado de trabalho, os conceitos da PNAD Contínua. Abaixo segue um retrato da nossa família PNAD. Em seguida, apresentamos cada membro da família, explicando a situação que aquela pessoa se encontra em relação à inserção no mercado de trabalho. O Marcos, nosso técnico de pesquisa do IBGE, irá nos

⁹⁵ Contribuíram diretamente para a redação desta análise Gisele Paiva Furieri, Luiz Carlos Santos, Luiza Giuberti, Otavio Luis Barbosa, Patricia Specimille e Ruth Stein Silva.

ajudar nesta empreitada. Nesta apresentação, destacamos quantos brasileiros(as) se encontram em cada situação, com base nos dados da pesquisa para o quarto trimestre de 2020. Vale a pena reforçar que o objetivo é convidar o leitor a refletir sobre o lado humano da pesquisa, afinal, ela retrata o difícil cenário que muitos brasileiros e brasileiras estão enfrentando.

A Família PNAD (População Total)





Olá, meu nome é *Marcos*, sou técnico de pesquisa do IBGE. Hoje vamos conhecer um pouco sobre os indicadores do mercado de trabalho a partir da realidade da família **Pereira Nascimento Almeida Dias**. Vamos começar? Conheceremos algumas categorias importantes para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e a situação de cada integrante da família.



→ **População abaixo da idade de trabalhar (Menor de 14 anos):** Olá, eu sou o *Juninho*, filho da Maria, tenho 4 anos e por isso não posso trabalhar. Na PNAD Contínua, pessoas com menos de 14 anos são consideradas abaixo da idade de trabalhar. Todos os outros membros da minha família estão dentro da **População em idade de trabalhar**, pois eles possuem 14 anos ou mais. Mas, nem todas as pessoas que possuem idade para trabalhar estão trabalhando, há algumas que nem sequer estão à procura de uma inserção no mercado de trabalho. Do total da população brasileira em idade de trabalhar (176,362 milhões), no 4º trimestre de 2020, 100,1 milhões se encontravam na Força de Trabalho, isto é, estavam ocupadas ou desocupadas. Meu irmão, *Júlio César*, é um dos milhões de brasileiros que estão desocupados. Olha ele aí embaixo, explicando a situação.



→ **Desocupado:** Eai?! Meu nome é *Julio César*, sou o filho mais velho da Maria. Ultimamente as coisas estão difíceis por aqui, pois mesmo buscando emprego e estando disponível para começar a qualquer momento, não tenho conseguido nada. A situação econômica do país não está nada fácil. Apesar de ter terminado meus estudos em engenharia, não consegui encontrar nenhuma oportunidade no mercado de trabalho. No 4º trimestre de 2020 existiam **13,9 milhões** de pessoas nessa situação. Estou na categoria de desocupados, mas espero sair logo dessa situação e entrar para o grupo de **Ocupados**. Os ocupados são as pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios

(moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na semana de referência da pesquisa. No 4º trimestre de 2020 existiam **86,1 milhões** de pessoas nessa situação. Não vejo o momento de me juntar a eles. Meu tio Augusto está ocupado, o que é muito bom, mas, o melhor é que ele trabalha horas consideradas suficientes. Olha ele aí embaixo, explicando.



→ **Ocupado com horas suficientes:** Olá, eu sou o *Augusto*, irmão da Maria e filho do Antônio. Sou diretor financeiro de uma empresa de comércio de mármore e granito. Comecei cedo na firma como técnico em contabilidade, com o passar do tempo, consegui passar na faculdade de ciências contábeis, me formei e consegui esse cargo na empresa. Sou bem satisfeito financeiramente, trabalho de segunda a sexta, de 8 às 18h, e consigo ficar livre no final de semana para curtir com a minha família. Estou feliz pela minha situação, mas ando preocupado com minha sobrinha, Camila. Ela também está nesse grupo de ocupados, como eu, isto é, ela tem um emprego, mas está trabalhando menos horas do que deseja e, por isso, integra o grupo de subocupados por horas insuficientes. Aí embaixo, ela explica como está sendo enfrentar essa situação:



→ **Subocupada por horas insuficientes:** Oi, eu sou a *Camila*, filha da Maria. Sou formada em biologia e dou aulas na escola do meu bairro, mas como não tinham muitas turmas, só consegui dar aulas no turno da manhã! Estou trabalhando 20 horas por semana, mas gostaria de trabalhar mais. Não somente gostaria, eu preciso. Como estou precisando aumentar a minha renda mensal, comprei uns utensílios e comecei a fazer bolo pra vender nessas horas disponíveis para complementar a renda. Eu vi no jornal que o número de pessoas que trabalham menos horas que desejariam, assim como eu, está crescendo no país. Na matéria, eles explicam que as pessoas nessa situação são denominadas como subocupadas. Eu sou subocupada, já que só dou 20h de aulas semanais e gostaria de trabalhar por mais horas. Difícil é acreditar, como disseram no jornal, que 6,9 milhões de pessoas estão em uma situação parecida como a minha.



Olá pessoal! Sou o *Marcos* do IBGE, lembram? Pois é, na família PNAD, como vimos, o Augusto e a Camila estão trabalhando. Mesmo que em uma situação distinta, ambos estão no grupo de ocupados. Já o Júlio César está enfrentando uma barra à procura de emprego. No mercado de trabalho em geral, tanto as pessoas ocupadas quanto as desocupadas integram a Força de Trabalho. Mas, há, de acordo com o 4º trimestre de 2020, **76,2 milhões** que estão **Fora da Força de Trabalho**, isto é, nem estão ocupados, nem estão procurando uma ocupação. Essa pode ser uma situação confortável para alguns que estão fora da **Força de Trabalho Potencial (FTP)**, mas também pode ser expressão de uma situação dramática, para outros, que estão na FTP. Outros membros da família PNAD nos ajudam a entender isso.



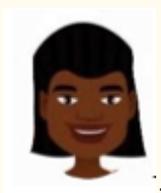
→ **Fora da força de trabalho potencial:** Olá pessoal, eu sou o *Antônio Pereira*, pai da Maria e do Augusto. Em janeiro, eu comemorei 73 anos de idade, sou aposentado e, por isso, de acordo com o IBGE, estou fora da força de trabalho. Com minha aposentadoria consigo pagar as contas e até dá para dar uma força para o Júlio César, meu neto, que está desempregado. No meu tempo era muito melhor, viu? Era impensável um engenheiro formado procurando emprego. Júlio até veio falar comigo, dizendo que quer trabalhar como Uber. Eu disse para ele esperar e continuar batalhando por um emprego com carteira de trabalho assinada, pois eu ainda posso ajudar por um tempo. A Maria, minha filha, sofre muito, pois não é fácil ter um filho nessa situação. Ela quer trabalhar fora para ajudar, coitada. Ela está aí, na batalha, procurando um emprego, mas não está disponível para trabalhar, pois tem que cuidar do Juninho. É por isso que ela está na **Força de trabalho potencial**, que é o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. No 4º Trimestre de 2020, havia **11,315 milhões** de pessoas nessa situação.



→ **Buscou trabalho, mas não estava disponível:** Meu nome é *Maria*, tenho 40 anos e sou mãe solo de 3 jovens. O mais novo, Juninho, ainda é dependente de meus cuidados e o mais velho, Júlio César, perdeu seu emprego e passa os dias procurando por uma nova oportunidade. A renda da minha casa depende da minha filha, Camila e da força que meu pai está dando. Por isso, eu decidi procurar uma ocupação. No entanto, apesar de nessas últimas semanas estar buscando por um trabalho, eu não poderia assumir esse novo posto, já que preciso estar em casa para cuidar dos afazeres domésticos e cuidar do meu filho mais novo, pois ainda não consegui uma vaga na creche para ele. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio me classifica no grupo de pessoas que buscaram trabalho, mas não estavam disponíveis para trabalhar. Pior do que eu só a Rafa, minha sobrinha, que está procurando emprego há um tempão e não acha. Já desistiu, tadinha.



→ **Desalentado:** Ei gente, tudo bem?! Meu nome é *Rafaela*, sou filha do Augusto, tenho 28 anos e sou técnica em recursos humanos. Meu último emprego foi há 3 anos. Lá eu era assistente de RH. Depois de 8 meses da minha contratação, a empresa encerrou as atividades na cidade. Permaneci por mais 1 ano em busca de uma oportunidade, mas não encontrei. Foi então que decidi vir para a capital do meu estado tentar me realocar no mercado de trabalho, mas, infelizmente, não encontrei vagas. Com a crise econômica e a pandemia, parece que não irei encontrar tão cedo uma vaga. De acordo com o IBGE, eu estou no grupo das pessoas desalentadas, ou seja, aquelas pessoas que, por algum motivo, desistiram de procurar emprego. No 4º trimestre de 2020 existiam 5,7 milhões de pessoas nessa situação. Estamos na torcida, aqui em casa, pro tio Júlio César conseguir um bom emprego. Assim, o vovô volta a dar uma força nas contas aqui de casa. Quem sabe, em algum momento, a situação melhora para mim também. Nosso objetivo aqui em casa é deixar o Marcelo, meu irmão, estudando, sem precisar trabalhar, mas está cada vez mais difícil.



→ **Não desalentado:** Olá! Eu sou filho do Augusto e me chamo *Marcelo*. Estou cursando o segundo ano da faculdade de Letras na Universidade Federal do meu estado. Com o apoio da minha família, estou me dedicando aos estudos e, por isso, não estou procurando um emprego no

momento. Mas, com a situação da Rafa, se surgisse uma oportunidade eu estaria disponível. Segundo o IBGE, essa minha situação de não estar procurando um trabalho, mas estar disponível caso surgisse, é considerada como não desalentada. Diferente da minha irmã Rafaela, que é desalentada, ainda não busquei um emprego porque não seria interessante para mim agora.



Ei pessoal, olha eu aqui, o Marcos. Assim como alguns integrantes da família PNAD, existem muitos brasileiros na condição de **subutilizados**. Mas, o que é isso? É como se fosse um desperdício da força de trabalho do nosso país, sabe? É o caso do Júlio César, que está desempregado; da Camila, que está subocupada; e de todos os outros que estão na Força de Trabalho Potencial (a Maria, a Rafaela e o Marcelo). O que a PNAD faz é somar todas as pessoas que estão nessas três situações e as reunir nesse grupo de subutilizados. Esse grupo representa a quantidade de pessoas ou mão de obra que não são utilizados no mercado de trabalho, por faltar uma ocupação adequada. Esse conceito foi incorporado após discussões em âmbito internacional junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), e é considerada a forma mais precisa para compreender um dos indicadores da precarização no mercado de trabalho. No 4º trimestre de 2020, cerca de **32 milhões** de pessoas estavam nessa situação.



→ Ei gente, olha eu aqui novamente, o Juninho. Essa é a minha família e foi muito bom poder mostrar para vocês um pouco da nossa situação, que não está muito fácil, não é? Tá todo mundo ralando, já que só a minha irmã, Camila, e o tio Augusto estão trabalhando. Meu sonho é poder ir pra creche, assim, minha mãe pode voltar a trabalhar e eu posso estudar, afinal, também quero ter um emprego logo logo e, assim, conseguir dar uma força aqui em casa.

Ensino Remoto: contexto, consequências e desafios

Henrique Pereira Braga⁽¹⁾



(1) Professor do Departamento de Economia da Ufes. Coordenador do Grupo de Estudos em Pensamento Econômico e Teoria Social/Ufes e do Subgrupo de Política Monetária e Inflação do Grupo de Conjuntura/Ufes. Pesquisador associado do NIEP-Marx/UFF e do GEPOC/UFF.

Em primeiro lugar, agradeço ao PET-Economia/Ufes pelo convite para escrever sobre o “Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial” (EARTE), mais conhecido como “ensino remoto”, que foi implementado na Ufes em setembro de 2020.

Neste texto, ofereço aos leitores um olhar sobre o ensino remoto a partir da minha experiência como Coordenador do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, durante junho/2019 e junho/2021, e professor, tanto para turmas iniciais quanto para turmas finalistas, do curso de graduação em Ciências Econômicas da Ufes. Como coordenador do curso, participei da comissão, designada pela direção do CCJE em junho de 2020, para colher sugestões da comunidade acadêmica deste centro para a

elaboração de um “Plano de Contingência” para a pandemia da Covid-19, tendo como referência principal o “Plano de Biossegurança” elaborado pelo Comitê Operativo de Emergência para o Coronavírus da Ufes (COE-Ufes). Naquele contexto, a administração central da Ufes procurava responder à demanda tanto de setores internos à Universidade quanto das instâncias superiores, exigindo uma forma de retomada das atividades de ensino. Da parte das instâncias superiores, pode-se deduzir que, amparado pelas revelações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, um retorno presencial das atividades de ensino estava no objetivo destes órgãos, haja vista a aposta do governo federal na chamada “imunidade de rebanho” – aposta essa, como de conhecimento de todos, sem qualquer fundamentação científica – que conduziu o país a subestimada cifra de mais de 500 mil mortos. Diante das circunstâncias, a administração central da Ufes mobilizou as instâncias responsáveis pelo ensino de graduação e pós-graduação para sugerirem uma forma de retomar as atividades de ensino sem colocar em risco a vida dos membros da comunidade universitária. Essa resposta culminou com a criação do EARTE.

Passados dois semestres desta modalidade de ensino, cabe parabenizar o esforço da universidade para prover internet e equipamentos de informática para os estudantes assistidos, bem como o empenho da comunidade em se adaptar a essa nova forma de aprendizagem. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que o ensino remoto traz consigo problemas sérios para a comunidade

universitária. Neste espaço, destaco dois destes problemas: a elevação da desigualdade nas condições de ensino-aprendizagem e a unidimensionalização da experiência universitária.

Essa modalidade de ensino, a meu juízo, amplia a desigualdade no aprendizado, uma vez que está baseada nas condições de vida de cada pessoa envolvida – seja ela estudante, professor ou técnico administrativo. Num país extremamente desigual como o Brasil, boas condições de estudo e trabalho são, para dizer o mínimo, acessíveis para pouquíssimas pessoas. Alguém pode argumentar que, no ensino presencial, também há desigualdade pelos mesmos motivos nas condições de ensino-aprendizagem. Contudo, parte destas condições são compartilhadas, de forma que os estudantes convivem na mesma sala de aula, acessam a mesma biblioteca, dispõem do mesmo restaurante universitário etc. Ainda que não sejam condições ideais, cuja melhoria os estudantes, professores e técnicos-administrativos podem lutar coletivamente para alcançar, há uma parcela da jornada de estudo/trabalho que desfrutará de condições mínimas para a sua execução. No ensino remoto, não há qualquer garantia para tais condições, reinando a particularização dos problemas e, por conseguinte, conduzindo a soluções igualmente particulares.

Ainda não se tem dimensão do resultado dessa maior desigualdade de ensino-aprendizagem sobre a comunidade universitária. Entretanto, os relatos sobre evasão são muito preocupantes. O que pode sinalizar um esvaziamento do ensino superior, já reforçado por outras dinâmicas próprias das sociedades capitalistas – como o desemprego estrutural – que, nos contextos de subdesenvolvimento, são ainda mais aguçadas e que não podemos aprofundar por aqui. Contudo, somente depois de retomada a atividade presencial é que será possível dimensionar o tamanho da evasão.

Outro aspecto que observamos no ensino remoto é a unidimensionalização da

experiência universitária. Confinados à sala de aula virtual, professores e estudantes estão privados das experiências que fazem da vida acadêmica uma vida universitária – no sentido completo da palavra. Não digo, com isso, que todos os professores e estudantes vivenciam descobertas, promovam e participem de palestras, construam laços de amizade e, por fim, produzam conhecimento, das mais variadas formas, no campus. O que chamo a atenção do leitor é para a ausência desta possibilidade com o ensino remoto, de modo que o conceito de universidade é colapsado com o conceito de ensino (remoto), ao serem interditas outras experiências universitárias. Limitados à virtualidade, os participantes do ensino remoto conseguem, na melhor das hipóteses, estabelecerem contatos frívolos, reforçando suas redes de conhecimento estabelecidas pré-pandemia – algo reforçado pelos algoritmos, que medeiam nossas relações virtuais.

Por conta da ausência (deliberada) de uma campanha de vacinação em massa, a continuidade dessa unidimensionalização da experiência universitária poderá ter consequências deletérias sobre a formação dos estudantes e sobre a prática universitária dos professores. Para os estudantes, a universidade poderá se transformar no que um discente sugeriu em uma aula, num “ensino médio piorado e mais difícil” e, para os professores, a memória sobre as práticas anteriores de produção de conhecimento pode ser perdida, restando uma produção ensimesmada – no limite, um desconhecimento, porque conhecimento é, por suposto, produzido junto ao outro e não confinado em si mesmo.

Neste ano letivo de 2021, a permanência do ensino remoto está condicionada por vários fatores. Do ponto de vista humanista, não há condições de retornar às atividades universitárias presenciais sem o avanço da campanha de vacinação brasileira até a maioria dos jovens em idade universitária. Entretanto, esse processo está lento, não porque a

infraestrutura de saúde seja precária no Brasil; ao contrário, o SUS é reconhecido por sua cobertura e capacidade de vacinação em massa – além dos procedimentos de alta complexidade que subsidiam os planos privados de saúde. O maior problema da lentidão da vacinação foi a demora na compra de vacinas que, como estamos vendo nos últimos meses por meio do levantamento da CPI da Covid, poderiam ter sido entregues com muito mais celeridade.

Minha maior preocupação no momento é que o ponto de vista humanista está totalmente fora de moda neste Brasil dos anos 20. E, por conta disso, ele poderá ser substituído por uma forma presencial de vida universitária na qual muitos estarão amedrontados pelo contágio do vírus, conformando uma experiência precária e violenta de universidade. As consequências disto são, ainda, imprevisíveis. Por ora, nos resta lutar para que possamos voltar ao ensino presencial apenas com a vacinação de todos os alunos; e, também, nos resta continuar fazendo o possível para que o ensino remoto não seja um ensino médio mais difícil.

Referências

BRUNO, Fernanda et al. (Ed.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CONSELHO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO (UFES). **Resolução nº. 30/2020**. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/file/anexo/resolucao_no_30.2020_-_cepe_-_adota_e_regulamento_o_earte_0.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

CONSELHO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO (UFES). **Resolução nº. 31/2020**. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/file/anexo/resolucao_no_31.2020_-_calendario_especial_0.pdf#overlay-context=resolucoes-de-2020-cepe>. Acesso em: 17 jul. 2021.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MARIUTTI, Eduardo. **Estado, Mercado e concorrência**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Número 54 (set 2019 - dez 2019), pp.9-33, 2019.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

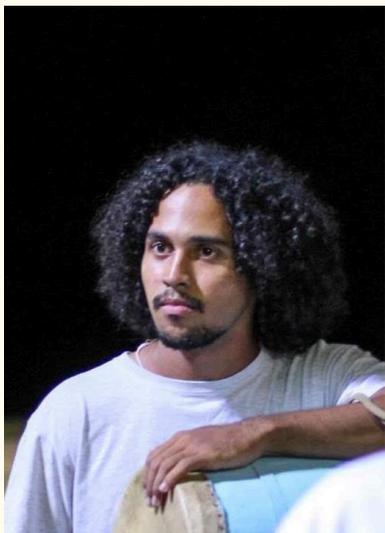
SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Ed.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Contingência da UFES em tempos de COVID-19**. 2ª Edição ampliada e revisada. Julho de 2020. Disponível em: <https://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/planocontingencia_2aed_v1a_2.pdf> . Acesso em: 17 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Biossegurança da UFES em tempos de COVID-19**. Maio de 2020. Disponível em: <https://ufes.br/sites/default/files/anexo/planobiosseguranca_classic_v2d_0.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

DEPOIMENTO ENSINO REMOTO NA PANDEMIA

Erwany Nawar Everton Maranhão⁽¹⁾



(1) Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Quando penso nas questões relacionadas com a modalidade de ensino emergencial, lembro que desde o princípio encontrei-me posicionado em discordância para sua aplicação. Custa-me imaginar a estruturalização de novas demandas e cobranças em um período tão delicado.

Compreendo que, enquanto uma pessoa reclusa, grande parte de minha rotina permaneceram as mesmas, com exceção da universidade. Ela adentrou meu espaço pessoal, meus afazeres domésticos e meus trabalhos na internet, aqueles espaços que me eram de conforto e trabalho, que já possuíam problemas em relação aos barulhos externos, interrupções da família e da minha cadela, agora dividem espaço com o meu curso. Curso que quando ocorria em sala carregava toda uma

ambientação propícia para desenvolvimento mais adequado do exercício dos estudos.

Minha cadela nunca foi na sala de aula quando estava assustada, nunca precisei parar de anotar coisas do quadro para lavar louça, tampouco tive que resolver uma série de problemas domésticos enquanto estava em uma sala de aula. Agora esses contratempos são constantes dentro da minha realidade de ensino.

Não acredito que eu esteja enfrentando a pior relação com o ensino remoto, tenho amigos que precisam assistir aulas enquanto estão em seus empregos, no trânsito, em uma outra infinidade de espaços que dificultam a absorção dos conhecimentos e que podem gerar riscos para a saúde. Todavia, penso que essa modalidade de ensino está longe de ser boa. A universidade não é apenas uma série de leituras mecânicas com falas pontuais entre aluno e professor, existe uma sequência de experiências acadêmicas que o Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial (EARTE) não dá conta de fornecer; coisa que já seria um problema se não estivéssemos no meio de uma pandemia com constante incerteza sobre nossa saúde, de nossos familiares e amigos.

Fornecer o apoio necessário para passar de maneira mais confortável por esse período de constante sensação de insegurança deve ser nossa prioridade enquanto sociedade.

DEPOIMENTO ENSINO REMOTO NA PANDEMIA

Wana Martins de Almeida Bahiense⁽¹⁾



(1) Professora da disciplina Língua Portuguesa e Literatura do Ceemti Monsenhor Guilherme Schmitz - Aracruz/ES.

Sou professora de Língua Portuguesa e Literatura do Ceemti Monsenhor Guilherme Schmitz, escola pública estadual em Aracruz/ES. Em 2020, com a pandemia, passamos a trabalhar com o ensino remoto de forma desafiadora, assim como as demais instituições de ensino. Nossa equipe (gestora e o corpo docente), ao observar os desafios, trabalhou incessantemente para continuar a movimentar os eixos e princípios educativos da escola de tempo integral (protagonismo, pedagogia da presença, educação interdimensional, os 4 pilares da educação) e os eixos formativos (formação acadêmica de

excelência, formação para vida e formação de competências para o século XXI). Dentre os princípios e eixos mais evidentes nesse processo de ensino remoto, em boa parte das aulas on-line, e agora de forma híbrida, destacam-se: Protagonismo, Pedagogia da Presença, Formação para Vida e Formação de Competências para o Século XXI.

Nunca estivemos diante de tantos desafios como o ensino de forma remota, na qual tivemos que nos adaptar desde o início da pandemia. A princípio, nossa equipe trabalhou de forma alinhada com a tutoria, que é bem atuante no ensino de tempo integral, via WhatsApp ou chamadas telefônicas, fazendo com que a pedagogia da presença estivesse mais forte e estreitássemos o nosso contato e laços emocionais com nossos estudantes.

Com a pandemia e trabalho remoto, me dispus a buscar metodologias tecnológicas bem atrativas, interativas para atingir os meus objetivos que estão inclusive em meu Programa de Ação enquanto professora de ensino de tempo integral. Procuo sempre meios pelos quais incentivem os estudantes a continuar estudando através de jogos interativos, sala interativa virtual e demais metodologias tecnológicas, a uma aprendizagem inovadora e mais próxima deles, obtendo ótimos resultados. É evidente que teremos defasagem no ensino perante essa pandemia, não só em nosso país, mas em todo mundo.

Nada substitui a presença do professor, contudo, vejo que infelizmente a educação à distância é uma realidade que teremos que nos adaptar por um bom tempo. O protagonismo autêntico nunca foi tão necessário ao corpo discente e docente, pois todos estamos

envolvidos numa nova forma de ensino-aprendizagem, exercitando a Formação de Competências para o Século XXI. Portanto, é necessário, mediante esse contexto, uma ação em conjunto com o governo federal, estadual e municipal, com ações sociais, equipando as escolas com recursos tecnológicos para docentes e discentes, para juntos,

continuarmos a construir o Projeto de Vida (coração das escolas de educação integral). Que todos saiamos bem fortalecidos desse novo normal o qual buscamos excelência e que colhamos bons frutos nesta nova era de aprendizagem.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO